

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Robson Adriano Mendes Ribeiro

**O trabalho nas Centrais de Teleatividades e sua relação com a produção do valor no
século XXI**

Juiz de Fora
2022

Robson Adriano Mendes Ribeiro

O trabalho nas Centrais de Teleatividades e sua relação com a produção do valor no século XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ednéia Alves de Oliveira

Juiz de Fora

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ribeiro, Robson Adriano Mendes.

O trabalho nas Centrais de Teleatividades e sua relação com a produção do valor no século XXI / Robson Adriano Mendes Ribeiro.

-- 2022.

160 p.

Orientadora: Ednéia Alves de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2022.

1. Trabalho. 2. valor. 3. valorização do capital. 4. teleoperadores. 5. Centrais de Teleatividades. I. Oliveira, Ednéia Alves de, orient. II. Título.

ROBSON ADRIANO MENDES RIBEIRO

O trabalho nas centrais de teleatividades e sua relação com a produção do valor no século XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 20 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Dra Ednéia Alves de Oliveira- Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Ronaldo Vielmi Fortes
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra Renata Queiroz Dutra
Universidade de Brasília

Juiz de Fora, 30/11/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edneia Alves de Oliveira, Professor(a)**, em 23/12/2022, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Vielmi Fortes, Professor(a)**, em 03/01/2023, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Queiroz Dutra, Usuário Externo**, em 03/01/2023, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1059541** e o código CRC **84DC647F**.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi realizada no contexto da pandemia de Covid-19, que impôs diversas dificuldades acadêmicas e pessoais. Nesse sentido, primeiramente, agradeço a Deus por estar sempre comigo e por me amparar nos momentos de dificuldades, colocando em meu caminho boas pessoas, que me deram forças para a realização deste estudo.

Agradeço à minha esposa, Lilian, pelo amor, apoio incondicional, conselhos, por estar sempre ao meu lado e pelo alívio dos ouvidos nas minhas construções e desconstruções de teorias e pensamentos.

À minha filha, Sofia, por sempre alegrar meus dias e por abdicar parte de nosso tempo de brincadeiras, para que eu pudesse realizar a pesquisa.

À minha tia Léia e ao meu tio Osvaldo, pelo apoio e por sempre torcer por mim, me escutando e aconselhando.

À minha amiga Joyce, por todo auxílio durante o mestrado e por nossas conversas referentes aos nossos objetos de estudo e às minhas colegas de trabalho, pela troca de experiências e pelo apoio.

À Prof.^a Dr.^a Ednéia, pela amizade, pelas orientações, pelo bom humor e por todo otimismo, sempre me motivando a seguir em frente e apontando os melhores caminhos.

À Prof.^a Dr.^a Renata Dutra e ao Prof. Dr. Ronaldo Fortes por terem aceitado gentilmente o convite para a banca examinadora e por suas importantes contribuições que foram fundamentais para a realização da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas e ao Prof. Dr. Diogo Prado Evangelista por terem aceitado gentilmente o convite para participar como suplentes da banca examinadora.

Aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação, pelo comprometimento e por compartilharem seus conhecimentos.

Aos técnicos e aos terceirizados da Faculdade de Serviço Social da UFJF que de alguma forma contribuíram para o meu processo formativo e de qualificação profissional.

À Universidade Federal de Juiz de Fora por financiar e possibilitar a realização desta pesquisa.

Por fim, a todos os amigos e parentes que torceram por mim e contribuíram direta ou indiretamente para realização desta pesquisa.

NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR

Desconfiai do mais trivial,

na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente:

não aceiteis o que é de hábito

como coisa natural,

pois em tempo de desordem sangrenta,

de confusão organizada,

de arbitrariedade consciente,

de humanidade desumanizada,

nada deve parecer natural

nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo compreender qual a relação do trabalho dos teleoperadores nas Centrais de Teleatividades com a produção do valor no século XXI. Para isso foi realizada uma revisão bibliográfica que buscou sistematizar as principais questões a respeito do tema. Este estudo procurou aprofundar nosso conhecimento sobre a essência do modo de produção capitalista, apontando quais são suas principais categorias. Buscamos compreender como funciona o processo de valorização do capital e como o crescente avanço tecnológico influencia a produção do valor no século XXI, marcado pela fase financeira, informacional e digital do capitalismo. Por fim, procuramos compreender as características essenciais do Setor de Serviços, local onde se encontram as Centrais de Teleatividades, e do trabalho dos teleoperadores. O trabalho é uma relação social fundamental para existência da sociedade, estudar suas características mais profundas pode fornecer instrumentos importantes para análise da realidade. As Centrais de Teleatividades absorvem constantemente inovações tecnológicas e empregam um grande número de trabalhadores, sendo um espaço privilegiado para estudar algumas características do trabalho no mundo contemporâneo. Os resultados obtidos com esta pesquisa revelaram que o trabalho dos teleoperadores contribui direta ou indiretamente para produção do valor no século XXI, acelerando significativamente o tempo de rotação do capital. A produção em incessante de mercadorias necessita de um consumo com as mesmas proporções. Se uma mercadoria não é consumida, o capital colocado em circulação é perdido. Quanto mais rápido uma mercadoria é consumida, mais rápido poderá ocorrer a produção de uma nova. A mercadoria é uma forma assumida pelo capital e a produção, para o capitalista, nada mais é do que um meio para valorizá-lo.

Palavras-chave: Trabalho; valor; valorização do capital; teleoperadores; Centrais de Teleatividades.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the relationship between the work of teleoperators in Teleactivity Centers and the production of value in the 21st century. For this, a bibliographical review was carried out that sought to systematize the main questions on the subject. This study sought to deepen our knowledge of the essence of the capitalist mode of production, pointing out its main categories. We seek to understand how the process of capital appreciation works and how the growing technological advance influences the production of value in the 21st century, marked by the financial, informational and digital phase of capitalism. Finally, we seek to understand the essential characteristics of the Service Sector, where the Teleactivity Centers are located, and the work of teleoperators. Work is a fundamental social relationship for the existence of society, studying its deepest characteristics can provide important tools for analyzing reality. The Teleactivity Centers constantly absorb technological innovations and employ a large number of workers, being a privileged space to study some characteristics of work in the contemporary world. The results obtained with this research revealed that the work of telemarketers contributes directly or indirectly to the production of value in the 21st century, significantly accelerating the time of capital rotation. The incessant production of commodities necessitates consumption in the same proportions. If a commodity is not consumed, the capital put into circulation is lost. The faster a commodity is consumed, the faster the production of a new one can occur. The commodity is a form assumed by capital and production, for the capitalist, is nothing more than a means of valuing it.

Keywords: Work; value; capital appreciation; teleoperators; Teleactivity Centers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – CATEGORIAS FUNDANTES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: UM ESTUDO NECESSÁRIO	16
1.1. Trabalho, valor e mercadoria: o ponto de partida para compreensão do modo de produção capitalista.....	16
1.2. Equivalente geral e o intercâmbio de mercadorias.....	26
1.3. Formação do valor e valorização no modo de produção capitalista.....	33
1.4. Trabalho produtivo e improdutivo sob a lógica do capital.....	43
1.5. A esfera da circulação e sua relação com o processo de valorização do capital	62
CAPÍTULO 2 – CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUA IRREMEDIÁVEL NECESSIDADE DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL.....	71
2.1. A lei da queda tendencial da taxa de lucro revelada por Marx.....	71
2.2. Desenvolvimento tecnológico e a busca do capital por novos campos de valorização.....	87
2.3. A quarta revolução industrial e as mudanças no mundo do trabalho	94
2.4. A valorização do capital na era do capitalismo financeiro, informacional e digital	98
2.5. Capitalismo contemporâneo e a ampliação da categoria trabalho produtivo	104
CAPÍTULO 3 – O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEATIVIDADES E SEU PAPEL NO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL	113
3.1. O setor de serviços.....	114
3.2. Centrais de Teleatividades: estrutura e organização do trabalho	126
3.2.1. Surgimento e expansão das Centrais de Teleatividades no Brasil: tempos de acumulação flexível e neoliberalismo	126
3.2.2. O trabalho nas Centrais de Teleatividades	131
3.3. A valorização do capital nas Centrais de teleatividades.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS	154

INTRODUÇÃO

O trabalho é uma relação social fundamental para existência da sociedade, estudar suas características pode fornecer instrumentos importantes para análise da realidade. Em um mundo onde o acelerado desenvolvimento tecnológico tem propiciado, de forma cada vez mais acelerada, grandes transformações no sistema produtivo, muito se tem discutido sobre o futuro do trabalho.

As inovações tecnológicas têm possibilitado em diversas áreas do setor produtivo a substituição total ou parcial do trabalho manual por máquinas ou *softwares*, diminuindo nesses setores a necessidade de compra de força de trabalho para produção de riqueza material. Produz-se mais com menos esforços, o que deveria significar a redução na jornada de trabalho, mas não é o que acontece. Ao invés do avanço tecnológico oferecer melhores condições de trabalho, tem causado efeito oposto para uma grande parte dos trabalhadores. Enquanto algumas pessoas perdem seus empregos, outras são lançadas a condições de trabalho cada vez mais precárias, com o prolongamento e a intensificação da jornada de trabalho, o desenvolvimento de atividades mecanizadas e repetitivas em ambientes estressantes, o recebimento de salários insuficientes para manutenção de suas famílias etc., o que resulta, com frequência, em adoecimento físico e mental dos trabalhadores.

Para compreender as características do trabalho no mundo contemporâneo é necessário ultrapassar as barreiras da aparência e caminhar em direção à essência dos fenômenos, por isso o estudo do trabalho na sociedade capitalista deve ser precedido da análise de algumas de suas características mais profundas.

O presente estudo tem por objetivo analisar, por intermédio de uma revisão bibliográfica, qual é o papel que o trabalho dos teleoperadores possui no processo de valorização do capital. Meu interesse em estudar o tema não é recente e nem se deu de forma aleatória, irrefletida ou inconsciente. O trabalho nas Centrais de Teleatividades marcou presença em minha vida, tanto no âmbito profissional quanto acadêmico. Meu primeiro emprego formal foi em uma Central de Teleatividades, onde trabalhei por aproximadamente um ano e um mês. Ao ser despedido, em decorrência do fechamento da empresa no município, trabalhei um curto período de tempo no setor de comércio. Devido à dificuldade em conseguir um emprego melhor e a necessidade de conciliar trabalho com os estudos, saí do comércio e ingressei em outra Central de Teleatividades (de pequeno porte), onde trabalhei por onze meses. As condições precárias de trabalho e o baixo salário contribuíram para que eu

pedisse demissão e ingressasse em uma terceira Central de Teleatividades (de grande porte), que possuía condições de trabalho um pouco melhores e pagamento de remuneração variável, por meio do cumprimento de metas. Nessa empresa trabalhei por mais um ano e onze meses. Portanto, trabalhei quase quatro anos em três Centrais de Teleatividades diferentes.

Nas três experiências que tive ao trabalhar nas Centrais de Teleatividades, convivi em ambientes extremamente estressantes, sem conseguir compreender o motivo pelo qual éramos tratados como objetos descartáveis, “recursos humanos” facilmente substituíveis, independente se as rígidas metas eram cumpridas ou não. Adoeci e testemunhei o adoecimento de colegas. Sofri e presenciei condutas que hoje compreendo como assédio moral institucionalizado, utilizado para garantir altos índices de lucratividade. Toda essa experiência, da qual tive dificuldades para escapar, pois assim como qualquer outro trabalhador dependia (e ainda dependo) de vender a minha força de trabalho para sobreviver, despertou o interesse em aprofundar o conhecimento sobre o tema.

No âmbito acadêmico estudei a temática em meu trabalho de conclusão de curso, intitulado: “Vivência e resistência nas Centrais de Teleatividades: uma análise do universo de trabalho dos jovens teleoperadores oriundos do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora”. Nesse estudo, realizei uma revisão de literatura e coletei dados empíricos através de um grupo focal, no qual participei como mediador. Através dessa pesquisa foi possível perceber que todas as experiências negativas, angústias e aflições também eram sentidas por outros teleoperadores, demonstrando que não se tratava de uma questão individual e sim coletiva. Os dados coletados e o resultado da pesquisa demonstraram a importância em dar continuidade ao estudo, procurando compreender como o trabalho do teleoperador contribui para o processo de valorização na sociedade capitalista contemporânea.

O termo “Central de Teleatividades” foi utilizado para designar os serviços desenvolvidos na indústria do *Call Center*, pois assim como Braga (2009), acredito que o termo “*telemarketing*”, deixou de ser apropriado, tornando-se obsoleto devido à diversidade de funções existentes dentro desse tipo de empresa. O uso de tecnologias modernas possibilita o atendimento ou localização dos clientes por diversos canais, como atendimento eletrônico (URA), telefone, e-mail, *chat*, redes sociais, *chatbots* etc. Pelo mesmo motivo não chamarei o trabalhador de “operador de *telemarketing*” e sim de “teleoperador”. Ainda que tenha feito essa escolha, reconhecemos que diversos autores utilizam os termos “*Call Center*” e “*telemarketing*”, o que por si só não deixa suas pesquisas menos relevantes.

As Centrais de Teleatividades representam um espaço privilegiado no debate contemporâneo sobre trabalho, desenvolvendo diversos tipos de serviços e fazendo uso constante de inovações tecnológicas. Elas desenvolvem um tipo de trabalho cuja expansão se dá na sociedade contemporânea, ainda que possua raízes nas primeiras décadas do século XX. Algumas empresas desse segmento estão entre as maiores empregadoras do país, chegando a ocupar no ano de 2019 o primeiro lugar em número de trabalhadores (ALVARENGA, 2019). Nesse mesmo ano, as Centrais de Teleatividades brasileiras tiveram um faturamento de R\$ 54,1 bilhões e contavam com um total de 1,25 milhão de trabalhadores (VEROTTI, 2020).

Esse ramo de atividade expressa a intensificação da divisão sociotécnica do trabalho no capitalismo da era financeira, informacional e digital, refletida, muitas vezes, através de um processo de terceirização. De acordo com Oliveira (2009), as Centrais de Teleatividades realizam uma série de serviços que antes eram executados no interior de diferentes empresas. Uma única unidade de trabalho tem o potencial de atender as necessidades de um conjunto de empresas do mesmo ramo, concretizando a racionalização do trabalho. Nesse sentido, Antunes (2018) revela que a introdução do trabalho on-line, com o seu instrumental tecnológico-informacional-digital, vem ganhando espaço nos diversos setores da economia e contribuindo para as crescentes intersecções entre eles.

No Brasil, os anos de 1990 marca a intensificação de uma das investidas do capital sobre o trabalho, causando significativas alterações no âmbito da produção. Essas mudanças já vinham ocorrendo nos países centrais desde os anos de 1970, mas ganharam força no Brasil de forma tardia, apresentando algumas peculiaridades. De acordo com Antunes (2000), a crise do padrão de acumulação taylorista/fordista fez com que o capital implementasse um vasto processo de reestruturação da produção, visando retomar o seu patamar de acumulação e defender a hegemonia de seu projeto de dominação social, abalado pelo acirramento da luta de classes. Esse processo foi denominado por Harvey (2008) de “acumulação flexível”.

A rigidez do fordismo foi confrontada diretamente pela acumulação flexível, que se baseia na flexibilidade dos mercados e processos de trabalho, bem como dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de novos setores produtivos, novos mercados, novas formas de fornecimento de serviços financeiros e na intensificação das inovações tecnológicas, comerciais e organizacionais (HARVEY, 2008).

Segundo Antunes (2000), o “toyotismo” ou modelo japonês foi o que mais ganhou destaque nesse processo de reestruturação, rapidamente se expandindo pelo Ocidente capitalista. Não são poucas as características do toyotismo, no entanto, dentre as principais o

autor sublinha: estrutura horizontalizada; produção vinculada à demanda; desregulamentação; flexibilização; terceirização; produção variada e heterogênea; trabalho em equipe (onde os trabalhadores são mais participativos, multifuncionais e polivalentes); organização de Círculos de Controle de Qualidade (CCQs); e, implantação do sistema *just in time*, visando o aproveitamento do tempo da maneira mais produtiva possível.

De certa forma, o toyotismo é resultado da introdução em larga escala dos computadores no processo produtivo e de serviços, bem como da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias do capital em sua fase informacional (ANTUNES; DRUCK, 2013).

No Brasil, ainda que o toyotismo tenha ganhado hegemonia nos processos produtivos, em muitos casos não substituiu completamente as técnicas do fordismo, conforme podemos observar nas Centrais de Teleatividades, onde ao mesmo tempo em que há uma mecanização e repetição de determinadas funções, principalmente através de *scripts* – estratégia típica do fordismo –, há a exigência de profissionais polivalente para se adaptarem rapidamente às constantes mudanças do setor, além de diversas outras características do toyotismo. Assim como, o rígido controle do tempo, uma das principais características desse setor, apresenta-se também enquanto uma estratégia do taylorismo.

O regime de acumulação flexível se fortalece com a adesão da ideologia neoliberal pelo Estado. O neoliberalismo, contemplando a reestruturação produtiva, passou a definir o ideário e os programas a serem implementados pelos países, marcando um período de desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, de enxugamento do Estado, de privatização acelerada, políticas fiscais e monetárias benéficas ao capital e sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia capitalista (ANTUNES, 2003).

Antunes (2018) explica que a longa fase de vigência do neoliberalismo tem propiciado o advento de novas formas de extração do mais-valor. Além disso, o processo de reestruturação produtiva potencializou a imbricação progressiva entre ciência e trabalho, trabalho produtivo e improdutivo, materialidade e imaterialidade.

Em relação aos países centrais, o neoliberalismo no Brasil foi implementado de forma tardia, com grande foco nas privatizações e abertura comercial. O objetivo das empresas capitalistas não é que o Estado deixe de intervir na economia, mas que intervenha somente a seu favor, emprestando dinheiro a juros baixos, privatizando empresas públicas que atuam em áreas passíveis de valorização do capital, diminuindo o investimento em políticas

públicas etc. As políticas neoliberais marcam o acirramento da disputa do capital pelo fundo público, demonstrando ser mais uma das investidas do capital sobre o trabalho.

Este estudo foi realizado a partir da análise da realidade realizada por Marx, que parte de uma visão de mundo sob a perspectiva da classe trabalhadora, visando não só conhecer a realidade, mas transformá-la. Marx direciona sua análise a partir do método dialético, que propõe o estudo da realidade partindo da aparência para chegar à essência dos fenômenos.

A análise marxiana revelou que as categorias trabalho e valor estão na base do modo de produção capitalista. Para compreender a categoria trabalho é necessário levar em consideração que ela é historicamente específica, pois pertence à sociedade capitalista moderna e por isso não deve ser compreendida como trans-histórica e universalmente aplicável. O trabalho não deve ser abarcado como princípio da constituição social e a fonte de riqueza em todas as sociedades (POSTONE, 2014).

De acordo com Postone (2014), a teoria crítica madura de Marx não é desenvolvida do ponto de vista do trabalho, mas oferece uma base para uma crítica da natureza do trabalho, produção e “crescimento” na sociedade moderna, compreendendo-os como socialmente, e não tecnicamente, constituídos. Ela não possui um viés produtivista, que aceita o trabalho proletário, a produção e o crescimento industrial como irrestrito. Essa teoria tenta demonstrar as consequências resultantes do papel historicamente único do trabalho na mediação das relações sociais.

Apesar de ser evidente que a interação do homem com a natureza através do trabalho é uma pré-condição para existência de qualquer sociedade, uma sociedade também é determinada pela natureza de suas relações sociais. A análise marxiana expõe que o principal fator que distingue o trabalho no capitalismo de outras sociedades é o fato de que na sociedade capitalista ele é diretamente social, atuando como uma atividade de mediação social e constituindo as relações sociais básicas. Seu caráter diretamente social é uma característica historicamente única, que determina a natureza das relações sociais na formação capitalista (POSTONE, 2014).

Segundo Postone (2014), o pensamento marxiano revelou que a sociedade burguesa é marcada pela universalidade da forma-mercadoria, nela o trabalho constitui uma mediação social automediante, uma totalidade que substitui as relações sociais abertas que a precederam. O trabalho, ou seus produtos, mediado pelo conjunto de estruturas que ele próprio constitui é utilizado como meio para adquirir os produtos do trabalho de outras

pessoas. Ao substituir as relações abertas, a função social desse trabalho passa a determinar o caráter das relações sociais e de seu próprio caráter no capitalismo, tornando-se seu próprio terreno social.

A teoria valor-trabalho marxiana é uma análise da especificidade histórica do valor como forma de riqueza e do trabalho que supostamente o constitui. Essa teoria compreende que a categoria valor está no cerne da sociedade capitalista, não devendo ser interpretada como uma mera categoria do modo de distribuição de mercadorias, pois expressa às relações básicas e é a base da produção capitalista. Ela apresenta o valor como uma forma historicamente específica de riqueza, vinculada intrinsecamente ao modo de produção capitalista, sendo constituído pelo dispêndio de tempo de trabalho humano imediato, que permanece preso a ele e possui uma dimensão temporal. No capitalismo, o trabalho é a fonte de riqueza social e que essa riqueza é apropriada pela classe capitalista (POSTONE, 2014).

Conforme destacou Postone (2014), o pensamento marxiano revela que nesse modo de produção o valor se apresenta como uma forma de riqueza relacionada a uma determinação temporal, sendo que o “tempo de trabalho imediato” é o fator determinante para a produção dessa riqueza. O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Portanto, o que atribui valor aos produtos do trabalho, ou seja, às mercadorias, é a quantidade de trabalho abstrato objetivado através do processo de produção e mediação social. O valor se apresenta tanto como uma forma de relação social objetivada automediadora, quanto uma forma de riqueza específica do modo de produção capitalista, portanto, historicamente determinada.

O pensamento marxiano expõe que o objetivo da produção no capitalismo não é a simples produção de mercadorias, mas a extração de valor, ou mais especificamente, de mais-valor. Não interessa ao capitalista individual o tipo de produto criado pelos trabalhadores que explora, e sim a quantidade de mais-valor que consegue extrair através desses produtos. Ele está interessado na quantidade de trabalho contida nos produtos, ou seja, no trabalho abstrato e não em suas formas materiais. A produção pela produção está no cerne do modo de produção capitalista e constitui uma cadeia sem fim de expansão (POSTONE, 2014).

Portanto, o trabalho desempenha na sociedade capitalista o papel único na mediação das relações sociais, não se trata somente de relações de trabalho, mas de uma relação mais profunda, intrínseca ao sistema. Por mais que com o desenvolvimento da sociedade capitalista o trabalho tenha se diversificado, continua central para o capital, gerando um movimento contraditório intrínseco que oprime a classe trabalhadora e lança as pessoas ao pauperismo.

No primeiro capítulo dessa pesquisa, intitulado de “Categorias fundantes do modo de produção capitalista: um estudo necessário”, irei aprofundar o estudo dessas categorias reveladas por Marx e que consideramos fundamentais para compreensão das características do processo produtivo do modo de produção capitalista no mundo contemporâneo.

No segundo capítulo, denominado de “Capitalismo contemporâneo e sua irremediável necessidade de valorização do capital”, procurei demonstrar a necessidade vital do capitalismo em buscar constantemente novas formas e espaços para a valorização do capital. Busquei apresentar como nesse sistema a taxa de lucro possui a tendência de queda e as estratégias utilizadas pelo capital para contê-la. Descrevi algumas das principais características do processo de valorização do capital na era do capitalismo financeiro, informacional e digital.

No terceiro capítulo, intitulado de “O trabalho nas Centrais de Teleatividades e seu papel no processo de valorização do capital”, realizei uma breve exposição sobre a dinâmica do Setor de Serviços e do trabalho nas Centrais de Teleatividades. Discorri sobre a forma como se dá a exploração do trabalho nesse setor e, por fim, apresentei algumas considerações sobre o papel do teleoperador no processo de valorização do capital.

Acredito que essa pesquisa possui um grande potencial esclarecedor e reflexivo, apontando alguns aspectos do trabalho dos teleoperadores que estão além das aparências. Desejo que os trabalhadores acrescentem esse estudo a outros que já possuem, fortalecendo-se na luta diária contra exploração, por melhores condições de trabalho e de vida.

CAPÍTULO 1 – CATEGORIAS FUNDANTES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: UM ESTUDO NECESSÁRIO

1.1. Trabalho, valor e mercadoria: o ponto de partida para compreensão do modo de produção capitalista

O trabalho é um processo que se dá na relação de intercâmbio entre homem e natureza, onde ao entrar em contato com a natureza, utilizando seu cérebro e membros, com o objetivo de transformá-la, o homem transforma a si mesmo, desenvolvendo suas potências adormecidas e modificando sua própria essência, mesmo sem ter consciência disso (MARX, 1996a).

Marx (1996a) explica que o trabalho enquanto criador de valores de uso – coisas cujas propriedades possuem a capacidade de satisfazer as necessidades e carências humanas –

é uma condição de existência do homem. Independente da forma de sociedade que a humanidade tenha desenvolvido ou que venha a desenvolver, o trabalho apresenta-se como uma “eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1996a, p. 172).

Nesse sentido, Marx (1996a) faz duas afirmações extremamente relevantes para o conhecimento da realidade. A primeira é referente à importância vital do trabalho para existência humana e a segunda é sobre a inevitável dependência do homem com a natureza, sem a qual tornaria impossível a criação de valores de uso. Um valor de uso não é, unicamente, fruto do trabalho, sempre possui um substrato material fornecido pela natureza.

O trabalho humano se diferencia das atividades executadas pelos seres vivos de todas as outras espécies, possuindo uma qualidade que é exclusiva do ser humano, é o único que possui um objetivo, uma finalidade.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1996a, p. 298).

Quando o homem separa um objeto de seu meio natural (terra e água) através do trabalho, de acordo com Marx (1996a), transforma-o em *objeto de trabalho*, podendo ser entendido enquanto a matéria que se aplica ao trabalho. Se for simplesmente arrancado de seu meio natural, como um mineral, madeira ou peixe, denominamos de objeto de trabalho preexistente, mas a partir do momento em que esse o objeto passa a ser o resultado de uma ação do homem, ou seja, um produto fruto de um trabalho anterior, recebe o nome de matéria-prima. Dessa forma, temos que toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima.

Se os objetos representam as condições materiais necessárias à objetivação do processo de trabalho, como os instrumentos e as ferramentas de trabalho, não podem ser caracterizados como objetos de trabalho, pois são meios de trabalho. Eles são uma coisa ou complexo de coisas que o trabalhador se apossa imediatamente e coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho, representando uma extensão de seu corpo que o auxilia na transformação da natureza. Os meios de trabalho são de suma importância para o desenvolvimento da

humanidade. Sociedades primitivas são derivadas de meios de trabalho primitivos, pouco desenvolvidos, sociedades desenvolvidas são oriundas de meios de trabalho desenvolvidos, mais complexos. Dessa forma é possível distinguir diferentes épocas econômicas através dos restos de antigos instrumentos de trabalho (MARX, 1996a).

Segundo Marx (1996a), no processo de trabalho o homem utiliza os meios de trabalho para transformar os objetos de trabalho, objetivando criar valores de uso. O conjunto dos meios e objetos de trabalho é caracterizado como meios de produção. Os valores de uso criados através dos meios de produção podem ser consumidos/utilizados enquanto produto final ou utilizados na confecção de outros produtos como meios de produção.

Dependendo da sua função no processo de trabalho, um valor de uso pode ser caracterizado como matéria-prima, meio de trabalho ou produto. Como os valores de uso possuem diversas aplicações úteis, um mesmo produto pode ser utilizado como matéria-prima para diversos processos de trabalho ou pode, simultaneamente, servir de meio de trabalho e matéria-prima, como é o caso da criação de gado, que é a matéria-prima trabalhada e meio de obtenção de estrume. Portanto, um valor de uso não é, unicamente, fruto do trabalho, sempre possui um substrato material fornecido pela natureza (MARX, 1996a).

Marx (1996a) elucida que ao utilizar os valores de uso como meios de produção, o trabalhador não se dá conta de que estes são resultados do processo de trabalho anterior. Esse reconhecimento só emerge na consciência do trabalhador na ocorrência de defeito dos meios de produção, caso contrário o trabalho anterior desaparece.

Ao entrar em novos processos de trabalho como meios de produção, os produtos perdem, por isso, o caráter de produto. Eles só funcionam agora como fatores objetivos do trabalho vivo. O fiandeiro trata o fuso apenas como o meio com o qual fia e o linho como objeto que fia. Com efeito não se pode ficar sem material de fiar e sem fuso. A existência desses produtos é portanto pressuposta ao começar a fiar. Mas nesse processo mesmo importa tão pouco que o linho e o fuso sejam produtos de trabalho passado, como no ato da alimentação interessa que o pão seja produto dos trabalhos passados do camponês, do moleiro, do padeiro etc. (MARX, 1996a, p. 302).

O trabalho passado cristalizado no valor de uso que não serve ao processo de trabalho, de acordo com Marx (1996a), é inútil e se deteriora no decorrer do tempo sob a ação destruidora das forças naturais. É imprescindível que o trabalho vivo transforme os meios de produção em valor de uso efetivo, o que se dá através de um processo de consumo, onde o trabalho consome seus elementos materiais – objeto e meios de trabalho –, tendo por

finalidade a criação de novos valores de uso. No processo produtivo consomem-se produtos com o objetivo de criar produtos com valores de uso diferentes daqueles empregados.

No modo de produção capitalista o processo de trabalho enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos peculiares. O primeiro está no controle do trabalhador pelo capitalista, que busca assegurar que a força de trabalho será gasta com o maior aproveitamento possível, sem desperdício de matéria-prima e de instrumentos de trabalho. O segundo está no fato do produto do trabalho pertencer ao capitalista e não ao trabalhador. O capitalista considera a força de trabalho uma mercadoria que foi vendida pelo trabalhador. Ao comprar a força de trabalho como quem aluga um cavalo por um dia, considera que todo produto produzido pelo trabalhador naquele determinado espaço de tempo lhe possui (MARX, 1996a).

Para compreender o modo de produção capitalista, Marx (1996a) parte da análise da mercadoria, descrevendo-a como um objeto externo, uma coisa utilizada para satisfazer as necessidades humanas, originadas do estômago ou da fantasia. Cada coisa útil possui inúmeras propriedades e utilidades, devendo ser encaradas do ponto de vista qualitativo e quantitativo. A descoberta dos diversos aspectos e dos múltiplos modos de utilização das coisas é um ato histórico.

O conteúdo material da riqueza é constituído pelos valores de uso. O que atribui valor de uso a uma coisa é sua utilidade, não importando para tal a quantidade de trabalho empregado em sua produção ou se satisfaz a necessidade humana de forma imediata, como meio de subsistência, ou, indiretamente, como meio de produção. Para que o valor de uso seja realizado é necessário que haja seu uso ou seu consumo (MARX, 1996a).

Marx (1996a) elucida que no modo de produção capitalista os valores de uso se apresentam como portadores materiais de valor de troca. De início o valor de troca se expressa através de uma relação quantitativa, onde valores de uso de diferentes espécies e quantidades são trocados. Nessa relação o valor de troca aparenta ser imanente à mercadoria, algo casual e puramente relativo. Vejamos o aprofundamento realizado por Marx sobre esse ponto.

Determinada mercadoria, 1 quarter de trigo, por exemplo, troca-se por x de graxa de sapato, ou por y de seda, ou por z de ouro etc., resumindo por outras mercadorias nas mais diferentes proporções. Assim, o trigo possui múltiplos valores de troca em vez de um único. Porém, sendo x de graxa, assim como y de seda ou z de ouro o valor de troca de 1 quarter de trigo, x de graxa, y de seda, z de ouro etc. têm de ser valores de troca permutáveis uns pelos outros ou iguais entre si. Por conseguinte, primeiro: os valores de

troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a “forma de manifestação” de um conteúdo dele distinguível (MARX, 1996a, p. 166).

Percebe-se ao realizar a troca entre duas ou mais mercadorias diferentes entre si, a existência de grandeza em comum que lhe permitem a troca enquanto equivalentes (variando em relação à quantidade de uma ou de outra). Esse algo em comum não é uma propriedade natural das mercadorias, mas uma abstração de seus valores de uso. As propriedades corpóreas das coisas só são consideradas a partir do momento que se tornam valores de uso (MARX, 1996a).

A mercadoria enquanto valor de troca, segundo Marx (1966), não possui sequer um átomo de valor de uso, podendo apenas ser diferenciada em relação a sua quantidade. Ao considerar a mercadoria somente enquanto valor de troca, a única propriedade que lhe resta é a de ser produto do trabalho. Quando abstraímos o valor de uso de uma mercadoria, abstraímos também todas as qualidades que tornaram aquela coisa em um valor de uso.

Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1996a, 167-168).

Assim, Marx (1996a) expõe que sob o ponto de vista do valor de troca, as mercadorias perdem todas as suas qualidades, assim como são desconsideradas as especificidades do trabalho humano empregado. Elas tornam-se simples repositórios do dispêndio de trabalho humano abstrato. O trabalho é a substância constituidora de valor, nesse sentido, os valores de uso só possuem valor porque objetivam ou materializam trabalho humano abstrato e a dimensão do valor está diretamente relacionada à quantidade de trabalho despendida no processo produtivo. Por sua vez, a quantidade de trabalho é definida pelo tempo de duração.

O valor de uma mercadoria não é definido pela quantidade ou tempo de trabalho do trabalhador individual, está relacionado à força conjunta de trabalho da sociedade, composta por inúmeras forças de trabalho individuais. Assim, contanto que o processo produtivo não consuma mais força de trabalho que o necessário, as forças de trabalho individuais serão idênticas, pois possuem o caráter e operam como uma força média de trabalho social. “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso

qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1996a, p. 169).

Essa relação entre valor e tempo de trabalho, para Marx (1996a), leva ao entendimento de que com a introdução de novas tecnologias no processo produtivo, ao diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de uma mercadoria, diminui também o valor da mesma. O valor da mercadoria tende a permanecer constante se não houver alteração na quantidade de trabalho social empregado. Diferentes valores de uso, aos quais foram empregados a mesma quantidade de trabalho abstrato, possuem a mesma grandeza de valor. “A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do *quantum*, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza” (MARX, 1996a, p. 170).

Toda mercadoria é um valor de uso, mas nem todo valor de uso é uma mercadoria. O ar, as matas não cultivadas, o solo virgem etc. são valores de uso para o homem, mas não são mercadorias. Um valor de uso só é reconhecido como mercadoria quando é produzido para os outros, com intuito de troca. Assim, os objetos feitos para utilização própria, apesar de serem produtos do trabalho humano, não são caracterizados como mercadoria (MARX, 1996a).

Para que dois valores de uso possam ser trocados ou confrontados enquanto mercadorias, segundo Marx (1996a), é necessário possuírem qualidades diferentes, da mesma forma que os trabalhos que deram origem a esses valores de uso são qualitativamente diferentes. A diferença qualitativa existente na totalidade dos valores de uso e dos trabalhos úteis que os fabricam é que dá condição para existência das mercadorias.

Em uma sociedade baseada na produção de mercadorias há uma potencialização na divisão social do trabalho, oriunda dos diferentes tipos de trabalhos úteis. Esses trabalhos são executados de forma independente entre si, como negócios privados de produtores autônomos (MARX, 1996a).

Ao que concerne o valor de uma mercadoria, Marx (1996a) aponta que no processo produtivo pode haver o acréscimo de riqueza material sem que haja aumento do valor. Usando a produção de casacos como exemplo, elucida que se a produção de um casaco gasta x dias de trabalho e a produção de dois casacos representa $2x$ dias de trabalho, ao se produzir dois casacos por x dias de trabalho haverá um aumento na riqueza material produzida (dois casacos vestem duas pessoas) sem que haja um aumento no valor. Isso porque o valor está relacionado com a quantidade de tempo de trabalho socialmente gasto na produção de uma mercadoria e não com a quantidade de mercadorias produzidas em um determinado tempo.

Entretanto, à crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo da grandeza de valor. Esse movimento contraditório origina-se do duplo caráter do trabalho. [...] O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai. A mesma variação da força produtiva, a qual aumenta a fecundidade do trabalho e, portanto, a massa de valores de uso por ela fornecida, diminui, assim, a grandeza de valor dessa massa global aumentada, quando ela encurta a soma do tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa (MARX, 1996a, p. 175).

De acordo com Marx (1996a), o que caracteriza um valor de uso como uma mercadoria é o fato deste possuir um duplo caráter, apresentando-se tanto como valor de uso quanto como valor. A objetividade de valor de uma mercadoria é puramente social, sua existência está condicionada a troca de uma mercadoria por outra, que só é possível na medida em que sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano.

A relação mais simples do valor pode ser observada na troca entre duas mercadorias de diferentes tipos. A relação dada entre duas mercadorias diferentes, A e B, representa dois polos da expressão do valor, onde a primeira (A) expressa uma forma relativa, representando um papel ativo e a segunda (B) uma forma equivalente, representando um papel passivo. A segunda mercadoria sempre determina o valor da primeira, seguindo o exemplo exposto por Marx, na equação $A=B$, se A representa 20 varas de linho e B representa um casaco, temos que o valor de 20 varas de linho é determinado por um casaco. Para descobrirmos o valor de um casaco é necessário inverter a equação ($B=A$), pois na expressão de valor, uma mercadoria não pode aparecer, ao mesmo tempo, sob a forma relativa e equivalente. A forma que uma mercadoria vai expressar depende exclusivamente do local onde esta se encontra na equação (MARX, 1996a).

No exemplo citado, 20 varas de linho e um casaco possuem a mesma quantidade de trabalho objetivado, sendo essa substância em comum que permite que esses valores de uso de diferentes tipos sejam trocados como equivalentes. “Como valores, as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano, então a nossa análise reduz as mesmas à abstração de valor, sem dar-lhes, porém, qualquer forma de valor diferente de suas formas naturais” (MARX, 1996a, p. 179).

Na relação entre mercadorias, onde $A=B$, o valor da mercadoria A (20 varas de linho) é expresso no corpo da mercadoria B (um casaco), ou seja, no valor de uso da mercadoria B. Como as mercadorias A e B são diferentes fisicamente, nessa relação, a

mercadoria A recebe uma forma de valor diferente de sua forma natural. A mercadoria B assume na expressão de valor uma forma peculiar de valor, a de equivalente. Essa forma torna-se a forma natural da mercadoria, não contendo nenhuma determinação quantitativa de valor. O valor da mercadoria (um) casaco passa a ser algo puramente social. De acordo com Marx,

O corpo da mercadoria que serve de equivalente figura sempre como corporificação do trabalho humano abstrato e é sempre o produto de determinado trabalho concreto, útil. Esse trabalho concreto torna-se portanto expressão de trabalho humano abstrato (MARX, 1996a, p. 185),

Marx (1996a) aponta três peculiaridades assumidas pela forma equivalente do valor: a primeira é expressa pelo fato do valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, do valor; a segunda diz respeito à conversão do trabalho concreto na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato; e, a terceira, refere-se à conversão do trabalho privado na forma de seu contrário, trabalho em forma diretamente social.

As reflexões que tivemos até esse momento são suficientes para compreendermos que analisar a mercadoria enquanto valor de uso e valor de troca serve apenas como abreviação, não podendo ser interpretado, a rigor, como algo verdadeiro. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e valor. Essa antítese interna oculta entre valor de uso e valor é representada pela antítese externa expressa na relação entre duas mercadorias, onde uma funciona diretamente somente como valor de uso e a outra vale diretamente somente como valor – valor de troca (MARX, 1996a).

A forma simples de valor de uma mercadoria, segundo Marx (1996a), só pode ser expressa em relação a outro tipo de mercadoria, sendo totalmente indiferente seu conteúdo (ferro, linho, trigo, casaco etc.). Nesse sentido surgem diversas expressões simples de valor, cujo número de expressões de valor de uma mercadoria é apenas limitado pelo número de espécies de mercadorias diferentes dela.

Ao ser manifestado em diferentes espécies, o valor de uma mercadoria demonstra ser verdadeiramente uma gelatina de trabalho humano indiferenciado. A relação deixa de ser entre dois donos de mercadorias individuais e passa a ser social. “Evidencia-se que não é a troca que regula a grandeza de valor, mas, ao contrário, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca” (MARX, 1996a, p. 191).

Marx (1996a) esclarece que a partir do momento em que uma mercadoria isolada passa, habitualmente, a se relacionar com diversas outras, começa a representar os valores de todas as mercadorias, que por sua vez aparecem apenas sob a forma de equivalentes. O valor

de todas as espécies de mercadorias passa a se igualar a uma única espécie em comum, que possui no mundo das mercadorias o caráter de equivalente geral. Uma vez que uma mercadoria é definida como equivalente geral é excluída da forma valor relativa unitária, assim como todas as outras mercadorias são excluídas da forma de equivalente geral.

Toda mercadoria é trabalho humano cristalizado e por isso o trabalho que originou o equivalente geral expressa a “forma geral de manifestação do trabalho humano enquanto tal”. Ao mesmo tempo em que o equivalente geral iguala qualitativamente o valor das diversas mercadorias, iguala também todos os trabalhos reais à sua característica comum de trabalho humano abstrato (MARX, 1996a).

Para Marx (1996a), por ser uma forma de valor em si, a forma de equivalente geral pode ser recebida por qualquer mercadoria. A partir do momento em que a forma natural de uma mercadoria se funde, definitivamente, por meio do hábito social, com a forma equivalente, torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro. É atribuído a essa mercadoria, no mundo das mercadorias, a função especificamente social de desempenhar o papel de equivalente geral. Historicamente, essa posição privilegiada foi conquistada pela mercadoria ouro.

O ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por já antes ter-se contraposto a elas como mercadoria. Igual a todas as outras mercadorias funcionou também como equivalente, seja como equivalente individual em atos isolados de troca, seja como equivalente particular ao lado de outros equivalentes mercantis. Pouco a pouco, passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais extensos, como equivalente geral. Tão logo conquistou o monopólio dessa posição na expressão de valor do mundo das mercadorias, torna-se mercadoria dinheiro, e só a partir do momento em que já se converteu em mercadoria dinheiro [...] [que] a forma valor geral se transforma em forma dinheiro.

A expressão relativa simples de valor de uma mercadoria, por exemplo, do linho, na mercadoria que já funciona como mercadoria dinheiro, por exemplo, o ouro, é a forma preço (MARX, 1996a, p. 196).

Outra importante característica apresentada pela mercadoria, de acordo com Marx (1996a), é o seu caráter fetichista. Ela não é algo tão fácil de apreender quanto aparenta, é repleta de mistérios, manhas teológicas e sutileza metafísica, mas esses mistérios não provêm de seu aspecto enquanto valor de uso ou do conteúdo das determinações do valor.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete

a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos (MARX, 1996a, p. 196).

Marx (1996a) esclarece que o trabalho cristalizado nas mercadorias desaparece aos olhos humanos, as relações sociais de produção entre homens assumem a forma fantasmagórica de uma relação social entre os produtos do trabalho, entre coisas. É esse processo, inseparável da produção de mercadorias e proveniente do caráter social peculiar do trabalho produtor de mercadorias que Marx denomina de fetichismo.

O caráter social do trabalho surge da relação entre os produtores mediante a troca de suas mercadorias que, por sua vez, são produtos de seus trabalhos privados realizados independente uns dos outros. Essa relação de troca é central para a atuação do trabalho privado individual como trabalho social total, não obstante como a troca acontece entre os produtos do trabalho, as relações sociais são vistas entre relações entre coisas e a relação entre pessoas são reificadas (MARX, 1996a).

No processo de troca, segundo Marx (1996a), os produtos do trabalho recebem uma objetividade de valor socialmente igual que se diferencia da sua objetividade de valor de uso que é fisicamente diferenciada. O trabalho social privado adquire um verdadeiro duplo caráter social na medida em que, por um lado, os trabalhos privados dos produtores, como trabalhos úteis, têm que satisfazer determinada necessidade social, provando ser participantes do trabalho total. Por outro, esses trabalhos só satisfazem as necessidades de seus produtores na medida em que permitem serem trocados, como equivalentes, por outras espécies de trabalhos privados.

Essas características do produto do trabalho não se expressam de forma explícita para os homens, exigindo uma reflexão aprofundada. Na prática, de acordo com Marx (1996a), o que interessa aos produtores é a quantidade de produtos alheios que recebem em troca pelos seus. Segundo Marx:

O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o sentido do hieróglifo, descobrir o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores, assim como a língua, é seu produto social (MARX, 1996a, p. 200).

Apesar de criar valor, o trabalho humano não é valor, torna-se valor na medida em que é cristalizado sob a forma de mercadoria.

1.2. Equivalente geral e o intercâmbio de mercadorias

Segundo Marx (1996a), para que ocorra a troca entre mercadorias é necessário que seus possuidores relacionem entre si como pessoas, reconhecendo-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica é possibilitada por um contrato, formal ou informal, e se dá em meio a uma relação econômica. Para o proprietário sua mercadoria é uma coisa cujo valor de uso é possuir valor de troca, ela só possui valor de uso direto somente para os outros e é isso o que possibilita sua troca. Assim, antes de realizar-se enquanto valor de uso, uma mercadoria tem que realizar-se enquanto valor. Do ponto de vista do proprietário sua mercadoria funciona como equivalente geral, podendo ser trocada por todas as outras, que por sua vez, funcionam como equivalentes particulares de sua mercadoria.

A troca de mercadorias era realizada com referência a uma terceira mercadoria que era utilizada como equivalente, mas essa mercadoria não era fixa, surgia e desaparecia com o contrato social momentâneo. O crescimento das mercadorias, em quantidade e variedade, e o desenvolvimento e expansão, para outros locais, do processo de troca criam a necessidade de estabelecer um equivalente geral ou social fixo que não dependesse do valor de uso ou da necessidade individual. Como as grandezas de valor são puramente quantitativas, a mercadoria escolhida como equivalente geral deve ser capaz de ser dividida e recomposta sem esforço sempre que necessário. Ouro e prata possuem tais propriedades por natureza (MARX, 1996a).

Dessa forma, ouro, prata e outros metais preciosos são usados como dinheiro, sendo permutáveis por qualquer outra mercadoria. Mas ouro (bem como os outros metais preciosos) é uma mercadoria e, por conseguinte, só pode ser trocada por outra enquanto equivalente na medida em que possui valor, ou seja, em que é portador de um determinado *quantum* de trabalho humano cristalizado. Como quando entra na circulação, como dinheiro, seu valor já está dado, tais propriedades são ofuscadas. “O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma da mercadoria, tornado visível e ofuscante” (MARX, 1996a, p. 217).

Para simplificar sua análise, Marx (1996a) utiliza o ouro como mercadoria monetária. Conforme exposto, não é o dinheiro que torna as mercadorias mensuráveis, mas o fato de serem portadoras de trabalho humano objetivado. Dinheiro, como medida de valor, é a forma monetária de determinado *quantum* de tempo de trabalho.

De acordo com Marx (1996a), para determinar o preço de uma mercadoria, o possuidor imagina a quantidade de ouro equivalente a ela, mas por mais que esse preço seja

imaginado tem que estar diretamente relacionado ao valor do ouro existente, ou seja, ao tempo de trabalho necessário para se obter ouro. Portanto, embora como função de medida de valor utilize-se de dinheiro imaginário, o preço é totalmente dependente do material monetário real.

O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria. Por isso, a equivalência da mercadoria e do *quantum* de dinheiro, cuja denominação é o preço dela, é uma tautologia, como a expressão relativa de valor de uma mercadoria por si é sempre a expressão da equivalência de duas mercadorias. [...] A grandeza de valor da mercadoria expressa [...] uma relação necessária imanente a seu processo de formação com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária, que existe fora dela (MARX, 1996a, p. 225-226).

Marx (1996a) aponta a possibilidade de uma incongruência quantitativa ou divergência entre a grandeza de valor e o preço, pois a primeira está sempre relacionada ao tempo de trabalho objetivado e o segundo, apesar de ser a expressão da primeira, pode variar para mais ou para menos se as circunstâncias permitirem. A forma preço também pode encerrar uma contradição qualitativa ao deixar de ser expressão monetária do valor. Coisas que em si e para si não são mercadorias, como honra e consciência, podem receber a forma de mercadoria ao serem colocadas à venda por um determinado preço imaginário. Essa possibilidade de variação do preço é essencial para o modo de produção capitalista.

Marx (1996a) explica que após definir o preço de sua mercadoria o produtor troca-a no mercado por dinheiro, que por sua vez será trocado novamente por outra mercadoria, um produto que possui valor de uso para esse produtor. Esse processo de intercâmbio entre mercadorias é representado da seguinte forma: $M - D - M$, sendo que M representa mercadoria e D dinheiro.

O processo de troca da mercadoria pelo dinheiro simboliza um salto mortal da mercadoria, para o produtor seu produto só representa um valor de uso na medida em que pode ser trocado, do contrário, trata-se de um não valor de uso que absorveu trabalho humano abstrato. A mercadoria compele seu produtor a convertê-la em dinheiro, haja vista que sua não realização a torna inútil e representa um prejuízo para o seu possuidor. A mesma divisão do trabalho que propicia a independência aos produtores privados faz com que o processo social de produção e suas relações dentro desse processo tornem-se independentes deles mesmos, que somado à independência recíproca das pessoas resulta em um sistema de dependência reificada universal (MARX, 1996a).

Para Marx (1996a), o intercâmbio de mercadorias, representado pela forma $M - D - M$, da origem ao processo de circulação de mercadorias, na medida em que o vendedor após realizar sua venda se apresenta como comprador dando origem a um novo ciclo, conforme o seguinte exemplo: o tecelão de linho troca sua mercadoria (linho) no mercado por dinheiro e usa esse dinheiro para comprar Bíblia, por sua vez, o vendedor de Bíblias usa o dinheiro adquirido para comprar aguardente e assim por diante. Cria-se um ciclo de cooperação com inúmeras variáveis onde o possuidor de mercadorias troca frequentemente os papéis de vendedor e comprador.

A circulação de mercadorias distingue-se não só formalmente, mas também essencialmente, do intercâmbio direto de produtos. Basta lançar um olhar retrospectivo ao percurso. O tecelão de linho trocou, sem dúvida, linho por Bíblia, mercadoria própria por alheia. Mas esse fenômeno é verdadeiro somente para ele. O vendedor de Bíblias, que prefere o calor ao frio, não pensou trocar a Bíblia por linho, assim como o tecelão de linho não sabe que seu linho foi trocado por trigo etc. A mercadoria de B substitui a mercadoria de A, mas A e B não trocam suas mercadorias reciprocamente. Pode, de fato, ocorrer que A e B comprem reciprocamente um do outro, mas tal relação particular não é condicionada, de modo algum, pelas relações gerais da circulação de mercadorias (MARX, 1996a, 234-235).

Marx (1996a) acrescenta que, por um lado, o intercâmbio de mercadorias proporciona o rompimento das limitações locais e individuais da troca direta de produtos e o desenvolvimento do metabolismo do trabalho humano. Por outro lado, um incontável círculo de vínculos naturais de caráter social é desenvolvido entre as pessoas envolvidas, onde a venda de uma mercadoria possibilita o produtor assumir o papel de comprador indo ao mercado comprar a mercadoria do outro produtor/vendedor e assim por diante.

Aprofundando a discussão ao que tange o dinheiro no processo de circulação de mercadorias, Marx (1996a) alega que com o crescimento do montante de mercadorias em circulação, o ouro foi sendo gradativamente substituído por outros tipos de moedas, como prata e bronze, e, posteriormente, pela moeda papel. Tal fato é impulsionado pelas dificuldades técnicas para cunhar ínfimas frações de peso de ouro e prata e pelo desgaste desses materiais no âmbito da circulação.

A moeda de ouro, enquanto dinheiro no processo de circulação, dissocia-se de sua substância de valor, representando somente um símbolo de seu valor, por isso pode ser substituída por coisas relativamente sem valor. Foi nesse sentido que o Estado criou e lançou no processo de circulação a moeda papel, que leva impresso denominações monetárias baseadas nos conteúdos metálicos. Esses bilhetes por si só não têm valor, recebem valor na

medida em que representam as moedas de ouro utilizadas na circulação e, por consequência, sua impressão depende diretamente da quantidade de ouro lançada no processo de circulação (MARX, 1996a).

A circulação de mercadoria é apontada por Marx (1996a) como o ponto de partida do capital, que foi expresso pela primeira vez na forma do dinheiro. O dinheiro em si e para si não é capital, transforma-se em capital sob determinadas circunstâncias.

A primeira diferença entre dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital está em sua forma de circulação. Dinheiro como dinheiro é expresso pela forma $M - D - M$, onde o produtor vende sua mercadoria para comprar outra diferente. Já o dinheiro como capital é expresso pela forma $D - M - D$, especificamente diferenciada, que representa a “transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital” (MARX, 1996a, p. 268).

Marx (1996a) explica que na circulação simples de mercadorias ($M - D - M$) o produtor transforma sua mercadoria em dinheiro para adquirir uma mercadoria diferente. Na circulação do dinheiro como capital ($D - M - D$), a mercadoria comprada pelo possuidor do dinheiro representa apenas uma forma obter (mais) dinheiro, seu valor de uso está no fato dela ser vendável.

Na circulação $M - D - M$ o ponto de partida tem início com a venda e o término com a compra, o dinheiro recebido foi gasto na compra de outra mercadoria fechando o ciclo. Por outro lado, na forma inversa $D - M - D$, o dinheiro representa tanto o ponto de partida quanto o de chegada, o dinheiro lançado na circulação com a compra da mercadoria é resgatado (com acréscimo) em sua venda (MARX, 1996a).

Para Marx (1996a), no processo $D - M - D$, tanto o início quanto a finalidade é representado pelo dinheiro, que, enquanto expressão de valor, diferencia-se somente quantitativamente. Nesse sentido,

a forma completa desse processo é, portanto, $D - M - D'$, em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de mais-valia¹ [...]. O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou

¹ Nesta pesquisa optamos em substituir o termo mais-valia por mais-valor, excetuando as citações diretas, onde foi mantida a tradução que consta nas obras utilizadas.

se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital (MARX, 1996a, p. 271).

Marx (1996a) demonstra que a circulação de dinheiro como capital possui finalidade em si mesma. Se o valor recebido pelo possuidor do dinheiro no final do primeiro ciclo (D – M – D') fosse gasto, deixaria de desempenhar o seu papel como capital. Para manter-se capital, ao fim de cada ciclo individual, o dinheiro com incremento (D') deve ser reinvestido, dando início a um novo ciclo. Ao tomar consciência desse processo o possuidor do dinheiro se torna capitalista. Enquanto capitalista, traça sua meta subjetiva e age em prol de se apropriar da crescente riqueza abstrata.

No processo simples de circulação de mercadoria, onde se encontram o produtor A e o produtor B para permutarem suas mercadorias, ambos podem sair em vantagem. Para compreendermos melhor essa situação, digamos que A produza vinho e B plante cereal. Retirada (se for o caso) determinada quantia para consumo próprio, temos que o vinho para o produtor A não tem valor de uso, só lhe serve enquanto portador de valor de troca. O mesmo acontece com o agricultor de cereal, seu produto lhe é inútil enquanto valor de uso. Tanto A quanto B alienaram um produto que não lhe serviam visando adquirir algo útil (com uma quantidade similar de tempo de trabalho). Por conta da especialização do trabalho, o vinicultor recebeu pelo vinho uma quantidade de cereal maior do que poderia produzir por conta própria, o mesmo acontece com o agricultor que recebeu, pelo mesmo valor de troca, mais vinho. Portanto, na troca de valores de uso, onde se aliena a mesma quantidade de trabalho, ambas as partes saem ganhando. O valor das mercadorias é representado pelos seus preços antes de serem lançadas na circulação, por isso mesmo com a entrada do dinheiro a relação apresentada não muda (MARX, 1996a).

Através do exemplo citado, de acordo com Marx (1996a), é possível notar que mesmo após intercâmbio de mercadorias o produtor mantém em sua posse, sob um novo formato, a mesma quantidade de trabalho objetivado. Ocorre uma metamorfose na mercadoria, mas a grandeza do valor permanece a mesma, o que leva à conclusão de que não é possível obter lucro em uma relação de igualdade, não há extração de mais-valor.

A diferença material existente entre os valores de uso faz com que os possuidores de mercadorias tornem-se dependentes uns dos outros, obrigando-os a confrontar-se no mercado através do intercâmbio constante de mercadorias. Essa interdependência também pode ser encontrada no preço das mercadorias. Caso um vendedor venda sua mercadoria por um preço 10% mais caro, sem haver alteração em seu valor, proporcionará uma reação em cadeia onde os outros possuidores de mercadorias também aumentarão seus preços e quando esse

vendedor voltar ao mercado, como comprador, comprará o valor de uso que necessita 10% mais caro. Nesse aumento, o lucro adquirido foi rapidamente absorvido pelas mercadorias, transformando-se em um inchaço nos preços sem alterar as relações de valor. O mesmo processo acontece se o comprador adquirir as mercadorias com uma redução de preço de 10%, as leis do mercado fará com que tudo fique como antes (MARX, 1996a).

De acordo com Marx (1996a), no processo de circulação de mercadorias não há produção de mais-valor, não há transformação de dinheiro em capital. Aquele que compra, vende e aquele que vende, compra, se comprar mais caro venderá mais caro, se vender mais caro, comprará mais caro, o aumento nominal no preço de uma mercadoria acarreta o aumento de preço das outras.

A esfera da circulação de mercadorias, apesar de não dar origem ao mais-valor, cumpre um importante papel nesse processo, pois é impossível que o produtor valorize o valor sem entrar em contato com os outros produtores. “Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela” (MARX, 1996a, p. 284).

Marx (1996a) explica que para transformar dinheiro em capital, o possuidor do dinheiro deverá utilizar a esfera da circulação como ponto de partida, seguindo, portanto, as leis imanentes à troca de mercadorias, comprando-as e vendendo-as pelo mesmo valor, mas ao mesmo tempo, deverá extrair, no final do processo, um valor excedente.

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica – a capacidade de trabalho ou a força de trabalho (MARX, 1996a, p. 285).

A capacidade de trabalho ou a força de trabalho é entendida por Marx (1996a, p. 285) “[como] o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie”.

Segundo Marx (1996a), para que a força de trabalho seja disponibilizada no mercado, seu possuidor tem que ser uma pessoa livre e deve desejar vendê-la. Tanto o vendedor quanto o comprador devem ser reconhecidos igualmente como possuidores de mercadorias, como pessoas juridicamente iguais. O vendedor da capacidade de trabalho só

pode vendê-la por um determinado período de tempo, pois caso renunciasse a sua propriedade deixaria de ser livre, tornando-se uma mercadoria, um escravo.

Outra condição necessária para que o possuidor do dinheiro encontre a força de trabalho no mercado é que seu vendedor deve encontrar-se despojado dos meios de produção e, conseqüentemente, dos meios de subsistência. O proprietário da força de trabalho não pode ter outras mercadorias para vender além da sua própria capacidade de trabalho (MARX, 1996a).

De acordo com Marx (1996a), a força de trabalho, assim como as outras mercadorias, possui valor, seu valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e reprodução.

Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado *quantum* de trabalho social médio nela objetivado [...]. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor (MARX, 1996a, p. 275).

Marx (1996a) esclarece que os meios de subsistência são utilizados para repor o gasto com determinado *quantum* de nervo, músculo, cérebro etc. O trabalhador tem que repor suas energias, força e saúde para voltar a trabalhar no dia seguinte sob as mesmas condições e manter um estado de vida normal. O valor da força de trabalho e, por conseguinte, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos, sofre alterações de acordo com o país, época, nível cultural, nível de organização dos trabalhadores etc., compondo um elemento histórico e moral.

O cálculo dos meios de subsistência não corresponde somente ao proprietário da força de trabalho que está diretamente inserido no processo de produção. A transformação de dinheiro em capital é contínua, mas os trabalhadores são mortais, por isso, em determinado momento deverão ser substituídos, por conta de desgaste ou morte. Nesse sentido, a soma dos meios de subsistência adquiridos pelos trabalhadores leva em consideração a manutenção de suas famílias, principalmente de seus filhos, que um dia irão substituí-los no mercado de venda de força de trabalho (MARX, 1996a).

Para Marx (1996a), os meios de subsistência correspondem tanto a itens que necessitam de reposição diária, como alimentação, aquecimento etc., quanto a itens cujos gastos correspondem a períodos de tempo maiores, como roupas, móveis etc. Mesmo que as

diversas espécies de mercadorias sejam compradas ou pagas em períodos diferentes, a soma dessas despesas necessita ser coberta pela média diária.

Supondo que essa massa de mercadorias necessárias ao dia médio contém 6 horas de trabalho social, para a produção diária da força de trabalho será necessário meio dia de trabalho. Esse *quantum* de trabalho expressa o valor da reprodução da força de trabalho em um dia. Se meio dia de trabalho social médio é representado por 1 táler, então esse será o preço que corresponde ao valor de um dia da força de trabalho. Se o trabalhador vende sua força de trabalho por este valor, o possuidor do dinheiro compra, pois o preço ofertado é igual ao valor. Se o valor de 1 táler corresponde ao valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis, o possuidor do dinheiro não pode pagar abaixo desse valor, pois compromete a renovação do processo de vida do trabalhador, fazendo com que a qualidade da força de trabalho caia abaixo do normal, prejudicando, portanto, o processo de extração de mais-valor (MARX, 1996a).

Conforme observamos, Marx (1996a) defende que no processo produtivo o capitalista não está interessado no conteúdo material ou na utilidade da mercadoria. Para ele, pouco importa se produz botas, tecido ou lâmpadas. Seu interesse em produzir valores de uso está no fato de serem portadores de valor de troca. Não só deseja produzir um valor de uso que tenha valor de troca, como quer produzir uma mercadoria que possua um valor maior do que empregou no processo produtivo, com a aquisição de meios de produção e força de trabalho. A finalidade da produção não é produzir um valor de uso qualquer, mas uma mercadoria que possua valor e não só valor, como também mais-valor.

1.3. Formação do valor e valorização no modo de produção capitalista

Vejamos agora como funciona o processo de valorização considerando o processo de produção como processo de formação do valor. De acordo com Marx (1996a), assim como a mercadoria, o produto obtido pelo capitalista no processo de trabalho é determinado pelo *quantum* de trabalho cristalizado em seu valor de uso. Para demonstrar como é realizado o cálculo do trabalho materializado nesse produto, Marx utiliza, a título de exemplo, o processo de fabricação do fio.

Suponhamos que para fabricação do fio um determinado capitalista comprou 10 libras de algodão pelo seu valor de 10 xelins (esse valor representa o trabalho geral social exigido para sua fabricação). A massa dos fusos desgastada e de todos os outros meios de

trabalho empregada representa um valor de 2 xelins. Considerando que 2 dias de trabalho representa uma massa de ouro de 12 xelins temos que, de início, no fio estão materializados 24 horas ou 2 dias de trabalho (MARX, 1996a).

Segundo a lei geral do valor, 10 libras de fio, por exemplo, são um equivalente de 10 libras de algodão mais 1/4 de fuso, desde que o valor de 40 libras de fio seja = o valor de 40 libras de algodão + o valor de um fuso inteiro, isto é, que o mesmo tempo de trabalho seja exigido para produzir o que está em cada um dos lados dessa equação (MARX, 1996a, p. 305).

Conforme exemplificou Marx (1996a), o valor de uso do fio e os valores de uso do algodão e do fuso representam o mesmo tempo de trabalho, sendo indiferente o local onde está cristalizado. O tempo de trabalho exigido para a produção do algodão e do fuso desgastado está contido no fio, o valor do fio expressa diferentes processos particulares de trabalho separados no espaço e no tempo. O trabalho contido no fio é trabalho passado que foi materializado na matéria-prima utilizada na sua produção.

Para que os valores do algodão e do fuso, ou seja, dos meios de produção, integrem o valor do fio, duas condições devem ser preenchidas. Primeiro, algodão e fuso têm que se tornar fio, fazer parte do processo produtivo. Segundo, pressupõe-se que sob dadas condições sociais de produção, somente o tempo de trabalho necessário foi aplicado no algodão e no fuso. Sabendo que algodão e fuso compõem parte do valor do fio representando 12 xelins, ou à materialização de 24 horas, ou 2 dias de trabalho, cabe compreender a parte de valor acrescentada ao algodão pelo trabalho do fiandeiro. No processo de fiação quanto mais adequado ao trabalho estiver o fiandeiro e os meios de produção, sob circunstâncias normais, melhor é o fio. Na medida em que se constitui fonte de valor, o trabalho do fiandeiro não se diferencia em nada do trabalho do perfurador de canhões. Sob a ótica da formação de valor, fazer fusos, plantar algodão e fiar se diferencia somente quantitativamente, não importando a natureza, a qualidade ou o conteúdo do trabalho (MARX, 1996a).

Marx (1996a) alude que o trabalho de um fiandeiro em um intervalo de 1 hora representa um determinado *quantum* de fio e materializa 1 hora de trabalho no algodão. Essa hora de trabalho expressa o dispêndio da força vital do fiandeiro naquele determinado espaço de tempo. É importante para o capitalista que durante o processo de fiação somente o tempo de trabalho socialmente necessário seja consumido, pois é esse tempo que conta como valor. No processo de produção a matéria-prima é utilizada apenas como algo para absorver determinado *quantum* de trabalho. O processo de trabalho é quem gera o produto, o fio, que

serve somente para medir o trabalho absorvido pela matéria-prima, o algodão, em uma escala graduada.

Supondo que o valor diário da venda da força de trabalho é de 3 xelins, estando incorporadas 6 horas de trabalho (meia jornada de trabalho), que é o *quantum* de trabalho necessário exigido para garantir a subsistência do trabalho. Ao final das 6 horas de trabalho, nosso fiandeiro transformou 10 libras de algodão em 10 libras de fio. Essas 6 horas de trabalho foram absorvidas pelo algodão no processo de fiação. Como 6 horas de trabalho representam 3 xelins, esse valor foi acrescentado ao algodão no final do processo produtivo. Considerando que o trabalho passado contido no algodão e no fuso representa 2 dias de trabalho, na produção de 10 libras de fio foram objetivados os 2 dias de trabalho contidos nesses meios de produção e $\frac{1}{2}$ dias de trabalho absorvido no processo de fiação, totalizando $2\frac{1}{2}$ dias de trabalho. Esse *quantum* de trabalho representa o valor total de 15 xelins, sendo 10 xelins para o algodão, 2 xelins para a massa de fusos consumida e 3 xelins para a força de trabalho. Portanto, o preço adequado ao produto, 10 libras de fio, é 15 xelins (MARX, 1996a).

Esses dados revelam, segundo Marx (1996a), que o valor do produto é igual ao valor do capital adiantado, pois o dinheiro não se transformou em capital, não ocorreu o processo de valorização, de produção de mais-valor. Os exatos 3 xelins recebidos pelo trabalhador por meia jornada de trabalho foram devolvidos acrescidos em algodão sem gerar lucro. O capitalista, ao refletir sobre a questão, percebe que não é porque o trabalhador necessita de meia jornada de trabalho para garantir seus meios de subsistência que não pode trabalhar uma jornada completa. Antes de comprar a força de trabalho, o capitalista tem em vista que o valor da força de trabalho e sua valorização são grandezas distintas. A força de trabalho é uma mercadoria que possui um valor de uso específico, ela é fonte de valor e de mais-valor. Ao vender a força de trabalho, o trabalhador aliena seu valor de uso, aluga por um determinado *quantum* de tempo, e durante esse período seu trabalho pertence ao comprador (MARX, 1996a).

Para Marx (1996a), dessa forma, mesmo que em 6 horas de trabalho o trabalhador garanta os meios necessários para sua subsistência, o capitalista exige que o trabalhador continue trabalhando por todo período contratado.

Se 10 libras de algodão absorviam 6 horas de trabalho e transformavam-se em 10 libras de fio, então 20 libras de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se transformarão em 20 libras de fio. Consideremos o produto do processo prolongado de trabalho. Nas 20 libras de fio estão objetivadas agora 5 jornadas de trabalho: 4 na massa consumida de algodão e fusos, 1 absorvida pelo algodão durante o processo de fiação. Mas a expressão em

ouro de 5 jornadas de trabalho é 30 xelins ou 1 libra esterlina e 10 xelins. Esse é, portanto, o preço das 20 libras de fio. Uma libra de fio custa, depois como antes, 1 xelim e 6 pence. Mas a soma dos valores das mercadorias lançadas no processo importou em 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto ultrapassou de 1/9 o valor adiantado para sua produção. Dessa maneira, transformaram-se 27 xelins em 30. Deram uma mais-valia de 3 xelins. Finalmente a artimanha deu certo. Dinheiro se transformou em capital (MARX, 1996a, p. 311-312).

Marx (1996a) explica que sob a perspectiva do capitalista seu problema foi resolvido e sem que houvesse violação na lei de trocas de mercadorias, trocando equivalente por equivalente. Ele adquiriu todas as mercadorias que necessitava e as consumiu no processo produtivo. Vendeu sua mercadoria no mercado considerando os mesmos preços que pagou pelos meios de produção e força de trabalho e retirou seus 3 xelins correspondentes à força de trabalho não paga.

No processo apresentado, o valor de uso transformado em mercadoria se transforma novamente em capital. Dessa forma podemos compreender que a mercadoria não é capital em si e para si. Sua transformação só ocorre a partir do momento que cumpre determinadas premissas. O mesmo processo ocorre com os capitalistas. Os possuidores de mercadorias e de dinheiro só se convertem em capitalistas na medida em que transformam mercadoria/dinheiro em capital (MARX, 2004).

Na sua primeira forma provisória (por assim dizer), como dinheiro, como ponto de partida da formação do capital, o capital existe apenas ainda como dinheiro, quer dizer, *como soma de valores de troca sob a forma autônoma do valor de troca, a sua expressão monetária*. Contudo, este dinheiro tem que valorizar-se. O valor de troca deve servir para gerar mais-valor de troca. (MARX, 2004, p. 39).

Segundo Marx (2004), no processo imediato de produção o dinheiro aparece enquanto uma determinada soma de valor cujo valor de uso foi completamente extinto. Para tornar-se capital, essa soma de valor adquirida através da troca não deve apenas ser conservada, tem que gerar um incremento, uma mais valia. Como não possui valor de uso, a grandeza do dinheiro é medida pela sua quantidade e a partir do momento em que a grandeza dessa soma aumenta, apresentando-se como grandeza variável, converte-se em capital. Capital é o produto da soma de dinheiro inicial investido somado ao valor excedente.

Se o capital inicial era uma soma de valor = x , este x terá que transformar-se e transformar-se-á em capital, em $x + \Delta x$, quer dizer, numa soma de dinheiro ou soma de valor = à soma de valor original + um excedente para além desta soma de valor inicial; na grandeza monetária data + dinheiro adicional; no valor dado + mais-valia. À produção de mais-valia – que inclui

a conservação do valor inicialmente adiantado – apresenta-se assim como o fim determinante, o interesse propulsor e o resultado final do processo de produção capitalista, isto é, como aquilo que em virtude do que o valor original se transforma em capital (MARX, 2004, p. 40-41).

De acordo com Marx (2004), por mais que as sociedades que precederam o modo de produção capitalista possam ter gerado excedentes, somente no capitalismo foi possível a transformação de dinheiro em capital. Isso porque, conforme supracitado, para que dinheiro se transforme em capital é necessário que existam determinadas condições e premissas. Mas quais são essas condições e premissas? Primeiro, deve haver na sociedade concorrência entre os membros e devem defrontar-se como pessoas que entram em contato entre si e se contrapõem unicamente enquanto possuidores de mercadorias. Em segundo lugar, o produto social deve ser produzido como mercadoria.

Marx (2004) demonstra que para que no processo de produção x , transforme-se em $x + \Delta x$, ou seja, para que dinheiro se transforme em capital é necessário que haja uma grandeza variável. Mas como x é, *a priori*, uma grandeza constante que por si só não gera incremento é necessário descobrir qual componente permite que uma parte de x converta-se em grandeza variável. Assim, temos que x representa a soma de uma quantidade de valor constante (c), os meios de produção, com uma grandeza variável (v).

Ora bem, a diferença $\Delta (c + v) = c + (v + \Delta v)$ e, como a diferença de $c = 0$, $= (v + \Delta v)$. O que a princípio aparecia como Δx , é pois realmente Δv . E a relação entre este incremento da grandeza original x e a parte de x que e na realidade seu incremento, será necessariamente (pois $\Delta v = \Delta x$ – já que $x = \Delta v$),

$$\frac{\Delta x}{v} = \frac{\Delta v}{v}$$

o que de fato é a fórmula da *taxa de mais-valor*.

Como o capital total $C = c + v$, em que c é constante e v variável, C pode considerar-se como função de v . Se v aumenta de Δv , C será C' . Teremos então:

- 1) $C = c + v$.

- 2) $C' = c + (v + \Delta v)$.

Se subtrairmos a equação 1) da equação 2), obteremos a diferença, $C' - C$, ou seja, o incremento de C , que é ΔC .

- 3) $C' - C = c + v + \Delta v$.

- 4) $\Delta C = \Delta v$.

Temos pois 3), e, por consequência 4) $\Delta C = \Delta v$. Porém $C' - C$ é = a grandeza por que variou C ($= \Delta C$), = ao incremento Δ de C , ou então ΔC , portanto, 4) (MARX, 2004, p. 42).

Marx (2004) revelou por meio desse processo de investigação que o incremento do capital total (ΔC) é igual ao incremento da parte variável (Δv) e, que, como $\Delta c = 0$, o capital constante pode ser desconsiderado.

No modo de produção capitalista, o processo produtivo é a unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização. De forma geral, a mercadoria é o resultado do processo produtivo, mas também é elemento constitutivo deste (MARX, 2004).

De acordo com Marx (2004), a mercadoria é a unidade entre valor de uso e valor de troca. Os meios de produção, enquanto valores de uso, dividem-se primeiramente entre meios de trabalho (instrumentos, elementos auxiliares etc.) e objetos de trabalho (matéria prima). No processo de trabalho os valores de uso entram cindindo-se em dois elementos antagônicos e distintos no plano conceitual: meios de produção objetivos (condições objetivas de produção) e força de trabalho (condição subjetiva da produção).

Marx (2004) esclarece que a força de trabalho é a própria capacidade viva de trabalho, uma capacidade que converte os meios de produção em novos produtos através de uma atividade impulsora e orientada a um fim. Ela é indispensável ao capitalista, sendo responsável tanto pelo surgimento de novos valores de uso quanto pela criação de valor excedente. Ao comprar a força de trabalho por meio de um salário, o capitalista cria um processo contraditório onde apesar de o trabalho real ter sido adquirido pelo capitalista através da troca, o trabalho é função do operário e não do capitalista. A produção de valores de uso é fruto das capacidades produtivas dos trabalhadores e não dos capitalistas.

Isso, confirma-o a antítese na qual as condições objetivas de trabalho – como capital e, nessa medida, como existência do capitalismo – se defrontam no interior do mesmo processo de trabalho como as condições subjetivas de trabalho, como o próprio trabalho, ou melhor, com as condições subjetivas de trabalho. E, é assim que – tanto do ponto de vista do operário quanto do capitalista – o meio de produção na qualidade de modo de existência do capital eminentemente [...] como capital, se contrapõem ao trabalho, ao outro elemento no qual o capital adiantado se transforma e portanto aparece também fora do processo de produção, potencialmente enquanto modo de existência específico do capital (MARX, 2004, p. 47-48)

O processo de valorização faz com que em condições normais de produção a soma dos valores das mercadorias que ingressaram no processo produtivo, como meios de produção, seja menor do que a mercadoria resultante desse processo, ou seja, do que o valor de troca lançado no mercado. Para que esse processo ocorra com excelência o capitalista deve garantir que os valores de uso utilizados na produção possuam qualidade média, que não haja

desperdícios e que os trabalhadores não ofereçam resistências extraordinárias ao trabalho (MARX, 2004).

Para assegurar o processo de valorização, o capitalista procura manter o trabalhador sob vigilância constante, garantindo que o processo produtivo não seja interrompido e que seja concluído sem atrasos, em seu devido tempo. Ele também deve:

- 1) conservar o *valor* do capital variável, reintegrando-o, reproduzindo-o, isto é, adicionando aos meios de produção uma quantidade de trabalho igual ao valor do capital variável ou do salário; 2) gerar um *incremento* do seu valor, uma *mais-valia*, objetivando no produto um *quantum* de trabalho excedente para além do contido no salário, um *quantum* adicional de trabalho (MARX, 2004, p. 52).

De acordo com Marx (2004), o capital representado pelas mercadorias que entram no processo de produção enquanto meios de produção não produzem por si só novos valores, elas apenas transferem para a nova mercadoria seus valores, representando, assim, o capital constante. A força de trabalho expressa o capital variável, sendo a única mercadoria responsável por criar valor. Nesse sentido, o tempo de trabalho mostra-se precioso para o capitalista, devendo ser aproveitado ao máximo, em todo seu potencial. Ele obriga o trabalhador a produzir as mercadorias sem ultrapassar o tempo de trabalho socialmente necessário e procura diminuir esse tempo, visando extrair a maior quantidade possível de trabalho, pois a fonte de *mais-valor* está na intensificação do trabalho até um grau superior à média. Uma vez que o capitalista estabelece determinada intensidade do processo de trabalho, procura prolongar a jornada de trabalho para além do tempo necessário para a reposição do salário.

No processo de valorização não são os trabalhadores que empregam os meios de produção, mas o contrário, são os meios de produção que empregam o trabalhador. O trabalho material absorve o trabalho vivo conservando-se e convertendo-se num valor que se valoriza, em capital. Os meios de produção utilizam o dispêndio de força vital dos trabalhadores enquanto um meio de autovalorização do capital, proporcionando um processo de objetificação da força de trabalho e de personificação dos meios de produção, que assume a direção e exploração do trabalho vivo. Ao se apresentar no processo produtivo enquanto coisa, o trabalho vivo se expressa enquanto algo inerente aos meios de produção, ou seja, em si e para si, como capital (MARX, 2004).

Para Marx (2004), a dominação capitalista sobre os trabalhadores se dá com a dominação das condições objetivas do processo real de produção, onde há a autovalorização do capital adiantado e a criação de *mais-valor*. A dominação capitalista representa a

dominação do trabalho morto sobre o trabalho vivo, da coisa sobre o homem, do produto sobre o produtor.

Trata-se do processo de alienação do seu próprio trabalho. Aqui o operário está logo de início num plano superior ao do capitalista, porquanto este último criou raízes nesse processo de alienação e nele encontra a sua satisfação absoluta, ao passo que, na sua condição de vítima do processo, o operário se acha de imediato numa situação de rebeldia e sente como um processo de sujeição (MARX, 2004, p. 56).

De acordo com Marx (2004), no modo de produção capitalista, o processo de trabalho representa somente um meio necessário para se alcançar um fim, que é a produção de mais-valor. O interesse do capitalista está na mercadoria que proporciona uma quantidade de trabalho superior ao capital que foi adiantado para sua produção, pois o produto do processo de produção capitalista não é um valor de uso ou uma mercadoria qualquer, e sim o mais-valor.

O processo de conversão do dinheiro em capital divide-se em dois processos autônomos, que são diferentes entre si e separados um do outro, mas que se condicionam reciprocamente. O primeiro, que corresponde à compra e venda da capacidade de trabalho, desenrola-se no mercado e faz parte da esfera da circulação de mercadorias. Esse processo é realizado enquanto uma troca de equivalentes, onde o capitalista possuidor do dinheiro compra do trabalhador uma mercadoria, a força de trabalho, necessária ao processo de produção. O segundo trata-se do processo de produção em si, onde a capacidade de trabalho adquirida é consumida. Nessa fase o capitalista usa a força de trabalho bem como todas as outras mercadorias adquiridas para produzir mais-valor (MARX, 2004).

Marx (2004) explica que ao vender sua capacidade de trabalho, o trabalhador usa o dinheiro recebido para adquirir os meios de subsistência que foram produzidos por sua própria classe. Apesar da compra e venda da capacidade de trabalho ser observada enquanto uma troca de equivalentes, o trabalhador é obrigado a vender a sua força de trabalho, pois foi despojado dos meios de produção necessários para produzir os valores de uso essenciais para a sua subsistência e a de sua família. A venda da capacidade de trabalho é o resultado do processo de alienação das condições materiais necessárias para realização do trabalho, onde, através de uma relação fetichizada, os meios de subsistência compram o trabalhador para incorporá-lo aos meios de produção.

De acordo com Marx (2004), no processo de trabalho capitalista os meios de produção se defrontam com a capacidade de trabalho na qualidade de compradores, como poderes autônomos que têm no capitalista sua personificação, vontade própria e consciência.

O trabalhador se apresenta nesse processo enquanto um meio utilizado pelo capital, na forma de trabalho objetivado, para se autovalorizar através da sucção do trabalho vivo.

Na medida em que o processo de trabalho não é mais do que meio e a forma real do processo de valorização, na medida pois em que é um processo que consiste em objetivar em mercadorias [...] um excedente de trabalho não pago, uma mais-valia, isto é, produzir mais-valia, nessa medida, o ponto de partida de todo esse processo é a troca de trabalho objetivado por trabalho vivo, a troca de menos trabalho objetivado por mais trabalho vivo (MARX, 2004, p. 75-76).

Dessa forma, para Marx (2004), a preocupação que o capitalista possui em relação ao ramo de produção em que vai investir seu dinheiro é a capacidade que este manifesta de produzir valor excedente, não fazendo diferença a forma material particular dos meios de produção ou seu valor de uso. Em contrapartida, para o trabalhador é indiferente o conteúdo particular do seu trabalho, “a mudança no gênero de trabalho só lhe interessa na medida em que todo o tipo particular de trabalho exige um desenvolvimento distinto da capacidade de trabalho” (MARX, 2004, p. 81). O principal objetivo do trabalhador é garantir sua sobrevivência e de sua família, logo que vende sua força de trabalho transforma o valor recebido em meios de subsistência.

Capitalista e trabalhador se apresentam no mercado como compradores e vendedores de mercadoria. No mercado, o capitalista atua como comprador, ao comprar a força de trabalho, e como vendedor, ao vender as mercadorias que foram produzidas. Tanto a compra quanto a venda estão voltadas para seu objetivo principal que é a produção de valor excedente, da qual uma parte será transformada em capital. Já o trabalhador, vende sua capacidade de trabalho para obter o dinheiro usado para comprar seus meios de subsistência (MARX, 2004).

Essa relação de compra e venda da força de trabalho, conforme explica Marx (2004), não se trata da divisão social do trabalho, onde as pessoas trocam produtos por não conseguirem produzir todos eles diretamente, trata-se da personificação do capital por intermédio do capitalista e da personificação da capacidade de trabalho através do trabalhador. A compra e venda da força de trabalho é um dos elementos que está contido na gênese do próprio capital, e é um ato contínuo que corresponde à esfera da circulação. A autovalorização do capital total não seria e não é possível sem a troca do capital variável pela capacidade de trabalho.

Outro elemento contido na gênese do capital é o processo real de formação, onde o possuidor do dinheiro ou das mercadorias consome a capacidade de trabalho adquirida. É

nesse processo que as condições objetivas do trabalho são usadas para objetivar mais trabalho vivo do que o contido no capital variável. Os meios de produção são para explorar o trabalho alheio, para absorver e extrair sobretrabalho, representado no mais-valor (MARX, 2004).

De acordo com Marx (2004), o processo de trabalho subsume-se no capital convertendo-se no instrumento de criação de mais-valor, no processo de autovalorização do capital. O capitalista entra nesse processo como vigia e dirigente, utilizando-o para explorar o trabalho alheio. O autor aponta esse movimento como a subsunção formal do trabalho ao capital. Uma forma geral presente em qualquer processo capitalista de produção, mas que é, ao mesmo tempo, uma forma particular em relação ao modo de produção capitalista desenvolvido.

A subsunção formal do processo de trabalho ao capital se deu a partir das bases de um processo de trabalho preexistente. Foi a partir de um dado desenvolvimento da força produtiva do trabalho e de um modo de trabalho preexistente que o capitalista prolongou, de forma coercitiva, a jornada de trabalho visando à extração de mais-valor. Nessa fase inicial, o prolongamento da jornada de trabalho era a única forma utilizada para produzir mais-valor, que foi denominada de mais-valor absoluta (MARX, 2004).

Na subsunção formal, do ponto de vista tecnológico, segundo Marx (2004), não há modificações no processo de trabalho, no entanto, as condições objetivas e subjetivas de trabalho são monopolizadas pelo capitalista, subordinado o produtor e transformando-o em empregador de si mesmo. A relação entre capitalista e trabalhador é puramente monetária, ao passo que o possuidor das condições de trabalho faz com o que trabalhador caia sob a sua dependência econômica. Na medida em que o volume de capital aumenta, a diferença entre o trabalho formalmente subsumido e o modo precedente de empregar trabalho acentua-se.

O desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, por via da cooperação, da aplicação da maquinaria, da divisão do trabalho no interior da oficina e, em geral, pela aplicação consciente do conhecimento científico e tecnológico no processo produtivo etc., possibilitou a produção do denominado mais-valor relativo (MARX, 2004).

Marx (2004) revela que a produção de mais-valor relativo modifica a natureza real do processo de trabalho e suas condições gerais, fazendo surgir o modo capitalista de produção que, por sua vez, abre caminho para a subsunção real do trabalho ao capital. Esse tipo de subordinação proporciona, de maneira contínua, uma revolução total no modo de produção, na relação entre capitalista e trabalhador e na produtividade do trabalho. Ela tornou

possível a conquista pela produção capitalista dos ramos industriais nos quais ainda existia a subsunção formal do trabalho e de todos aqueles que até o momento não tinha se apoderado.

Marx (2004) deixa claro que como o objetivo imediato da produção capitalista é a produção da maior quantia possível de mais-valor, a produção com um fim em si mesma, ou seja, a produção pela produção, já está presente na subordinação formal do trabalho no capital. “Mas essa tendência inerente só se realiza de maneira adequada [...] logo que se desenvolve o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a subordinação real do trabalho ao capital” (MARX, 2004, p. 107).

O tipo de produção (produção com fim em si mesma) adotado no modo de produção capitalista modifica o objetivo do processo de trabalho e papel do produtor no processo produtivo. Se antes os meios de produção serviam aos produtores, agora é o produtor que serve aos meios de produção, ou, mais especificamente, pode-se dizer que o produtor real torna-se um simples meio de produção (MARX, 2004).

1.4. Trabalho produtivo e improdutivo sob a lógica do capital

Segundo Marx (2004), ao contrário do que acontecia no processo de trabalho em geral, onde se apresentava como produtivo o trabalho que se realizava num produto ou mercadoria, no processo capitalista de produção o trabalho só é produtivo quando tem por finalidade autovalorizar o capital, servindo diretamente como instrumento para esse fim. O trabalho não deixa de produzir produtos e mercadorias, mas passa a ser apenas um meio para o processo de valorização do capital.

Portanto, para o modo de produção capitalista só é produtivo o trabalho que produz diretamente mais-valor,

aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para o executante – numa *mais-valia* [...] representada por um *sobreproduto* [...]; isto é, (que se realiza) num incremento *excedentário de mercadoria para o monopolista dos meios de trabalho* [...], para o capitalista. [...] Trata-se, portanto, de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento [...] da sua *autovalorização*, como meio para a produção de mais-valia (Marx, 2004, p. 109, grifos do autor).

Com o desenvolvimento da subordinação real do trabalho ao capital, a capacidade de trabalho socialmente combinada converte-se em agente real do processo, formando através da cooperação de diversas capacidades uma máquina produtiva que cria produtos e autovaloriza

o capital. “Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções” (MARX, 1996a, p. 137).

Cabe destacar dois traços que caracterizam o processo capitalista de produção no que concerne o trabalho produtivo: em primeiro lugar, o possuidor da capacidade de trabalho é um trabalhador assalariado, vendendo para o capitalista trabalho vivo e não uma mercadoria; em segundo lugar, no processo de produção do capital, a capacidade de trabalho do trabalhador se converte na componente variável, que não só conserva os valores de capital adiantados, como os reproduz, transformando-os em mais-valor, valores que a si mesmos se valorizam (MARX, 2004).

Para Marx (2004), todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo. Quando o trabalho é consumido por causa de seu valor de uso, como um serviço, onde não se tem a intenção de gerar valores de troca, é considerado o trabalho improdutivo, o dinheiro funciona como meio de circulação e não como capital. Um soldado, por exemplo, recebe um soldo e não é um trabalhador produtivo. Ou seja, no processo capitalista de produção todo trabalho que não produz diretamente mais-valor é improdutivo. No cerne do conceito trabalho produtivo encontramos a produção de valor e mais-valor, que, por sua vez, não se desvincula do trabalho assalariado. Para o capital é o mais-valor que vai constituir o valor de uso específico do trabalho produtivo.

Trabalho produtivo “não tem absolutamente nada a ver com o conteúdo determinado do trabalho, com a sua utilidade particular ou o valor de uso peculiar em que se manifesta. Por isso, um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo” (MARX, 2004, p. 115). Assim, a análise marxiana defende que

o conceito de trabalho produtivo [...] não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar (MARX, 1996a, p. 138).

No sentido da produção capitalista, trabalho produtivo é a ação executada pelo trabalhador assalariado com a finalidade de produzir mais-valor. Ao final do processo produtivo o trabalhador recebe uma parte do que produziu sob a forma de salário e a outra é apropriada pelo capitalista sob a forma de capital variável. Para ser produtivo é imprescindível que a força de trabalho converta mercadoria ou dinheiro em capital, produzindo um valor maior do que o que foi despendido em salário (MARX, 1980).

Marx (1980) elucida que a existência da classe capitalista se baseia na produtividade relativa do trabalho, mesmo que um único dia de trabalho fosse suficiente para garantir os meios de subsistência necessários para toda vida do trabalhador, no sentido capitalista esse dia só seria produtivo se produzisse valor excedente. Assim, um trabalho pode ser produtivo em termos absolutos e improdutivo sob a ótica capitalista.

A produtividade no sentido capitalista baseia-se na produtividade relativa; então, o trabalhador não só repõe um valor precedente, mas também cria um novo; materializa em seu produto mais tempo de trabalho que o materializado no produto que o mantém vivo como trabalhador. Dessa espécie de trabalho assalariado produtivo depende a existência do capital (MARX, 1980, p. 133).

Em um cenário hipotético, Marx (1980) expõe que onde não exista o sistema capitalista e o trabalhador produza além do necessário para seu consumo, apropriando-se do seu próprio excedente, pode-se constatar a existência de um trabalho que é realmente produtivo.

Essa concepção de trabalho produtivo é consequência natural do modo como A. Smith vê a origem da mais-valia, por conseguinte, a natureza do capital. Quando sustenta essa concepção segue uma direção tomada pelos fisiocratas e mesmo pelos mercantilistas; limita-se a desprendê-la de conceituações errôneas, evidenciando sua essência intrínseca (MARX, 1980, p. 133).

Para Marx (1980), os fisiocratas reduziam a categoria valor ao valor de uso do trabalho e não ao tempo de trabalho, esse equívoco levou-os a formularem uma concepção incorreta do mais-valor. Eles possuíam uma falsa concepção de que somente o trabalho agrícola era produtivo, mas sua ótica confirmou a perspectiva de que, sob o ponto de vista do capitalista, o trabalho produtivo se expressa na produção de mais-valor, apropriada pelos detentores das condições de produção, que, nesse caso, eram os dono das terras. A. Smith retirou dessa concepção equivocada o conceito de que o trabalho produtivo é definido pelo trabalho assalariado que proporciona um valor superior ao seu custo.

Os mercantilistas, como os fisiocratas, também se equivocaram ao determinar o conteúdo do trabalho produtivo. Para eles, só se enquadram nessa categoria os ramos que produziam produtos que ao serem encaminhados para o exterior propiciavam um retorno de dinheiro maior do que tinham custado. Nesse sentido, para os mercantilistas as minas de ouro e prata recém-descobertas eram as que possuíam o maior potencial produtivo, expresso no rápido crescimento da burguesia e da riqueza em países com esse ramo. No entanto, o que os mercantilistas ignoravam era que esse crescimento vertiginoso da riqueza foi resultado do processo de intensificação da exploração do trabalho. Em outras palavras, a taxa de lucro

elevou-se com a intensificação da extração de trabalho excedente. A elevação do preço das mercadorias sem que houvesse um aumento no valor da força de trabalho ocasionou o processo de queda dos salários, diminuindo o acesso dos trabalhadores aos meios de subsistência. O trabalho tornou-se mais produtivo à custa de uma piora na vida dos trabalhadores e demonstrou a relação existente entre lucro e o valor dos salários (MARX, 1980).

A teoria de trabalho produtivo e improdutivo apresentada por A. Smith resultou em um grande avanço para compreensão do funcionamento da sociedade capitalista, sendo utilizada por Marx para formar uns dos pilares de sua teoria. Apesar disso, é importante destacar que A. Smith possuía concepções ambíguas a respeito do conceito de trabalho produtivo e improdutivo. “A segunda concepção, errônea, desenvolvida por Smith sobre trabalho produtivo, entrelaça-se tanto com a correta que uma sucede de contínuo à outra no mesmo trecho” (MARX, 1980, p.135).

Marx (1980) identifica que a primeira concepção de trabalho produtivo de A. Smith é expressa pelo trabalho que se troca imediatamente por capital. Para ilustrar essa concepção, A. Smith (*apud* MARX, 1980) demonstra a separação entre trabalho produtivo e improdutivo com o trabalho do operário da manufatura e de um criado. O operário da manufatura executa uma espécie de trabalho que faz com que o valor do objeto fique maior, possibilitando a retirada do lucro do patrão e do valor de seu próprio sustento. Esse trabalhador nada custa ao patrão, pois ele próprio produz seu salário e o lucro. Essa espécie de trabalho é denominada trabalho produtivo. Já o trabalho de um criado é denominado trabalho improdutivo, pois não adiciona valor a um objeto, a remuneração adiantada na forma de salário nunca é recuperada pelo patrão, não gera mais-valor.

De acordo com Marx (1980), A. Smith defende que para o capitalista não importa o tipo de mercadoria que o trabalhador pode criar ou o valor de uso desta, o que interessa em relação à força de trabalho é que possua um valor de troca superior ao que foi empregado sob a forma de salário. Todos aqueles que contribuíram para a produção de uma mercadoria (trabalhadores manuais, de escritório, gerentes, engenheiros etc.) são considerados trabalhadores produtivos, independente da função que exerciam no processo produtivo. Ao definir o que é trabalho produtivo, fica estabelecido que o trabalho improdutivo é aquele que se troca diretamente por renda, não produz nenhum valor excedente, não se troca por capital. Tais definições não decorrem das qualidades materiais do trabalho, mas das relações sociais de produção em que se realiza, de sua forma social específica.

Desse modo, um ator por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário, enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é um trabalhador improdutivo. O trabalho do primeiro troca-se por capital, o do segundo, por renda. O primeiro trabalho gera mais-valor; no segundo, consome-se renda (MARX, 1980, p. 137).

Marx (1980) afirma que a definição de trabalho produtivo e improdutivo apresentada penetra no âmago da questão, constituindo a base de toda a economia burguesa, por isso representa um dos maiores méritos científicos de A. Smith.

Essa concepção parte do ponto de vista do capitalista e não do trabalhador, assim diversos tipos de trabalho podem ser considerados produtivos ou improdutivos, a depender somente do local em que ocupam nas relações sociais de produção. Um escritor, mesmo que produza ideias próprias, só será considerado trabalhador produtivo se gerar valor excedente para um capitalista ou nesse caso, para o editor que publica suas obras (MARX, 1980).

Marx (1980) esclarece que mesmo o trabalho considerado improdutivo possui determinado valor de uso e determinado valor de troca. Os serviços prestados são considerados mercadorias para o seu produtor, mas para o comprador representa somente valores de uso que serão consumidos em virtude de suas características materiais determinadas, objetos que consomem a renda. Um trabalho, como é o caso dos cozinheiros e garçons de um hotel, pode ser considerado produtivo do ponto de vista do capitalista, e, ao mesmo tempo, improdutivo sob a ótica do consumidor. Para o capitalista, esses trabalhadores representam fonte de mais-valor, para o consumidor, possuidores de valores de uso que serão consumidos em troca de parte de sua renda.

No processo de produção de mais-valor, uma parte é destinada exclusivamente para manutenção dos trabalhadores produtivos, através dos salários. E a outra parte, constitui a renda, podendo sustentar tanto trabalho improdutivo quanto produtivo. O investimento da renda no trabalho produtivo sempre visa à obtenção de lucro, ou seja, esse capital retorna para as mãos do proprietário como valor acrescido. A parte do capital que é aplicada no trabalho improdutivo foi destinada ao consumo imediato e não retornando para o proprietário (MARX, 1980).

Marx (1980) explica que apesar de o capital estender seu jugo apoderando-se de toda produção e levando à falência a indústria doméstica e minúscula voltada para o próprio consumo, os trabalhadores improdutivos não deixam de produzir valores de troca. Uma parte

realiza serviços pessoais direcionados ao consumo imediato e, a outra parte, considerada ínfima, produz valores de uso materiais participando diretamente da produção material.

A. Smith (*apud* MARX, 1980) observa que nada impede que o valor dos serviços prestados pelos trabalhadores improdutivos seja determinado de forma idêntica ao dos trabalhadores produtivos, ou seja, através dos custos de produção necessários para produzi-los ou sustentá-los. Para Marx (1980) tanto para o trabalhador produtivo, quanto para o trabalhador improdutivo a força de trabalho é considerada uma mercadoria, no entanto, enquanto o primeiro produz mercadoria diretamente para o comprador da força de trabalho, o segundo recebe mercadoria de seu comprador, produzindo valor de uso (imaginário ou real) e não mercadoria. A distinção entre esses tipos de trabalho não tem nada a ver com sua especialidade ou com seu valor de uso particular. Em um caso, o trabalho é trocado diretamente por renda, no outro é realizada a transformação do trabalho em capital.

Por exemplo, o trabalhador de um fabricante de piano é um trabalhador produtivo. Seu trabalho, além de substituir o salário que consome, proporciona valor excedente acima do valor do salário no produto, no piano, a mercadoria que o fabricante vende. Se, ao invés disso, compro todo o material necessário para fabricar um piano (ou digamos o próprio trabalhador o possua) e, ao invés de comprar o piano na loja, mandou fazê-lo em casa, nesse caso, quem faz o piano é trabalhador improdutivo, pois seu trabalho se troca diretamente por minha renda (MARX, 1980, p. 140).

Para Marx (1980) é evidente que com a tendência do capital de se apropriar de toda produção, isto é, de toda mercadoria produzida para o comércio, a diferença entre trabalhadores produtivos e trabalhadores improdutivos se acentua. A primeira classe de trabalhadores ao produzir exclusivamente mercadorias, com raras exceções, produzirá a riqueza imediata e material, já a segunda realizará, com raras exceções, apenas serviços pessoais. Partindo desse ponto de vista e apoiando-se em diversas associações de ideias, A. Smith expõe, de maneira equivocada, uma segunda concepção de trabalho produtivo: o trabalho que se realiza em mercadoria.

De acordo com A. Smith (*apud* MARX, 1980), um homem pode ficar rico ao empregar um grande número de operários (trabalhadores produtivos), como pode ficar pobre ao empregar um grande número de criados (trabalhadores improdutivos). Apesar de ambos possuírem seus valores e merecerem seus salários, somente o trabalho do primeiro realiza-se em uma mercadoria vendável, será cristalizado nessa forma de mercadoria e armazenado por um determinado tempo. O trabalho do criado (e dos outros trabalhadores improdutivos) não se cristaliza em um objeto durável e nem se realiza sob a forma de mercadoria vendável, seu

consumo é imediato e raramente deixa vestígio. O valor despendido para manter o trabalhador improdutivo nunca é recuperado, pois esse tipo de trabalho não gera e nem adiciona valor.

Essa nova concepção de A. Smith diferencia-se da original na medida em que desconsidera a produção de mais-valor no processo produtivo. O trabalhador produtivo passa a ser aquele que repõe o valor gasto sob a forma de salário, independente se cria ou não valor excedente. Infere-se que essa aberração analítica está relacionada, em parte, à oposição de A. Smith aos fisiocratas, e em parte, a sua dependência deles. É evidente que, sob a ótica capitalista, um trabalhador que só repõe seu salário não pode ser considerado produtivo. Nessa relação, o capitalista paga o equivalente gasto em capital constante e em salário, sem receber valor acrescido ao que foi empregado no início do processo produtivo. Ele troca a mercadoria dinheiro por outra mercadoria com a mesma quantidade de trabalho, sem, portanto, transformar dinheiro em capital. Nesse caso, é como se as condições de produção pertencessem ao trabalhador, que descontará do valor de seu produto anual o valor dos meios de produção. Nesse sentido, não haveria produção capitalista (MARX, 1980).

Marx (1980) defende que um dos motivos pelo qual A. Smith usa o termo produtivo para definir esse gênero de trabalho está no que os fisiocratas identificaram como “estéril” e “não produtivo”. A. Smith retrocede à concepção fisiocrata de mais-valor, abandonando suas próprias concepções, ao considerar que o trabalho agrícola é o mais produtivo por produzir um “trabalho líquido”, além do necessário para o consumo anual e para conservação do fundo ou capital que mantém a produção. Ao mesmo tempo confronta os fisiocratas, ao dizer que o trabalho da manufatura e do comércio também são produtivos, mas não no sentido eminente da palavra. Ele afirma que o fato de o trabalho de uma classe ser superior não torna a outra improdutiva e estéril.

Para Marx (1980) é evidente que A. Smith descarta sua concepção de trabalho produtivo e absorve a definição pautada na forma social do trabalho. Sustenta, em oposição aos fisiocratas, que o trabalho não-agrícola, executado pela classe industrial, também é produtivo, pois produz o suficiente para manter o próprio salário e para conservar a existência do fundo ou capital que a emprega. Dessa forma, surge para A. Smith sua segunda definição do que é trabalho produtivo, sob a influência dos fisiocratas e em contradição a eles.

A. Smith (*apud* MARX, 1980) afirma que não se deve considerar os artesãos, os comerciantes e os trabalhadores da manufatura no mesmo plano que o dos criados. Somente o trabalho dos criados não conserva o valor que os emprega, não resulta em uma mercadoria vendável, por esse motivo é considerado improdutivo ou estéril. O trabalho dos artesãos, dos

comerciantes e dos trabalhadores da manufatura é produtivo, pois produz mercadorias, não consome mais do que custa e é suficiente para repor o valor do salário e de sua manutenção.

Para Marx (1980), mesmo após o capital se apoderar da produção industrial e do desaparecimento em geral da indústria doméstica ou do pequeno artesão, os trabalhadores improdutivos continuaram a produzir valores de uso para consumo próprio. Esses objetos, como é o caso de um vestido que a costureira costura para si, apesar de serem frutos de trabalho improdutivo, absorvem trabalho e podem ser colocados à venda, portanto, são, potencialmente, mercadorias. Essa categoria de trabalhadores improdutivos é considerada pequena e não se aplica aos criados, funcionários públicos, clérigos, músicos, militares, entre outros (MARX, 1980).

De acordo com Marx (1980) por menor que seja a quantidade dessa categoria de trabalhadores improdutivos, fica evidente que não é a forma externa do valor de uso e nem a especialidade do trabalho que o tornam “produtivo” ou “improdutivo”. Um mesmo trabalho pode ser produtivo, se realizado de acordo com os interesses do capitalista, produzindo valor excedente, ou improdutivo, se for voltado para o consumo imediato e obtenção de renda, não importando se desaparece após o uso ou se ganha forma material e se fixa em alguma coisa.

Quando uma cozinheira vende sua força de trabalho para um comprador qualquer, que possui somente a intenção de fruir desse trabalho, através do consumo de sua produção, esse trabalho é improdutivo, por mais que seja absorvido por um produto material e possa resultar em uma mercadoria vendável. O objetivo não é a geração de valor mas o consumo. Esse tipo de trabalho não repõe o fundo que foi pago através do salário e dos meios de produção. O contrário acontece quando essa mesma cozinheira vende sua força de trabalho para o dono de um hotel, nesse caso, seu trabalho será produtivo, pois resultará em uma mercadoria cuja venda cobrirá os custos e gerará valor excedente (MARX, 1980).

Aliás, a porção maior da sociedade, isto é, a classe trabalhadora, tem de executar para si mesma tal gênero de trabalho [improdutivo]; mas só pode fazê-lo, depois de ter trabalhado “produtivamente”. Só pode ela cozinhar a carne para si mesma, depois de ter produzido salário para pagar a carne; manter limpos a casa e os móveis, polir os sapatos, depois de ter produzido o valor dos móveis, do aluguel da casa e dos sapatos. Para a própria classe dos trabalhadores produtivos patenteia-se portanto “trabalho improdutivo” o que eles executam para si mesmos. Esse trabalho improdutivo nunca lhes permite reproduzir de novo o mesmo trabalho improdutivo, se antes não tiverem trabalhado produtivamente (MARX, 1980, p. 145).

Se por um lado trabalho improdutivo pode ser materializado em valores de uso e assumir forma de mercadorias (vendáveis), por outro lado, mesmo sem assumir forma

objetiva ou ser absorvidos por valores de uso materiais, parte de meros serviços podem ser adquiridos por capital e repor o próprio salário e dar lucro. Como é o caso da venda da força de trabalho por atores, prostitutas, músicos, etc., a um empresário do teatro, bordel, concertos etc. São serviços que não se cristalizam em um objeto durável e que perecem no instante em que são executados, mas possibilitam, através do lucro obtido, que o empresário alimente o fundo e compre-os novamente (MARX, 1980).

Voltando ao trabalho dos artesãos, dos trabalhadores da manufatura e dos comerciantes e em sua crítica aos fisiocratas, A. Smith (*apud* MARX, 1980) afirma que é incorreto dizer que eles não aumentam a riqueza real da sociedade (produto anual do solo e do trabalho). Mesmo que o valor do consumo anual dessa classe seja idêntico ao valor de sua produção anual, não é possível deduzir que seu trabalho nada acrescenta à renda real da sociedade. Se um artesão obtém com sua produção uma renda semestral de 10 libras e consome essas 10 libras em outras mercadorias, pode parecer que não houve acréscimo, pois consumiu o valor exato de sua produção, no entanto, acrescentou mercadorias no mercado aumentando assim o valor global das mercadorias, que seria inferior se nada tivesse produzido. O mesmo acontece com os trabalhos improdutivos, pois no mercado troca-se equivalente por equivalente, fazendo com que o mesmo valor exista duas vezes, ao lado do vendedor e ao lado do comprador.

Segundo A. Smith (*apud* MARX, 1980), para aumentar o produto anual do solo e do trabalho em uma sociedade é necessário aumentar a quantidade de trabalho ou desenvolver o poder produtivo do trabalho útil nela empregado. A quantidade de trabalho está diretamente relacionada ao montante de capital investido, que, por sua vez, depende das poupanças, oriundas das rendas, feitas pelos seus diretores e administradores.

Temos aí um duplo círculo vicioso. Primeiro: o produto anual é acrescido por maior produtividade de trabalho. Todos os meios para aumentar essa produtividade [...] exige acréscimo do capital. Mas, para crescer o capital, é mister aumentar o produto anual do trabalho. Eis aí o primeiro círculo vicioso. Segundo: o produto anual pode ser aumentado com acréscimo da quantidade de trabalho empregado. A quantidade de trabalho empregado só pode ser acrescida, se antes for aumentado o capital que a emprega. Segundo círculo vicioso. Smith, para sair do duplo círculo vicioso, recorrer à poupança, pois esta, para ele, é a transformação de renda em capital (MARX, 1980, p. 149).

Marx (1980) esclarece que é errado considerar o lucro inteiro do capitalista como renda. A lei da produção capitalista exige que parte do trabalho excedente, extraído do trabalhador, seja transformado em capital. Portanto há um limite do que pode ser guardado na

poupança e do que deverá ser reinvestido na produção. Para aumentar esse valor deverá aumentar a quantidade de trabalho, que depende do número de trabalhadores e da duração da jornada de trabalho. Ainda assim, a maioria dos ramos de produção depende de matéria para produção de suas mercadorias, portanto, não basta aumentar o número de trabalhadores sem que haja um aumento na produção de matéria-prima.

Nas duas concepções smithianas apresentadas o trabalho produtivo é expresso por aquele que produz mercadoria e o trabalho improdutivo por aquele que não produz mercadoria alguma. O conceito de mercadoria apresentado por A. Smith implica a incorporação, ou materialização, do trabalho em um respectivo produto. Não se trata do trabalho em si e para si, mas de uma exteriorização temporária deste, denominada força de trabalho. Portanto, a existência da mercadoria é diferente da do próprio trabalho, com isso, temos o mundo das mercadorias dividido em duas grandes categorias: de um lado, a força de trabalho e do outro, as próprias mercadorias (MARX, 1980).

A materialização etc. do trabalho, porém, não é algo para se considerar de um prisma tão escocês como o faz A. Smith em sua concepção. Quando falamos da mercadoria como materialização do trabalho – no sentido de seu valor de troca –, trata-se apenas de uma simples maneira de ser ideal, isto é, meramente social da mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea; concebe-se a mercadoria como determinada quantidade de trabalho social ou de dinheiro (MARX, 1980, p. 151).

De acordo com Marx (1980), nesse sentido, algumas mercadorias podem não expressar vestígios do trabalho concreto que as criaram, como é o caso da agricultura, que apesar de seus produtos terem recebido a forma de mercadoria, o trabalho transmitido e complementado através de gerações são ocultados no produto (trigo, boi etc.).

A. Smith expõe a materialização do trabalho na mercadoria de uma forma mistificadora, apresentando relações sociais como coisas. Em sua análise, exclui do trabalho produtivo a produção e reprodução da própria força de trabalho, reduzindo-o ao conceito expresso na produção de produtos materiais vendáveis (mercadorias) a custo de determinada quantidade ou tempo de trabalho (MARX, 1980).

Segundo Marx (1980), para A. Smith o grande mérito dos fisiocratas foi apresentar a ideia de que a riqueza da sociedade não está no ouro ou na prata, mas em bens consumíveis, reproduzidos pelo trabalho na sociedade. Em contraposição aos fisiocratas, que reduziram o valor ao produto da terra e produto agrícola e aos mercantilistas que reduziram o valor a dinheiro, A. Smith, defendeu que o valor é expresso pela mercadoria pura e simples, fonte da riqueza burguesa.

A teoria do trabalho produtivo e improdutivo de A. Smith não foi contestada pelos grandes economistas de sua época, a polêmica em torno da mesma se limitou a uma burguesia vulgarizada, com pouco prestígio no âmbito do estudo da economia política. Essa burguesia era composta, em grande maioria, por trabalhadores de nível superior, como funcionários públicos, advogados, médicos, maestros, clérigos, juízes etc., que viram suas posições sociais ameaçadas com o título de trabalhadores improdutivos, sendo agrupados, na esfera econômica, na mesma classe dos palhaços e dos criados (MARX, 1980).

Marx (1980) revela que esses trabalhadores improdutivos passaram a ser vistos por A. Smith, pela classe trabalhadora e pelo capitalismo industrial, como falsos custos de produção, devendo ser reduzidos ao mínimo possível. Os representantes do mais alto nível dessa burguesia vulgar procuraram restabelecer, no plano teórico, o status e a necessidade desses segmentos. “Proclamou-se, na realidade, a *dependência* das classes ideológicas etc. para com os *capitalistas*” (MARX, 1980, p. 154).

A partir dos apontamentos realizados por A. Smith, economistas representantes de diferentes segmentos passaram a taxar uns aos outros de improdutivos. Proprietários de terra, comerciantes e até mesmo os próprios capitalistas foram tachados de improdutivos. Com o desenvolvimento do capital e do aumento da dependência a ele das esferas da produção sem ligação direta com a geração de riqueza material, os representantes a economia vulgar tenderam a legitimar e glorificar como produtiva toda esfera de atividades ligadas à produção de riqueza, independente do quão fraco se dava essa ligação. Assim, segmentos antes apontados como improdutivos, ociosos e parasitas, foram promovidos à alcunha de trabalhadores produtivos (MARX, 1980).

Os economistas David Ricardo e Jean de Sismondi são dois adeptos da primeira concepção de trabalho produtivo apresentada por A. Smith. De acordo com Ricardo, é mais vantajoso para o trabalhador produtivo que os proprietários do mais-valor (renda fundiária e lucro) consumam o fruto de seu trabalho de forma improdutiva (enquanto criado, por exemplo) do que em artigos de luxo (trabalho produtivo). Ele defende que o valor transferido para os trabalhadores é maior quando o capitalista ou proprietário de terras o gasta com trabalho improdutivo do que com a compra de mercadorias de luxo.

Se um proprietário de terras ou um capitalista gasta a renda no estilo de um barão medieval, para sustentar grande número de aderentes ou empregados domésticos, empregará muito mais trabalho do que se a gastasse em vestuário precioso ou em decoração suntuosa, em carruagens, em cavalos ou na compra de quaisquer outras mercadorias de luxo. [...] Os trabalhadores, estando interessados na procura de trabalho, têm de desejar, sem dúvida, que

a renda tanto quanto possível se desloque das despesas em mercadorias de luxo para o sustento de criados (RICARDO *apud* MARX, 1980, p. 156-157).

Para Marx (1980), Sismondi, bem como Ricardo, aceita a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo apresentada por A. Smith, afirmando que enquanto o primeiro representa a troca de trabalho pelo capital de uma nação, o segundo expressa a troca de trabalho por uma fração da renda nacional. A respeito da produção de mais-valor, afirma que apesar de produzir além do necessário, dificilmente um trabalhador receberá de um capitalista ou de um proprietário de terras um valor superior ao estritamente necessário à sua reprodução.

Os mercantilistas Charles D'Avenant e William Petty traçaram as primeiras tentativas de distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. D'Avenant defendia que o trabalho produtivo estava concentrado nas áreas em que se produziam para exportação. Somente a exportação de produtos nacionais seria responsável pelo aumento da riqueza de um país. Com os recursos obtidos na exportação adquiriam-se produtos de origem estrangeira, para próprio consumo, a sobra, em metal precioso ou mercadorias, poderiam ser vendidas em outros países dando origem ao lucro (MARX, 1980).

Para D'Avenant (*apud* MARX, 1980) é evidente que ouro e prata são a medida do comércio, mas em todas as nações sua fonte e origem é o produto natural ou artificial do país, portanto, sua produção depende da terra, do trabalho e das indústrias nacionais. Assim, o produto nativo é a riqueza real e efetiva de uma nação. Mesmo que uma nação fique privada de dinheiro, possuindo terras férteis para diversos produtos, um povo numeroso, industrioso, experiente em comércio, hábil em navegação e com bons portos, rapidamente conseguirá obter abundância em prata e ouro. Portanto, ouro e prata estão longe de ser os únicos tesouros e riquezas de um país.

Em Petty (*apud* MARX, 1980) é possível encontrar a ideia de trabalho produtivo. Ele considera que agricultores, soldados, marinheiros, comerciantes e artesãos constituem os pilares de uma comunidade. Essas profissões estão diretamente ligadas ao comércio exterior e, portanto, constituem um trabalho produtivo que traz dinheiro para o país. As outras profissões surgem da fraqueza e dos erros daquelas. Nesse sentido, para Petty (*apud* MARX, 1980) há uma diminuição na riqueza da nação quando se tributa o industrial visando garantir recursos para as atividades que não produzem coisas materiais ou de real valor e utilidade para a comunidade. Essa premissa não se aplica às ocupações recreativas e de repouso, usadas de forma moderada com vistas a capacitar e preparar as pessoas para coisas mais importantes.

Marx (1980) aponta que também é possível perceber em Petty uma noção de mais-valor, embora o autor a considere apenas na forma de renda fundiária. Essa noção fica clara

na justaposição do trecho onde Petty determina o valor relativo do trigo e da prata pelas quantidades relativas de ambos, produzidas no mesmo tempo de trabalho. Petty (*apud* MARX, 1980) afirma que se a quantidade de tempo empregada na produção de um bushel de trigo for a mesma quantidade necessária para levar a Londres uma onça de prata extraída do Peru, ambas as mercadorias terão o mesmo preço. Ao conservar o mesmo tempo de trabalho, não havendo alteração nas demais circunstâncias, os produtos líquidos de ambas as mercadorias sempre permanecerão iguais. Esse produto líquido é repartido por aqueles que participaram da produção, não podendo ser alterado.

Por exemplo, supondo-se o preço do trigo 5 xelins ou 60 pence por bushel, e se a renda da terra onde foi obtido é o terceiro feixe (isto é, a terça parte). “então, dos 60 pence 20 são para a terra e 40, para o agricultor; mas, se o salário do agricultor aumentar de 1/8 ou de 8 para 9 pence por dia, então sua participação no bushel do trigo crescerá de 40 para 45 e, em consequência, a renda fundiária tem de cair de 20 para 15 pence, pois admitimos que o preço do trigo permanece o mesmo, tanto mais que não podemos elevá-lo, pois, se o tentássemos, a Inglaterra importaria (como faz a Holanda) trigo do estrangeiro, onde continua a mesma, a situação da agricultura” (PETTY *apud* MARX, 1980, p. 161).

Cabe destacar que de acordo com Marx (1980), Petty considera que o produto líquido representa a renda fundiária, que por sua vez representa de modo geral o valor excedente.

John Stuart Mill foi outro economista que se debruçou sobre a teoria Smithiana de trabalho produtivo, aderindo à segunda concepção, que, conforme demonstrou Marx, estava equivocada e representava um retrocesso em relação à primeira concepção. A única coisa que Stuart Mill, vai acrescentar à segunda concepção é a noção de que é produtivo o trabalho que produz a própria força de trabalho (MARX, 1980).

Stuart Mill (*apud* MARX, 1980) defende que apesar das fontes de fruição poderem ser armazenadas e acumuladas, o mesmo não acontece com a própria fruição em si. Seja material ou imaterial, a totalidade das fontes de fruição acumuladas em uma nação compõe sua riqueza. O trabalho destinado a aumentar ou conservar essas fontes permanentes pode ser nomeado como produtivo. Um fiandeiro trabalha produtivamente enquanto está aprendendo seu ofício, assim como um mecânico ao fazer a máquina de fiar. Ambos trabalham aumentando a soma das riquezas de um país, expandindo e criando novas fontes de fruição.

De acordo com Marx (1980), o pensamento de A. Smith sobre trabalho produtivo e improdutivo não ficou livre de críticas. O economista francês Germain Garnier se contrapôs à

teoria smithiana de que o trabalho produtivo pode ser definido por aquele que se realiza em uma mercadoria vendável ou objeto, deixando vestígios após sua conclusão.

Para Garnier (*apud* MARX, 1980) não existe diferença entre trabalho produtivo e improdutivo. Em sua concepção todo trabalho é produtivo, independente da nomenclatura, caso contrário não seria pago um salário. Os criados, apresentados por A. Smith como improdutivos, desenvolvem um tipo de trabalho que conserva valor e adiciona valor aos objetos para que eles não se deterioreem, poupando a quem os remuneram. Bem como prestam serviços aos trabalhadores produtivos (na concepção smithiana), lavando suas roupas, cuidando dos cabelos, preparando alimentos etc., liberando-os dessas funções, ou seja, poupando trabalho.

Marx (1980) afirma que, em alguns momentos, o trabalho que Garnier descreve é aquele que se realiza em uma mercadoria vendável, portanto é, por si só, produtivo. Em outros, confunde o trabalho que se troca por capital com o trabalho que se troca por renda. Poupar trabalho improdutivo não o torna produtivo. Somente uma pequena parte dos trabalhadores improdutivos é necessária à divisão do trabalho, um fato que não é negado por A. Smith. Para este, mesmo que todos os trabalhadores fossem forçados a desempenhar trabalhos produtivos e improdutivos, não deixaria de existir a separação entre esses dois gêneros de trabalho.

De acordo com Garnier (*apud* MARX, 1980), não pode ser considerado improdutivo o trabalho de um funcionário público que vigia a manutenção dos canais navegáveis e das estradas públicas e produtivo o trabalho de um diretor de empresa particular. Ambos possuem grande importância e desenvolvem trabalho no mesmo gênero. Marx (1980) esclarece que se as atividades desenvolvidas produzissem mercadorias vendáveis, não estariam sob o controle do Estado, e poderiam ser denominadas produtivas.

“Garnier recorre então a ‘avaliações morais’. Por que o ‘fabricante de perfumes que me afaga o olfato’ deve ser produtivo e não o músico que ‘me encanta os ouvidos’? Porque um fornece um produto material, e o outro não, responderia Smith” (Marx, 1980, p. 165, aspas do autor).

Garnier (*apud* MARX, 1980) (também) questiona o fato de um fabricante de violino e outros trabalhadores do gênero serem considerados produtivos e os profissionais que utilizam esses instrumentos, dando finalidade a eles, serem improdutivos. Para Marx (1980), tal raciocínio nos induz a pensar que, como a finalidade da produção de trigo a sua ingestão, não só a pessoa que produz trigo é produtiva como aquela que o come. Portanto, na

concepção smithiana, um trabalho não pode ser considerado produtivo pelo simples fato de ser a finalidade de outro.

Marx (1980) deixa claro que para A. Smith o trabalhador improdutivo também produz um produto qualquer, do contrário não seria trabalhador. O fato do fabricante de rabeça ser um trabalhador produtivo que produz um instrumento para o músico, que é trabalhador improdutivo, tocar, só comprova que o trabalho improdutivo depende do trabalho produtivo. São os trabalhadores produtivos que fornecem os objetos que servem de meios de produção para os trabalhadores improdutivos e os produtos que são consumidos por aqueles que não executam nenhum tipo de trabalho.

Em sua obra, após fazer os apontamentos que destacamos anteriormente, Garnier (*apud* MARX, 1980) afirma que a única diferença existente entre os gêneros de trabalhadores imaginados por A. Smith, produtivo e improdutivo, é que no primeiro há ou pode haver um intermediário entre aquele que produz o objeto e aquele que o consome, enquanto no segundo, a relação entre trabalhador e consumidor realiza-se de forma imediata e direta, não havendo intermediário. Fica evidente que quem utiliza os serviços dos criados, a experiência do médico, o talento do músico etc., está necessariamente em uma relação direta com esses trabalhadores em que executam seus ofícios; enquanto em outros tipos de profissões, que pertencem à classe imaginária smithiana de trabalhadores produtivo, o objeto a consumir, uma coisa palpável e material, pode submeter-se a várias operações de troca.

Com essas palavras, de acordo com Marx (1980, p. 166),

Garnier, revela, sem disso ter consciência, associação oculta de ideias existente entre a primeira distinção (o trabalho que se troca por capital distingue-se do que se troca por renda) e a segunda distinção de Smith (o trabalho que se fixa em mercadoria material, vendável, difere do trabalho que não tenha essa fixação). Por natureza, o trabalho sem tal fixação e o que se troca por renda não podem, na maioria dos casos, subordinar-se ao modo capitalista de produção; os outros podem. Excluiu-se a base da produção capitalista onde a maior parte das mercadorias materiais – coisas materiais e palpáveis – é produzida por trabalhadores assalariados; onde os trabalhos improdutivos (ou serviços, sejam os de uma prostituta ou os do papa) só podem ser pagos em virtude dos salários dos trabalhadores produtivos ou dos lucros dos empregadores (e dos participantes desses lucros), e omitiu-se a circunstância de esses trabalhadores produtivos produzirem a base material da subsistência e, por conseguinte, da existência dos trabalhadores improdutivos.

Marx (1980) dá continuidade a essa linha de raciocínio alegando que Garnier, considera insignificante o que caracteriza a produção como capitalista, que é a troca de

trabalho assalariado por capital. Assim, Garnier faz parecer que a história e surgimento da produção capitalista consistem em uma forma acidental.

Por fim, Garnier equivocou-se novamente ao afirmar que a renda dos consumidores sempre repõe todo o capital. A análise correta reside no fato de que parte do capital pode ser reposta por capital e não por renda. Não obstante, quando não é salário, a própria renda é lucro do capital, que em boa parte será reinvestido, pois a fração do capital que não circula não dá lucro algum (MARX, 1980).

De acordo com Marx (1980), outro opositor da teoria de A. Smith foi o economista Charles Ganilh. Conforme veremos, apresentou uma concepção mercantilista de troca e de valor de troca e a teoria de que todo trabalho pago é considerado trabalho produtivo.

Ganilh parte da concepção de que o elemento de riqueza da burguesia é a mercadoria, o que justifica o trabalho de produzir mercadoria, de vender-se ou a seu produto. Ele considera essencial o processo de troca, sem o qual o trabalho não produziria riqueza alguma. Assim, a riqueza é valor de troca e deriva unicamente do sistema comercial, que por sua vez seria uma mera modificação do sistema monetário (MARX, 1980).

Segundo Marx (1980), para Ganilh a riqueza pode ser produzida por todo trabalho que possui valor de troca ou que produz valor de troca. Revela-se enquanto um mercantilista mais aprofundado quando apresenta a ideia de que para se tornar valor de troca, o trabalho individual tem que se transformar em trabalho total. E retrocede, ao considerar que a riqueza é igual a dinheiro, não mais ouro ou prata apenas.

“Puro disparate; é valor o produto como forma em que existe, se encarna trabalho geral, mas não como ‘valor do trabalho geral’, o que seria o mesmo que valor do valor” (MARX, 1980, p. 166). Na passagem da mercadoria para a forma dinheiro ocorre uma metamorfose. Torna-se valor de troca, o qual todas as mercadorias são portadoras e, portanto, impossível de distingui-las sob esse aspecto (MARX, 1980).

Marx (1980) alude que Ganilh, bem como os mercantilistas, defende que a magnitude do valor é o produto da troca. No entanto, não é a troca que dá aos produtos a magnitude do valor, ela dá a eles apenas a forma de valor ou a forma de mercadoria. Na troca é necessário que os produtos individuais se transformem em dinheiro para se configurarem produtos do trabalho geral. Mas isso ocorre porque os produtos já representam a existência do trabalho geral, sendo reduzidos como expressão do trabalho social e diferenciados somente na quantidade. Na troca as mercadorias surgem como trabalho social geral e podem apresentar-se como tal a depender da quantidade de mercadorias disponíveis no mercado para troca. Se

existissem somente 4 ramos diferentes de produção, os produtores poderiam produzir a maioria dos produtos para si; se existissem milhares, todo produto poderia ser fornecido como mercadoria.

Ganilh (*apud* MARX, 1980) afirma que, havendo interesse do comprador, no processo de troca até os produtos mais inúteis podem ter um valor exorbitante. Marx (1980) defende que, em primeiro lugar, ao contrário do que Ganilh pensa, não há nada de místico no processo de troca. Em segundo, se algo é inútil, não possui valor de uso e muito menos valor de troca; por outro lado, se possui valor de uso, tem uma utilidade para alguém, nem que seja imaginária. Em terceiro, preços mais altos podem derivar de circunstâncias diversas, como a escassez ou a raridade, mas não da inutilidade do produto. Assim como não seria coerente da parte do comprador adquirir algo sem utilidade, seria incoerente da parte do vendedor não produzir em larga escala um produto de alto valor, se possuir as condições necessárias para isso. Portanto, se um produto possui um preço elevado, isso nada tem a ver com o processo de troca, mas de uma característica que o próprio produto expressa. O alto valor de troca aparece na troca, mas não é um produto dela.

Para Ganilh (*apud* MARX, 1980, p. 186-187) “não é a utilidade real das coisas, nem seu valor *intrínseco*, que faz delas riqueza; é a troca que fixa e determina o valor, e é esse valor que as identifica com a riqueza”. De acordo com Marx (1980), se somente a troca atribuisse valor às coisas, uma vez que ela desaparecesse, desapareceria também o valor, o produto, que ela gerou. O que ela cria desaparece junto com ela.

Troco A por B + C + D. No ato dessa troca, A se torna valor. Logo depois de concluído o ato, B + C + D estará do lado de A, e A do lado de B + C + D. Mais precisamente, cada um está por sua conta, à margem da dona troca, constituída apenas por essa mudança de posição. Agora B + C + D são coisas e não valores. E o mesmo vale para A. Ou então a troca “fixa e determina” em sentido apropriado, como no caso do dinamômetro, que determina e fixa o grau de minha força muscular, mas não a faz. Neste caso, o valor não é produzido pela troca (MARX, 1980, p. 187).

Segundo Marx (1980), partindo da premissa de que o valor de troca é a expressão do trabalho de cada indivíduo isolado em trabalho social geral, Ganilh apresenta uma concepção grosseira de que a riqueza se equivale ao valor de troca e que, conseqüentemente, como a soma global dos produtos por nada se troca, não possui valor de troca. Isso resulta na concepção de que a sociedade não possui riqueza, pois sua riqueza está baseada no valor de troca, como não é possível trocar toda riqueza da sociedade por algo, ela não possui valor e inexistente. Enquanto há permuta de produtos eles possuem valor, uma vez que se acumulam ou

trocam de mãos para serem consumidos (ou acumulados) perdem a natureza do valor de troca, pois deixam de trocar-se entre si.

Ganilh (*apud* MARX, 1980, p. 188) constata a partir dos pontos citados “que é difícil e mesmo impossível para um país enriquecer-se por meio do comércio interno; o mesmo não sucede em absoluto com os povos que se dedicam ao comércio exterior”. Marx (1980) aponta que com essa afirmação, Ganilh reforça seu posicionamento favorável ao pensamento do velho sistema mercantil.

Com relação ao trabalho produtivo, Ganilh (*apud* MARX, 1980) afirma que todos os trabalhos, uma vez que foram trocados, são igualmente produtivos. Se o trabalho possuir valor de troca, independente de sua matéria, quantidade ou duração, é produtor de riqueza. Por ser trocado, o trabalho imaterial cria um produto material, e o trabalho material cria o produto do trabalho imaterial. Assim, não há diferença entre o trabalho de um violinista e o de um fabricante de cômoda, se ambos receberem a mesma quantia de trigo. A mesma quantidade de trigo foi produzida para pagar o prazer proporcionado pelo violinista e para pagar a cômoda. Mesmo que após o consumo desse trigo reste a cômoda feita pelo carpinteiro e nada sobre o trabalho do violinista, ambos são considerados produtivos. Não é o que resta após o consumo que torna um trabalho produtivo ou estéril, mas a produção ou troca a que deu origem. No exemplo apresentado, ambos os trabalhos foram a causa da produção de certa quantia de trigo.

Para Ganilh (*apud* MARX, 1980) as classes produtivas (na concepção smithiana) só trocam seus produtos com as classes cujos produtos do trabalho são imateriais, por estes possuírem valor. As fruições e prazeres que recebem em troca lhes obrigam a produzir. Caso os produtos do trabalho material não fossem empregados para remunerar os fornecedores de trabalhos imateriais, não haveria consumidores e sua reprodução cessaria. Os trabalhos que não produzem produtos materiais são tão importantes quanto os que produzem. Excetuando os casos em que as classes produtivas são forçadas a pagar os trabalhos devotados ao luxo, ao fausto e ao prazer, “todo trabalho tem de ser produtivo e contribui de maneira mais ou menos eficaz para que se forme e cresça a riqueza geral, pois gera necessariamente os produtos com que é pago” (GANILH *apud* MARX, 1980, p. 190).

Marx (1980) cristaliza que na concepção de Ganilh os trabalhos considerados por A. Smith improdutivos são produtivos não por causa de seu valor de uso ou de seu valor de troca, mas por reproduzirem trabalho produtivo. Nesse momento, é importante recapitular que na concepção smithiana o trabalho produtivo é aquele que se troca diretamente por capital, que, por sua vez, reduz-se aos meios de subsistência necessários, ou seja, em mercadorias. Quando

o trabalhador deduz do salário recebido os impostos e a contribuição para igreja, pouco lhe sobra para consumir os serviços ou trabalhos improdutivos, sobretudo porque os custos de consumo (limpar a casa, cozinhar etc.) ele mesmo cuida.

De acordo com Ganilh (*apud* MARX, 1980, p. 191):

Se a troca dá ao trabalho do criado um valor de 1.000 francos, enquanto dá valor apenas de 500 francos ao trabalho do lavrador e ao do manufator, deve-se concluir daí que o trabalho do criado contribui para a produção da riqueza duas vezes mais que o do lavrador e o do manufator; e não poderá ser de outro modo, enquanto o trabalho do criado for pago por quantidade de produtos materiais duas vezes maior que a correspondente ao trabalho do lavrador e ao do manufator. E imaginar que a riqueza provém do trabalho de menor valor de troca e que por isso é menos remunerado!

Com essa afirmação, Ganilh esquece que o salário dos trabalhadores improdutivos, como os criados, provém de um fundo gerado pelo acúmulo de valor excedente extraído da força de trabalho dos trabalhadores produtivos, nesse caso, do lavrador e do manufator. Um valor que, no final das contas, deixou de ser repassado a quem pertencia (MARX, 1980).

Ganilh (*apud* MARX, 1980) defende que o trabalho dos criados é tão produtivo quanto os dos manufatores e dos lavradores, que não dissipam as poupanças gerais de um país e que, constantemente, acrescentam valor. Para ele, negar essa constatação leva à afirmação ilusória de que somente a produção material é formadora de riqueza, sendo a produção idêntica à riqueza. Esquece-se que é o curso do consumo que transforma produção em riqueza e que essa transformação é determinada, diretamente, pelo processo de troca. Para Ganilh (*apud* MARX, 1980, 192) “é inconsequente isolar cada trabalho; fixar sua fertilidade e fecundidade por sua contribuição para a produção material, sem considerar o consumo que sozinho lhe dá um valor, valor sem o qual a riqueza não pode existir”.

Segundo Marx (1980), por um lado, Ganilh insere a riqueza em uma relação de dependência com o excedente de produção sobre o consumo, por outro, afirma que o valor é fruto do consumo. Começa reconhecendo que os trabalhos produtivos, na concepção smithiana, não participam diretamente na constituição de riqueza material. Depois entra em contradição, afirmando que esses tipos de trabalhos geram riqueza material e esforça-se para demonstrar isso.

Todos os economistas que polemizaram contra a teoria de trabalho produtivo e improdutivo de A. Smith, buscaram equiparar, de forma equivocada, produção material a imaterial, e, até mesmo, com produções inexistentes, como no caso dos criados e de forma geral, dos lacaios. De certa forma, não importa o destino que é dado à renda líquida pelo seu

dono, no entanto, é ridículo imaginar que o excedente não possa ser consumido pelos trabalhadores produtivos que o criaram (MARX, 1980).

1.5. A esfera da circulação e sua relação com o processo de valorização do capital

As transformações da mercadoria em dinheiro e do dinheiro em mercadoria exigem tempo, que da perspectiva do capital, são, subjetivamente, tempo de venda e tempo de compra. O vendedor necessita de um tempo para metamorfosear mercadoria em dinheiro, esse tempo faz parte do processo de reprodução do capital. Quando uma mercadoria é vendida por seu valor, tanto nas mãos do vendedor quanto nas do comprador, sua grandeza de valor permanece inalterada. Assim, compradores e vendedores buscam tirar vantagens uns dos outros, vendendo ou comprando mercadorias por valores diferentes de seu valor real (MARX, 1985).

Segundo Marx (1985), nesse processo o objetivo é que através das negociações seja possível apropriar-se de uma quantidade de valor extra que vai representar um *plus* para um lado e um *minus* para o outro. A grandeza de valor das mercadorias não sofreu alteração, como elas não foram trocadas de forma equivalente um lado perdeu para o outro ganhar. A conversão de mercadorias por dinheiro é um momento necessário ao processo capitalista de produção como em sua totalidade, mas não cria valor.

No processo produtivo os capitalistas se apropriam do produto de muitos, em larga escala social, e após transformar esse produto em novas mercadorias, realiza sua venda na mesma escala. Um comerciante ao comprar as mercadorias de um capitalista diminui o tempo de compra e venda de seus produtos. Ao executar um trabalho que sob o ponto de vista do capital é improdutivo ajuda a liberar o tempo de produção, como uma máquina, encurta o dispêndio inútil de energia dos produtores. Isto é, diminui o tempo de rotação do capital investido (MARX, 1985).

Marx (1985) explica que um trabalhador que vende sua força de trabalho executando a atividade de compra e venda de mercadorias é um trabalhador improdutivo. Não há dúvidas de que sua função seja necessária, mas o conteúdo de seu trabalho não gera valor e nem produto. Ele não transforma trabalho improdutivo em produtivo, imobiliza uma parte menor do tempo de trabalho e da força de trabalho da sociedade nessa função improdutiva.

Mais ainda. Suponhamos que ele seja um mero assalariado, por mim até mais bem pago. Seja qual for seu pagamento, como assalariado trabalha parte de seu tempo gratuitamente. Recebe, talvez, a cada dia, o produto-valor

de 8 horas de trabalho e funciona durante 10. Às 2 horas de mais-trabalho que executa produzem tão pouco valor quanto suas 8 horas de trabalho necessário, embora por meio destas últimas seja transferida para ele parte do produto social (MARX, 1985, p. 97).

Segundo Marx (1985), do ponto de vista social, esse trabalhador utiliza suas 10 horas de trabalho em uma mera função de circulação, sem executar nenhum tipo de trabalho produtivo. As 2 horas de trabalho não pago, não cria produto ou valor excedente, apenas diminui em 1/5 os custos com a circulação. Para o capitalismo, essas 2 horas são um ganho positivo, pois representam custos poupados de sua receita, estreitando o limite negativo da valorização do capital.

O tempo empregado na transformação da forma mercadoria para a forma dinheiro expressa o custo de circulação. Enquanto agente da circulação, o produtor capitalista só se diferencia do produtor direto (aquele que produz e vende pessoalmente seu produto) pela escala em que compra e vende mercadorias. Quando o volume do negócio obriga o produtor a contratar agentes assalariados para atuar no processo de circulação, parte do capital variável é despendido sem que ocorra a geração de valor ou produto (MARX, 1985).

Marx (1985) defende que os custos de circulação derivados da mudança de forma do valor não alteram o valor das mercadorias e são deduzidos do capital empregado no processo produtivo. Por outro lado, há custos que possuem uma natureza diferente, podendo ser originados no processo produtivo e ter seu caráter oculto pela forma de circulação.

Esses custos podem atuar como formadores de valor para o capitalista individual, ainda que quando considerados socialmente sejam dispêndio improdutivo de trabalho vivo ou objetivado, ou seja, meros custos que proporcionam um acréscimo ao preço de venda de sua mercadoria. Os custos que deixam as mercadorias mais caras podem constituir fonte de enriquecimento para o capitalista individual, mesmo que eles não alterem seu real valor. Mas uma vez que os custos da circulação são distribuídos de modo uniforme pelo acréscimo adicionado ao preço da mercadoria, seu caráter improdutivo não desaparece (MARX, 1985).

Com o desenvolvimento da produção capitalista e a necessidade de valorização do capital através do processo produtivo, Marx (1985) explica que há um constante crescimento da massa de produtos produzidos. As mercadorias são lançadas no mercado em busca de escoamento e as que não são consumidas, permanecem em estoque, representando uma crescente massa de capital imobilizada sob a forma de capital-mercadoria.

Na figura de estoque, o capital-mercadoria aparece como produto-mercadoria do capital em progresso e como produto-mercadoria de outro capital, que para ser comprado e

transformado em capital produtivo, necessita estar disponível no mercado. A disponibilidade constante de uma massa de mercadorias (ou meios de produção) no mercado é exigida pelo fluxo do processo de produção e reprodução. É, também, através desse estoque que a classe trabalhadora vai converter seu salário, sob a forma-dinheiro, em meios de subsistência. Sob a perspectiva do valor-capital em processo, que precisa ser reconvertido em dinheiro após ser transformado em produto-mercadoria, a existência de um estoque é uma inconveniência, sua permanência ocorre de forma involuntária. Seu objetivo é a transformação do capital-mercadoria em dinheiro, quanto mais rápido se concretizar, mais fluente será o processo de reprodução. A permanência do capital-mercadoria como estoque gera custos de armazenamento e manutenção, além de exigir capital adicional para ser protegido dos mais diversos tipos de deterioração (MARX, 1985).

Esses custos com estoque, de acordo com Marx (1985), pertencem à esfera da circulação e não da produção, mas são inseridos no valor das mercadorias, deixando-as mais caras. Em qualquer circunstância é do processo direto de produção que são extraídos os custos com força de trabalho e capital, voltados para conservação e manutenção do estoque de mercadorias. Tais custos necessitam ser repostos através de parte do produto social, exigindo maior *quantum* de capital e trabalho empregado no processo produtivo.

[...] o valor das mercadorias aqui só é conservado ou respectivamente aumentado porque o valor de uso, o próprio produto, é posto sob determinadas condições objetivas, que custam dispêndio de capital, e está sujeito a operações que deixam trabalho adicional atuar sobre os valores de uso (MARX, 1985, p. 102).

O processo de conservação e manutenção dos valores de uso, segundo Marx (1985), impõe um limite à sua diminuição, auxiliando na sua preservação. Apesar de não haver aumento no valor cristalizado na mercadoria, há o acréscimo de um trabalho novo, vivo e objetivado. “A lei geral é que todos os custos de circulação que só se originam da transformação formal da mercadoria não lhe agregam valor. São apenas custos para a realização do valor ou para sua conversão de uma forma em outra” (MARX, 1985 p. 108).

Marx (1985) destaca que a indústria do transporte realiza um papel importante para produção capitalista, mas seus custos também pertencem ao âmbito da circulação. O transporte não multiplica os produtos e a modificação que pode causar é maléfica ao capital, pois está relacionada à perda das propriedades naturais dos valores de uso.

De acordo com Marx (1985), o valor de uso das coisas necessita ser consumido para serem realizados, para que isso ocorra, pode ser necessária uma mudança de lugar e a implementação de um processo de produção adicional através da indústria de transportes.

O capital produtivo nela investido agrega, pois, valor aos produtos transportados, em parte pela transferência de valor dos meios de transporte, em parte pelo acréscimo de valor pelo trabalho de transportar. Como ocorre com toda a produção capitalista, esse último acréscimo de valor se divide em reposição de salário e mais-valia (MARX, 1985, p. 109).

Para Marx (1985) na indústria do transporte ocorre uma inversão na criação do valor e na produtividade do trabalho. Quanto menor a quantidade de trabalho vivo e morto empregado pelo transporte para deslocar um valor de uso, maior será a força produtiva do trabalho e vice-versa. A grandeza absoluta de valor agregada pelo transporte às mercadorias está diretamente relacionada às distâncias percorridas. Da mesma forma que a parte relativa do valor agregado pelo transporte às mercadorias está em razão direta às diversas características que podem ser apresentadas por elas, como, volume, peso, fragilidade, perecibilidade e explosibilidade.

Ao desenvolver e expandir os meios de transporte e de comunicação, o modo de produção capitalista, segundo Marx (1985), reduz os custos do transporte da mercadoria individual. Ao transformar a maioria dos produtos em mercadorias e ao substituir mercados locais por outros mais distantes, parte do trabalho social que é despendida no transporte é multiplicada.

A indústria de transportes constitui, por um lado, um ramo autônomo da produção, e, por isso, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro, diferencia-se pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação (MARX, 1985, p. 110).

O principal objetivo do modo de produção capitalista, de acordo com Marx (1985), é a valorização do valor-capital que foi adiantado, não importando se foi adiantado sob a forma de dinheiro ou mercadoria e as diversas formas de existência assumidas no decorrer de seu ciclo. Tão logo o valor-capital total investido por um capitalista individual termina seu ciclo, retorna a sua forma inicial. O processo de valorização anterior acresceu mais-valor a esse valor-capital que foi adiantado e que será novamente lançado a um novo ciclo. O capitalista para continuar existindo enquanto tal vai repetir esse processo incontáveis vezes.

O cálculo do tempo total de circulação de um determinado capital é realizado através da soma do tempo de produção com seu tempo de circulação. O ciclo do capital começa com o adiantamento de uma quantia de valor-capital sob determinada forma, e encerra, sob a

mesma forma, com o retorno do valor-capital em processo. Enquanto processo periódico, o ciclo do capital recebe o nome de rotação do capital, que por sua vez, mede o intervalo existente entre dois períodos de circulação do valor-capital. Ela corresponde ao tempo da renovação do capital, que pode ser diferente para cada capitalista individual, a depender de suas esferas de inversão (MARX, 1985).

Marx (1985) defende que a rotação do capital é influenciada por duas formas que obtém do processo de circulação. Trata-se do “capital fixo” e do “capital circulante”. O estudo dessas formas é necessário para uma análise mais clara da influência da rotação sobre o processo de produção e valorização do capital.

No processo produtivo, parte do capital constante, denominada de meios de trabalho, conserva sua forma útil, em face dos valores de uso para cuja criação contribui. Essa fração do capital constante, como máquinas e edifícios, cede parte de seu próprio valor ao valor de uso que está auxiliando na criação. O cálculo médio da transferência de valor dos meios de trabalho para o produto é determinado pela duração média de seu funcionamento, ou seja, pelo intervalo existente entre o momento em que entra no processo produtivo até seu completo desgaste, exigindo a substituição por um novo exemplar da mesma espécie. Ao contrário dos produtos criados através do processo produtivo, os meios de trabalho, uma vez que ingressam na produção, nunca mais saem. Ao exercer a função de meios de trabalho, parte do valor-capital adiantado fixa-se no processo produtivo, sendo absorvido gradativamente até o seu fim (MARX, 1985).

Para Marx (1985), considerando, de modo geral, que todo capital é capital circulante, a fração do valor-capital fixada está em contínua circulação. Mas essa parte do valor-capital apresenta um tipo de circulação peculiar. Na medida em que é transferida gradualmente para as mercadorias, apenas o seu valor circula, ela não circula em sua forma útil. Independente do produto que ajuda a produzir, uma parte do capital constante sempre se mantém fixada aos meios de trabalho, obtendo a forma de capital fixo. Em contrapartida, os demais elementos do capital adiantado no processo produtivo, apresentam a forma de capital fluido ou circulante.

A parte dos meios de produção que se incorpora materialmente ao produto, portanto matérias-primas etc., recebe desse modo, parcialmente, formas sob as quais pode entrar mais tarde como meio de satisfação no consumo individual. Os meios de trabalho propriamente ditos, os portadores materiais do capital fixo, são consumidos apenas produtivamente e não podem entrar no consumo individual, pois não se incorporam ao produto, ao valor de uso que ajudam a criar, mas mantêm perante este sua forma autônoma até sua completa depreciação (MARX, 1985, p. 118).

De acordo com Marx (1985) não é o produto em si que faz dele capital fixo, mas a função como meio de trabalho no processo produtivo. Um determinado valor de uso sai como mercadoria de um processo de trabalho, ou seja, sob a forma de capital circulante, e entra noutro como meio de produção. O mesmo valor de uso, uma máquina por exemplo, representa uma mercadoria para seu fabricante e meios de trabalho, quando utilizada produtivamente por seu comprador.

A determinação das categorias de capital fixo e capital circulante gerou alguns equívocos entre os economistas. Um deles está relacionado às propriedades materiais dos meios de trabalho, como é o caso da mobilidade ou imobilidade física dos valores de uso. Um valor de uso pode apresentar imobilidade física e possuir a forma de capital circulante, como uma casa, ou, apresentar propriedades opostas e possuir a forma de capital fixo, como é o caso de um navio (MARX, 1985).

Marx (1985) explica que outro equívoco emerge ao confundir a determinação econômica da forma com uma propriedade objetiva. Neste pensamento, as coisas possuiriam, por natureza, formas de capital fixo ou circulante. É importante lembrar que em todo processo de trabalho os meios de produção se dividem entre meios e objetos de trabalho, não importando as condições sociais em que se realiza. Uma coisa assume a forma de capital fixo ao funcionar como meio de trabalho, mas isso não impede que essa mesma coisa assuma, sob determinadas circunstâncias, a forma de capital circulante, como o gado, por exemplo. O gado assume a forma de capital fixo se for utilizado para o trabalho, mas também, pode assumir a forma de capital circulante enquanto gado de engorda, isto é, como matéria-prima, que vai entrar na circulação como produto.

No processo de produção, a fixação de um determinado produto por tempo prolongado não dá a ele a forma de capital fixo. Não é o tempo de fixação que caracteriza as formas do capital, mas sua função no processo produtivo. Uma semente, por exemplo, enquanto matéria-prima, mesmo que seja fixada no processo produtivo por 1 ano, não assumirá a forma de capital fixo (MARX, 1985).

Segundo Marx (1985), os meios de trabalho imobilizados no processo produtivo e que assumem a forma de capital fixo, como edifícios de fábricas, ferrovias, canais, melhoramento do solo etc., possuem um papel próprio na economia das nações. Como não podem circular como mercadorias no mercado mundial e nem serem enviados para o exterior, sua comercialização acontece através de títulos de propriedade, que circulam livremente no mercado nacional e estrangeiro.

Marx (1985) explica que ao circular de forma peculiar, o capital fixo adquire uma rotação peculiar. Um produto, como uma máquina, que ao longo dos anos perde gradualmente sua forma natural, através do desgaste, transfere, às gotas, seu valor para os produtos que cria. Esses produtos, ao serem transformados em dinheiro, por meio da circulação, retornam para o proprietário parte do valor adiantado em meios de trabalho. Assim, o valor adiantado na compra da máquina retorna, pouco a pouco, para as mãos de seu proprietário. O valor da máquina adquire uma existência dupla. Uma parte permanece vinculada à sua forma natural, pertencente ao processo produtivo, e a outra se desprende dela na forma de dinheiro. A forma natural da máquina diminui constantemente na medida em que a parte de seu valor transformado em dinheiro cresce constantemente. Esse processo vai ocorrer até o fim da vida útil deste meio de trabalho, com sua completa transformação em dinheiro.

Aí revela-se a peculiaridade da rotação desse elemento do capital produtivo. A transformação de seu valor em dinheiro ocorre paralelamente com a metamorfose em dinheiro da mercadoria, que é seu portador de valor. Mas sua retransformação de forma-dinheiro em forma útil se separa da retransformação da mercadoria em seus demais elementos de produção e se determina muito mais por seu próprio período de reprodução, isto é, pelo tempo de vida do meio de trabalho, ao cabo do qual tem de ser substituído por outro exemplar da mesma espécie (MARX, 1985, p. 121).

Segundo Marx (1985), além de capital fixo, o capital produtivo é composto por outros elementos que, em parte, pertencem ao capital constante, como matérias-primas e matérias auxiliares, e, em parte, ao capital variável, gasto em força de trabalho. Esses outros elementos, cujo processo de rotação se contrapõe ao da forma fixa do capital, são apresentados como de capital circulante ou fluido.

Mesmo que também pertença ao capital constante, a parte do capital produtivo sob a forma de matérias-primas e matérias auxiliares possui características diferentes daquela que possui a forma de capital fixo. Enquanto esta última transfere seu valor em parcelas para os produtos que cria, aquelas transferem todo seu valor, exigindo sua reposição imediatamente após o uso. Além disso, enquanto uma parte das matérias auxiliares é incorporada fisicamente no produto, constituindo o material de sua substância, a outra é consumida no processo de trabalho sem entrar materialmente no valor de uso, como carvão que serve de combustível (MARX, 1985).

De acordo com Marx (1985) o capital variável gasto com força de trabalho agrega ao produto um equivalente de seu valor durante o processo de trabalho. Esse tipo de capital, fornecido pelo trabalhador, é comprado por um determinado prazo, necessitando ser repost

constantemente. Através da circulação, o produto é metamorfoseado em dinheiro e o capitalista obtém o retorno do valor adiantado sob a forma de capital constante e variável (abstraímos neste momento o valor do mais-valor agregado), cuja maior parte será retransformada em meios de produção e lançada ao processo de produção. Esse ciclo deverá ocorrer de forma permanente e contínua.

O que determina a divisão do capital produtivo em capital fixo e capital fluido, é o modo com o qual o seu valor rotaciona. Essa diversidade da rotação está relacionada às diferentes formas com que as partes que compõem o capital produtivo transferem seu valor para o produto. Enquanto umas cedem gradativamente seu valor para os produtos, sempre mantendo parte de seu valor vinculado a sua antiga forma material, outras transferem totalmente, sendo necessária sua constante renovação *in natura*. Assim, até que uma rotação do elemento fixo do capital termine, a do fluido já rotacionou várias vezes (MARX, 1985).

Antes de partirmos para o próximo assunto, compreendemos ser importante abordarmos mais alguns aspectos da rotação do capital em sua forma fixa.

O progresso da indústria possibilita uma constante revolução em grande parte dos meios de trabalho. Ao investir uma determinada massa de capital fixo no processo produtivo, o capitalista espera que ela perdure até o final de seu ciclo, ou seja, até o término de sua vida útil, por isso, a introdução de novos meios de trabalho acontece de forma gradual. Não obstante, a luta concorrencial entre os capitalistas e o desenvolvimento tecnológico que dela resulta, muitas vezes obriga-os a renovar os antigos meios de trabalho antes que o ciclo útil termine (MARX, 1985).

Marx (1985) explica que no decorrer de sua vida útil os meios de trabalho sofrem desgaste devido a sua constante utilização. Alguns deles, como as máquinas, possuem em sua composição diversos elementos com tempos de desgastes variados. Quando um componente deixa de funcionar, pode ser repostado por outro da mesma natureza, sem que seja necessário substituir o equipamento por completo. Essa reposição ocorre com parte do valor do próprio capital fixo, que após ser transferido para o produto e sofrer metamorfose em dinheiro, retorna para seu proprietário, podendo ser utilizado em melhorias.

Embora, como vimos, o capital fixo continue a atuar *in natura* no processo de produção, parte de seu valor, conforme a depreciação média, circulou com o produto e foi transformada em dinheiro, constituindo elemento do fundo de reserva monetária para a reposição do capital no momento de sua reprodução *in natura*. Essa parte do valor do capital fixo, assim transformada em dinheiro, pode servir para ampliar o negócio ou aplicar melhoramentos às máquinas, que aumentam sua eficácia (MARX, 1985, p. 126).

De acordo com Marx (1985) para evitar que o capital fixo estrague no processo de trabalho parte de sua manutenção é realizada pela própria força de trabalho. Essa manutenção realizada pelo trabalhador expressa um duplo movimento. Por um lado, auxilia na conservação dos materiais de trabalho, transferindo valor para o produto. Por outro, contribui para que os meios de trabalho conservem seu valor.

Todas as manutenções realizadas no capital fixo exigem dispêndio de capital e trabalho, um valor que não está englobado no capital que foi adiantado. Se ao final de sua vida útil uma máquina tiver gerado a mesma quantidade de valor que foi adiantado em sua compra, representa uma perda para o capitalista, pois não repôs o capital investido nas manutenções e consertos. Todo capital fixo exige o dispêndio adicional de capital ao longo de sua vida útil, mas ao contrário do que ocorre em sua compra, quando o capital é adicionado de uma única vez, esse tipo de dispêndio ocorre gradualmente, em períodos aleatórios, influenciados pela natureza da coisa (MARX, 1985).

Para Marx (1985) a quantidade e a periodicidade dessas manutenções aumentam na medida em que o capital fixo perde sua vida útil. Por mais perfeito que seja uma máquina, quanto mais for utilizada, maior será o dispêndio efetivo de meios de trabalho e força de trabalho em trabalhos de reparação. Quanto maior a depreciação do fixo, maior é a quantidade de valor adicional transferido para ele.

O valor agregado com dispêndio adicional de trabalho e capital na realização de consertos não pode ser adicionado simultaneamente ao valor dos produtos. Mesmo em tempos em que haja uma maior despesa com manutenção, os custos gerais de um produto não podem ser modificados, pois não depende das vontades ou necessidades de um produtor ou capitalista individual. Cada ramo de negócio possui o conhecimento, resultado da experiência, da quantidade de capital adicional médio necessária para manutenção dos capitais fixos utilizados em seu processo de trabalho. Essa despesa média é distribuída no preço das mercadorias pelo período médio de vida dos meios de trabalho correspondentes (MARX, 1985).

De acordo com Marx (1985) o capital adquirido com a reposição dos valores investidos nas manutenções dos meios de trabalho pertence a uma espécie peculiar, não podendo ser classificado como capital fixo ou capital fluido, no entanto, como faz parte das despesas correntes, pertence mais ao último.

Dando continuidade ao estudo da rotação dos elementos fluidos e fixos do capital produtivo, temos que a rotação global do capital adiantado é resultado da rotação média de

seus múltiplos elementos. Mas não basta tirar a média dos diferentes períodos de tempo, pois existe uma diferença que não é somente quantitativa, mas qualitativa também. Enquanto o capital fluido transfere todo seu valor para o produto, necessitando ser repostado para não interromper o processo produtivo, o capital fixo transfere seu valor gradativamente, mantendo parte de seu valor fixado nos meios de trabalho. Mesmo que o capital fixo seja mais durável, cada elemento que o compõe fixo possui um determinado tempo médio de vida útil, assim a necessidade de reposição desses elementos depende de suas características qualitativas (MARX, 1985).

Marx (1985) explica que para calcular a rotação global do capital adiantado é necessário considerar, além do tempo de rotação do capital fixo como um todo, a existência do tempo de rotação de seus elementos, assim, deve-se reduzir as rotações particulares das múltiplas partes do capital fixo em uma única forma de rotação. A forma-dinheiro proporciona uma identidade para essa rotação.

Tomemos, por exemplo, uma máquina no valor de 10 mil libras esterlinas, que dure 10 anos, da qual, portanto, $1/10 = 1.000$ libras esterlinas se retransforma anualmente em dinheiro. Essas 1.000 libras esterlinas se retransformaram no decorrer de um ano, de capital monetário em capital produtivo e capital-mercadoria e deste em capital monetário. Retomaram a sua forma-dinheiro original, do mesmo modo que o capital fluido, se o consideramos sob essa forma, e não importa nesse caso se o capital monetário de 1 000 libras esterlinas, ao fim do ano, seja retransformado ou não na forma natural de uma máquina (MARX, 1985, p. 135-136).

Marx (1985) destaca que no cálculo da rotação global do capital produtivo adiantado todas as partes são fixadas na forma-dinheiro, de forma que ao retornar para essa forma a rotação se encerra. Para que a média possa ser tirada, o valor adiantado sempre será considerado sob a forma-dinheiro, mesmo em um processo contínuo de produção, servindo apenas como moeda de conta.

CAPÍTULO 2 – CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUA IRREMEDIÁVEL NECESSIDADE DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

2.1. A lei da queda tendencial da taxa de lucro revelada por Marx

A partir deste ponto acreditamos que tenha ficado claro que o objetivo principal do processo de produção capitalista é a criação e a subsequente apropriação de valor excedente. Ao adiantar o capital total, o capitalista não tem por finalidade a produção de uma mercadoria,

tangível ou intangível, e sim a produção de mais-valor, através da exploração de trabalho vivo no processo produtivo. Apesar de somente o capital variável produzir mais-valor, o capitalista só pode extrair valor excedente se adiantar capital constante, não importando para o mesmo se o capital variável vai valorizar o capital constante ou se o capital constante vai extrair um ganho do capital variável. É desejável para o capitalista que o grau efetivo de seu ganho esteja relacionado ao capital total e a taxa de lucro e não ao capital variável e a taxa de mais-valor, pois a taxa de lucro permaneceria a mesma, mesmo que houvesse variação na taxa de mais-valor (MARX, 2017).

De acordo com Marx (2017), o lucro do capitalista está diretamente relacionado com o fato de vender algo pelo qual não pagou. Uma determinada quantidade de tempo de trabalho (mais-trabalho) que, apesar de nada lhe ter custado, está contida no preço da mercadoria. Portanto, independente de sua origem, o mais-valor é um excedente sobre o capital total adiantado. Quando medida sobre o capital variável, a taxa de mais-valor conserva seu nome; quando medida sobre o capital total passa a ser denominada de taxa de lucro. É possível transformar a taxa de mais-valor em taxa de lucro, mas o oposto não acontece, haja vista que o mais-valor sobre a forma de lucro é composto por fenômenos artificiais.

Embora a criação do valor se dê no campo direto da produção, Marx (2017) explica que é somente no processo de circulação que o valor se realiza, assumindo a aparência de ter sido derivado do processo de circulação. A forma com que o excedente é realizado é decidida, no interior da concorrência, pelas relações de mercado. Quando uma mercadoria é vendida abaixo ou acima de seu valor, tem-se somente uma nova distribuição do mais-valor, não alterando em nada a natureza ou a grandeza do mais-valor. No processo efetivo de circulação, a realização do mais-valor pelos capitalistas individuais depende tanto da exploração do trabalho quanto da vantagem que estes obtêm sobre uns sobre os outros.

No processo de circulação, apresenta-se, além do tempo de trabalho, o tempo efetivamente em circulação, que limita a massa do mais-valor realizável em determinado período. No processo imediato de produção atuam ainda outros elementos, derivados da circulação. Ambos, o processo imediato de produção e o processo de circulação, invadem constantemente os domínios um do outro, interpenetram-se e, desse modo, falseiam constantemente os traços característicos que os distinguem (MARX, 2017, p.69).

No processo de circulação, segundo Marx (2017), a produção do mais-valor, bem como do valor em geral, assume determinações completamente novas. Tempo de trabalho e de circulação se entrecruzam, aparentando determinar, na mesma medida, o mais-valor. Nesse sentido, lucro e mais-valor aparentam ser, exclusivamente, o resultado do excedente do preço

de venda das mercadorias sobre seu imanente valor e não o produto da apropriação do tempo de trabalho.

[...] o próprio processo imediato de produção é apenas um momento transitório, que migra constantemente para o processo de circulação, assim como este migra para o primeiro, de modo que a noção mais ou menos clara da fonte do ganho obtido no processo de produção, isto é, da natureza do mais-valor, aparece, no máximo, como momento dotado de tanta validade quanto à representação de que o excedente realizado provém do movimento independente do processo de produção, derivado da própria circulação, ou seja, do movimento realizado pelo capital independentemente de sua relação com o trabalho (MARX, 2017, p.70).

Sob outro aspecto, Marx (2017) chama a atenção para a aparência da extração de trabalho não pago enquanto economia em um dos elementos que compõem os custos da produção. A compra da força de trabalho por um valor inferior ao seu custo seria interpretada enquanto economia na compra de uma matéria-prima ou de uma máquina qualquer. O trabalho não aparece como fonte de criação de valor, perde seu caráter específico, obscurecendo a relação singular do mais-trabalho com o mais-valor.

Como todas as partes do capital surgem, ao mesmo tempo, enquanto fonte do valor excedente (lucro), ocorre uma mistificação nas relações capitalistas. A maneira como o mais-valor obtém a forma de lucro através de sua passagem pela taxa de lucro, faz parte do próprio desenvolvimento decorrente da inversão entre sujeito e objeto, oriundo do processo produtivo capitalista. Nessa inversão, enquanto o trabalho morto é personificado ao dominar o trabalho vivo, o trabalhador aparece como mercadoria, uma simples força de trabalho objetivada (MARX, 2017).

No pensamento capitalista, segundo Marx (2017), às leis da taxa de lucro e as leis da taxa de mais-valor não se distinguem uma da outra, no entanto, essa conclusão está totalmente equivocada. A partir do momento em que se conhece a taxa de mais-valor e a sua grandeza é dada, a taxa de lucro não expressa nada além do que outra medição do mais-valor. Uma medição que parte do capital total e não do valor da parte do capital da qual é diretamente gerada. Nessa interpretação, o mais-valor é dado na subtração entre o preço de venda e preço de custo, resultando em um excedente misterioso, que não se sabe se é fruto da exploração do trabalho no processo produtivo, se é resultado de uma negociação vantajosa no processo de circulação ou de ambas as situações.

O excedente caracterizado por meio da taxa de lucro surge enquanto um excedente que está além do valor criado pelo capital anualmente ou em determinado período de circulação. Por mais que a taxa de lucro seja numericamente diferente da taxa de mais-valor, o

lucro é a forma modificada do mais-valor, portanto, mais-valor e lucro são iguais, possuem a mesma grandeza numérica. Como o lucro encobre e apaga a origem e o segredo da existência do mais-valor, para que este seja revelado é necessário realizar uma análise daquele (MARX, 2017).

De acordo com Marx (2017), a taxa de mais-valor (m') é expressa pela razão entre o mais-valor (m) e o capital variável (v), sendo $m' = m/v$ e, conseqüentemente, $m = m'v$. Se, ao invés do capital variável, o mais-valor se referir ao capital total (C), então é denominado de lucro (l), e a razão entre o mais-valor e o capital total recebe o nome de taxa de lucro (l'), sendo $l' = m/C$. Como o capital total (C) é o produto da soma do capital constante (c) com o capital variável (v), quando o substituimos na fórmula da taxa de lucro temos que $l' = m/c+v$. Uma vez que $m = m'v$, tal fórmula também pode ser expressa por $l' = m'v/c+v = m'v/C = m'/C$. Por sua vez, outra forma de expressar essa equação é $l' : m' = v : C$. Dessa forma, temos que:

A taxa de lucro se relaciona com a taxa de mais-valor do mesmo modo que o capital variável se relaciona com o capital total.

Dessa proporção, segue-se que l' , a taxa de lucro, é sempre menor que m' , a taxa de mais-valor, porque v , o capital variável é sempre menor que C , a soma de $v + c$, capital variável e capital constante; excetuando-se o único caso, praticamente impossível, em que $v = C$, ou seja, em que absolutamente nenhum capital constante, nenhum meio de produção, foi adiantado, apenas o salário do capitalista (MARX, 2017, p.76).

Marx (2017) complementa que o capital constante, o capital variável e o mais-valor total podem sofrer influência de uma série de fatores, como: o valor do dinheiro; a rotação do capital; a produtividade do trabalho; a duração da jornada de trabalho; a intensidade do trabalho; e, o salário.

Compreendida a diferença e a relação entre o mais-valor e o lucro e entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro, partiremos agora para outro ponto de grande relevância para nosso estudo: a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Em um determinado processo produtivo, conforme exemplifica Marx (2017), um capitalista alugou a força de trabalho de 100 trabalhadores por 1 semana e pagou por ela o equivalente a 100 xelins (valor correspondente ao capital variável). Considerando que estes trabalhadores realizam tanto trabalho necessário quanto mais-trabalho, ou seja, trabalham diariamente a mesma proporção de tempo para si, na reprodução de seus salários, quanto para o capitalista, na produção de mais-valor, conclui-se que seu produto de valor total seria igual a

200 xelins (100 xelins de capital variável + 100 xelins de mais-valor). Nesse caso, a taxa do mais-valor (m/v) equivaleria a 100%. No entanto, a taxa de lucro ($l' = m/C$, sendo $C=c+v$) pode sofrer variações de acordo com as alterações nos volumes do capital constante e, por conseguinte, do capital total, conforme destacado por Marx (2017, p.249):

se $c = 50$ e $v = 100$, então $l' = 100/150 = 66\frac{2}{3}\%$
 se $c = 100$ e $v = 100$, então $l' = 100/200 = 50\%$
 se $c = 200$ e $v = 100$, então $l' = 100/300 = 33\frac{1}{3}\%$
 se $c = 300$ e $v = 100$, então $l' = 100/400 = 25\%$
 se $c = 400$ e $v = 100$, então $l' = 100/500 = 20\%$

A partir deste exemplo, Marx (2017) deduz que: ao manter a mesma taxa de mais-valor, com o mesmo grau de exploração do trabalho, a taxa de lucro diminui à medida que aumenta o montante de capital constante, ou capital total, investido, ainda que tal relação não ocorra na mesma proporção.

Quando partimos do pressuposto de que essa modificação gradual na composição do capital opera, em menor grau ou maior grau, em todas as esferas da produção ou pelo menos nas mais decisivas, afetando a composição orgânica média do capital total presente numa determinada sociedade, chegaremos à conclusão de que, ao manter constante a taxa do mais-valor, o aumento gradual do capital constante proporcional ao capital variável tem como resultado *uma queda gradual na taxa geral de lucro*. Uma análise histórica e aprofundada do modo de produção capitalista demonstra que este é constituído por uma lei que estabelece que à medida que o mesmo se desenvolve opera-se uma redução relativa do capital variável em relação ao capital constante, sendo proporcional ao capital total mobilizado. Assim, em consequência dos métodos de produção peculiares desenvolvidos no cerne da produção capitalista, um mesmo número de trabalhadores, uma mesma quantidade de força de trabalho trocada por dado montante de capital variável, mobiliza uma massa sempre crescente de todo tipo de meios de trabalho, matérias-primas e materiais auxiliares, maquinaria e capital fixo, no mesmo intervalo de tempo, e, por conseguinte, um volume de valor de capital constante sempre crescente (MARX, 2017).

Conforme explica Marx (2017), a crescente diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante e, por conseguinte, ao capital total, é idêntica ao crescimento gradativo da composição orgânica do capital em sua média. O emprego crescente de maquinaria e de capital fixo em geral, possibilita que uma quantidade cada vez menor de trabalhadores transforme quantidades cada vez maiores de matérias-primas e materiais auxiliares em produtos, no mesmo período de tempo. Porém, o aumento no volume do capital constante, ou seja, na massa real dos valores de uso pelos quais é materialmente constituído,

proporciona um barateamento crescente dos produtos, pois absorve quantidades menores de trabalho do que nos estágios inferiores da produção.

Portanto, a série hipoteticamente formulada no início expressa a tendência efetiva da produção capitalista. Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. [...] A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho (MARX, 2017, p.250 - 251).

De acordo com Marx (2017), apesar de a taxa de lucro também poder cair provisoriamente por outros motivos, a tendência à queda apontada está baseada na própria essência do modo de produção capitalista. Assim, como à medida que o capitalismo progride tende a empregar uma massa cada vez menor de trabalho vivo e outra cada vez maior de trabalho morto, a parte do trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valor tende sempre a decrescer em relação ao volume do valor do capital total empregado. Como o que constitui a taxa de lucro é a proporção entre a massa de mais-valor e o valor do capital total empregado, ela tende a cair constantemente.

Portanto, o lucro nada mais é do que um nome diferente para designar o próprio mais-valor, que ao invés de apresentar-se em relação com o capital variável do qual emana, apresenta-se em relação com o capital total. “A queda da taxa de lucro expressa, pois, a proporção decrescente entre o próprio mais-valor e o capital total adiantado, razão pela qual é independente de toda e qualquer distribuição desse mais-valor entre diversas categorias” (MARX, 2017, p. 252).

Para Marx (2017), em sua essência, o processo de produção capitalista é, simultaneamente, um processo de acumulação. Conforme a produção capitalista progride, a massa de valor que tem de conservar-se ou reproduzir-se simplesmente expande com o crescimento da produtividade do trabalho, mesmo quando a força de trabalho posta em movimento mantém-se constante. A massa dos valores de uso produzidos, parte dos meios de produção, é incrementada constantemente pelo desenvolvimento da força produtiva do trabalho. O trabalho adicional, apropriado pelo capitalista na forma de mais-valor, é dependente da massa desses meios de produção (até mesmo os meios de subsistência) e não do valor, pois no processo de trabalho, o trabalhador atua sobre os valores de uso dos meios de produção e não sobre o valor.

A acumulação em si é um meio material para o crescimento da força produtiva. Para colocar a crescente massa de meios de produção em movimento é necessário aumentar a população trabalhadora que corresponde ao capital excedente. Esse crescimento da população trabalhadora costuma ultrapassar as necessidades do capital excedente, transformando-se em uma superpopulação. O excedente dessa superpopulação, não absorvida pelo processo produtivo capitalista, pode ser gerado tanto pelo aumento da população em si, quanto pela expulsão do processo produtivo com a implementação de novas tecnologias que demandam menos força de trabalho, gerando mais-valor relativo e criando uma superpopulação artificial relativa. Ao mesmo tempo em que cresce a massa de meios de produção destinados a converter-se em capital, cresce a população trabalhadora disponível ao capital e, portanto, suscetível de ser explorada. A massa de mais-trabalho suscetível de apropriação tende a crescer junto com o desenvolvimento do processo de produção e acumulação capitalista (MARX, 2017).

De acordo com Marx (2017), com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ou seja, com a diminuição relativa do capital variável, para colocar em movimento uma quantidade equivalente de força de trabalho e absorver uma massa equivalente de mais-valor é necessário uma massa maior de capital total em relação aos processos produtivos anteriores, cujas forças produtivas eram menos desenvolvidas. A possibilidade de uma população trabalhadora relativamente supranumerária está diretamente relacionada com o desenvolvimento da produção capitalista.

Se por um lado, o crescimento progressivo da força produtiva do trabalho faz com que o capital necessite de uma população trabalhadora cada vez menor para produzir a mesma quantidade de mercadorias, por outro, a massa de lucro decresce, exigindo a produção de uma massa cada vez maior de mercadorias. Se com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, por exemplo, a taxa de lucro cai pela metade, o capital terá que duplicar-se para manter constante a massa de lucro (MARX, 2017).

Marx (2017) explica que para aumentar o componente variável do capital total é necessário que este aumente numa proporção superior à diminuição percentual do capital variável, mesmo que reduza a porcentagem do capital variável no capital total. A massa do capital empregado teria que mudar ainda que permanecesse constante o quantitativo da população trabalhadora explorada e só aumentasse a intensidade e a duração da jornada de trabalho, inclusive para que ela pudesse empregar o mesmo *quantum* de trabalho sob as antigas condições de exploração, após a alteração da composição modificada do capital.

Portanto, com o progresso do modo de produção capitalista, o mesmo desenvolvimento da força produtiva social do trabalho se expressa, por um lado, numa tendência à queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, no aumento constante da massa absoluta do mais-valor ou do lucro apropriado; de modo que, em geral, ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos (MARX, 2017, p.261).

Segundo Marx (2017), a partir desse efeito dúplice, o capital total aumenta em uma progressão mais acelerada do que a taxa de lucro diminui. No caso de um crescimento relativo mais intenso ou de uma composição mais elevada do capital constante, o emprego de um capital variável aumentado em termos absolutos requer que o capital total aumente tanto com uma rapidez ainda maior, quanto em uma proporção da composição ainda mais elevada. No contínuo desenvolvimento do modo de produção capitalista a força de trabalho crescente exige uma quantidade cada vez maior de capital para se ocupar. Dessa forma, a crescente força produtiva do trabalho sobre uma base capitalista cria uma aparente superpopulação trabalhadora permanente. Se antes o capital variável representava $1/2$ do capital total, agora representa somente $1/6$, assim, para que a mesma força de trabalho seja empregada o capital total deverá ser triplicado; por conseguinte, o capital total deverá ser sextuplicado para empregar o dobro da força de trabalho.

Outra questão importante sobre a queda na taxa de lucro é a velocidade e a dimensão com que esse processo ocorre. Ela só não é maior e mais rápida devido a influências contra-arrestantes que interferem na ação da lei geral e a anulam, atribuindo a ela somente o caráter de tendência, motivo pelo qual a queda da taxa geral de lucro é caracterizada como tendencial. Entre as causas contra-arrestantes existentes, as mais gerais são: o aumento do grau de exploração do trabalho; o barateamento dos elementos do capital constante; a superpopulação relativa; a compressão do salário abaixo de seu valor; o comércio exterior; e, o aumento do capital acionário (MARX, 2017). A título de exemplo, vejamos como esse processo ocorre nas três primeiras causas citadas.

A intensificação do trabalho (produção de mais-valor relativo) e o prolongamento da jornada de trabalho (produção de mais-valor absoluto), de acordo com Marx (2017), são os principais fatores que implicam o aumento do grau de exploração do trabalho, da apropriação do mais-trabalho e do mais-valor. Por um lado, é o prolongamento da jornada de trabalho, gerador do mais-valor absoluto, que incrementa a massa do mais-trabalho apropriado sem modificar essencialmente a relação entre a força de trabalho e o capital constante posto em movimento e que diminui este último relativamente. Por outro, quando se trata da produção de mais-valor relativo, considerando grandezas dadas de capital total empregado, existe uma

grande possibilidade de que as mesmas causas geradoras do aumento da taxa de mais-valor proporcionem uma diminuição da massa do mais-valor (produto da multiplicação do número de trabalhadores pela taxa de mais-valor).

Além disso, já está demonstrado - e isso constitui o verdadeiro segredo da queda tendencial da taxa de lucro - que os procedimentos para a geração de mais-valor relativo desembocam, em geral, no seguinte: por um lado, converter em mais-valor a maior quantidade possível de dada massa de trabalho; por outro, empregar, em proporção ao capital adiantado, a menor quantidade de trabalho em geral, de modo que os mesmos motivos que permitem aumentar o grau de exploração do trabalho impeçam que com o mesmo capital total se explore tanto trabalho quanto antes (MARX, 2017, p.272).

Segundo Marx (2017), ao mesmo tempo em que essas tendências antagônicas atuam para o aumento da taxa de mais-valor, promovem a diminuição da massa do mais-valor produzido por um dado capital e, conseqüentemente, contribuem para a queda da taxa de lucro. O mesmo efeito ocorre com tudo o que, mantendo inalterada a grandeza do capital empregado, estimula a geração do mais-valor mediante o aperfeiçoamento dos métodos. Nesse caso, o que acontece não é o crescimento do capital constante empregado em relação ao capital variável, mas o crescimento da massa do produto em relação à força de trabalho ocupada.

Nesse âmbito, dentre os fatores que vão contribuir para inibição da queda tendencial da taxa de lucro está o aumento temporário, ainda que recorrente, do mais-valor acima do nível geral, que beneficiam os capitalistas que utilizam as inovações tecnológicas antes de tornarem-se generalizadas; e, o prolongamento da jornada de trabalho (MARX, 2017).

De acordo com Marx (2017), a tendência de queda da taxa de lucro é enfraquecida pelo aumento da taxa de mais-valor absoluto, criado graças ao prolongamento da jornada de trabalho. A massa do mais-valor e a taxa de lucro são determinadas pelo aumento da taxa de mais-valor. Esse fator não elimina ou altera a lei geral, no entanto, faz com que esta opere como tendência, isto é, como uma lei que tem sua aplicação absoluta refreada, contida e enfraquecida por circunstâncias contra-arrestantes. Os mesmos fatores que aumentam a taxa de mais-valor absoluto tendem a reduzir a força de trabalho empregada e a taxa de lucro, além de frear o movimento dessa redução.

Se um trabalhador é forçado a executar um trabalho que antes era realizado por dois (ou mais) trabalhadores, produzirá tanto mais-trabalho quanto os dois trabalhadores forneciam, aumentando a taxa de mais-valor. Apesar disso, a massa do mais-valor vai diminuir, pois esse trabalhador não produzirá tanto quanto produziam os dois trabalhadores. É

o aumento da taxa do mais-valor que vai compensar ou limitar sua queda. A massa do mais-valor aumentará se toda a população for ocupada com a taxa do mais-valor aumentada, ainda que esta continue a mesma. Se a população crescer, a massa do mais-valor aumentará ainda mais (MARX, 2017).

Ao abordar sobre o barateamento dos elementos do capital constante, Marx (2017) revela que esse é um fator que pode aumentar a taxa de lucro sem alterar a taxa de mais-valor. O valor do capital constante não cresce proporcionalmente ao seu volume material. À medida que se desenvolvem os meios de produção este tende a aumentar radicalmente sua massa sem que seu valor aumente, podendo até mesmo diminuir.

[...] o mesmo desenvolvimento que incrementa a massa do capital constante em relação ao capital variável diminui, em consequência da força produtiva aumentada do trabalho, o valor de seus elementos e, assim, impede que o valor do capital constante, embora aumentando permanentemente, o faça na mesma proporção que seu volume material, isto é, que o volume material dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho (MARX, 2017, p.275).

Conforme explica Marx (2017), o desenvolvimento da indústria proporciona uma desvalorização de todo o capital existente, ou seja, de seus elementos materiais e atua como uma das causas que, constantemente, atenuam a queda da taxa de lucro, ainda que, em determinadas circunstâncias, diminua a massa de lucro por meio da redução da massa do capital produtor de lucro.

Outro fator de importante atuação na atenuação da queda da taxa de lucro é a manutenção de uma superpopulação relativa, cuja gênese, no modo de produção capitalista, está diretamente relacionada ao acelerado desenvolvimento da força produtiva do trabalho. Por um lado, a superpopulação relativa é o motivo pelo qual a subordinação mais ou menos incompleta do trabalho ao capital seja mantida em diversos ramos de produção e de que permaneça mais do que o tempo que corresponde ao estágio geral do desenvolvimento; esse fator resulta em um rebaixamento dos salários e na existência de uma grande massa de assalariados disponíveis, além de deixar alguns ramos de produção mais resistentes, opondo-se a substituição do trabalho manual pelo mecanizado. Por outro lado, criam-se novos ramos de produção, baseados no predomínio do trabalho vivo, que possuem como base essa população relativa, frequentemente liberada pelo predomínio do capital constante em outros ramos produtivos (MARX, 2017).

Segundo Marx (2017), em ambos os casos, o capital total é composto por uma proporção significativa de capital variável, cujos salários encontram-se abaixo da média, com

massa e taxa de mais-valor extraordinariamente elevadas. No entanto, o mesmo fator que origina a tendência à queda da taxa de lucro gera um contrapeso a essa tendência, pois a taxa geral de lucro é constituída por meio do equilíbrio entre as taxas de lucro dos ramos de produção particulares.

Uma síntese dos elementos que compõem a relação entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valor nos permite afirmar, conforme explica Marx (2017), que a primeira sempre expressa à segunda abaixo do que é. Para estabelecer uma relação de igualdade entre essas duas taxas, o gasto em capital constante deveria se igualar a zero, isto é, todo o capital deveria ser adiantado em salários, pois mesmo quando a taxa de mais-valor cresce tende a expressar-se numa taxa de lucro decrescente. Embora no curso do desenvolvimento da produção capitalista ocorra um crescimento constante da soma total do mais-valor (m), a taxa de lucro (l') também tende a cair de maneira constante, haja vista que o capital total (C) aumenta ainda mais rápido do que a soma total do mais-valor, lembrando que $l' = m/C$.

De acordo com Marx (2017), na medida em que expressam o desenvolvimento da força produtiva, a acumulação acelerada do capital e queda da taxa de lucro apresentam-se somente como expressões de um mesmo processo. A queda da taxa de lucro é acelerada pelo processo de acumulação, que concentra os trabalhos em larga escala e possibilita uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a concentração do capital é acelerada pela queda da taxa de lucro, que também acelera a centralização de capital por meio da expropriação dos capitalistas menores. Assim, mesmo que a taxa de acumulação reduza juntamente com a taxa de lucro, a acumulação acelera-se na proporção de sua massa.

Enquanto a taxa de valorização do capital total, taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é seu único objetivo), sua queda torna mais lenta a formação de novos capitais independentes e, assim, aparece como ameaça ao desenvolvimento do processo de produção capitalista; tal queda promove a superprodução, a especulação, as crises e o capital supérfluo, além da população supérflua (MARX, 2017, p. 281-282).

Para Marx (2017), não se pode esquecer jamais que a produção de mais-valor é o motivo determinante e a finalidade direta da produção capitalista. Sendo um equívoco confundir essa finalidade direta com o desfrute ou a criação direta de meios de desfrute para o capitalista. A criação de mais-valor, uma vez pressuposta a existência dos meios de produção necessários, pode encontrar somente dois entraves: “a população trabalhadora, se está dada a taxa de mais-valor, isto é, o grau de exploração do trabalho; e o grau de exploração do trabalho, se está dada a população trabalhadora” (MARX, 2017, p. 283).

Marx (2017) revela que a produção do mais-valor estará concluída no instante em que a quantidade de mais-trabalho passível de ser espoliada estiver objetivada. No entanto, a absorção de trabalho não pago pelo capital é somente o primeiro ato do processo de produção capitalista, denominado de processo direto de produção. O segundo ato do processo de produção ocorre com o desenvolvimento do processo que se manifesta na queda da taxa de lucro, que gera um aumento colossal da massa do mais-valor produzido. Se o capitalista não vender a mercadoria produzida ou se conseguir vender somente com preços inferiores aos de produção, não terá alcançado seu objetivo, a realização do mais-valor, ou terá alcançado somente parcialmente, mesmo que isso não altere o fato do trabalhador ter sido explorado.

A lei da produção capitalista, conforme elucida Marx (2017), é dada por frequentes revoluções nos próprios métodos de produção, por frequente desvalorização do capital existente devido a essas mesmas revoluções, pela luta concorrencial generalizada e a necessidade de melhorar e ampliar a produção. Para o modo de produção capitalista conservar-se e não sucumbir, a expansão do mercado precisa ser constante, de maneira que seus nexos e as condições que os regulam tornem-se cada vez mais incontroláveis, assumindo cada vez mais o formato de uma lei natural que não depende dos produtores.

Quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo. Sobre essa base plena de contradições não é em absoluto uma contradição que o excesso de capital esteja ligado a um excesso crescente de população, pois, se os fatores combinados fazem aumentar a massa do mais-valor produzido, justamente com isso se acentua a contradição entre as condições nas quais esse mais-valor é produzido e as condições nas quais ele é realizado (MARX, 2017, p. 284).

De acordo com Marx (2017), a massa do lucro, a partir de uma taxa de lucro dada, dependerá sempre da quantidade de capital adiantado. Para que a acumulação aconteça uma parte dessa massa será sempre reinvestida, voltando a transformar-se em capital. É ela quem vai determinar a acumulação. No entanto, essa parte, fruto da subtração do lucro com a renda consumida pelo capitalista, dependerá, além do valor de tal massa, do preço baixo das mercadorias que o capitalista pode comprar com ela.

O valor que o trabalhador agrega ao capital é totalmente distinto da massa de capital que esse trabalhador coloca em movimento, conservando seu valor e fazendo reaparecer na mercadoria por meio de seu trabalho. Quanto maior a massa de capital posta em movimento maior será o fluxo do capital ou sua acumulação, que avança em proporção ao peso que já possui e não ao nível da taxa de lucro. Uma jornada de trabalho muito extensa pode propiciar uma alta taxa de lucro – contanto que se baseie numa alta taxa de mais-valor – mesmo que o

trabalho seja improdutivo. Isso é possível graças a necessidades muito exíguas dos trabalhadores, motivo pelo qual o salário médio é bem baixo, correspondendo à falta de energia dos trabalhadores. Nesse caso, mesmo com uma alta taxa de lucro, a acumulação do capital acontece lentamente. Ainda que seja pequeno o salário pago ao trabalhador, o tempo de trabalho que custa a mercadoria é grande e a população permanece estacionária (MARX, 2017).

Para Marx (2017), com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, o que faz com que a taxa de lucro diminua não é uma queda no nível de exploração do trabalho, mas o emprego decrescente de trabalho em proporção ao capital investido em geral. A taxa decrescente de lucro coincide com o aumento crescente da massa de mais-valor. Ocorre um aumento na apropriação da parte do produto anual do trabalho pelo capitalista sob a categoria capital e, proporcionalmente, uma queda sob a categoria do lucro. Assim, mesmo que o lucro seja menor, com a grandeza do capital desembolsado, a massa do lucro cresce. Esse processo condiciona ao mesmo tempo a concentração de capital – uma vez que o emprego massivo de capital passa a ser exigido pelas condições de produção –, a centralização de capital – com os grandes capitalistas engolindo os pequenos – e a descapitalização dos pequenos capitalistas. O que está dado é a separação, elevada à segunda potência, entre as condições de trabalho e os produtores, entre os quais ainda podem ser encontrados os pequenos capitalistas, haja vista que no caso deles, certo papel ainda é desempenhado pelo próprio trabalho. O trabalho do capitalista depende do grau em que é capitalista, isto é, encontra-se em proporção inversa à dimensão de seu capital.

Esse divórcio entre as condições de trabalho, de um lado, e os produtores, de outro, é o que forma o conceito de capital; um divórcio que tem início com a acumulação primitiva [...] aparece em seguida como processo constante na acumulação e na concentração do capital e, por fim, se expressa aqui na centralização de capitais já existentes em poucas mãos e na descapitalização de muitos (fenômeno no qual se converte agora a expropriação). Esse processo logo provocaria o colapso da produção capitalista, se tendências contra-arrestantes não atuassem constantemente com um efeito descentralizador junto à força centrípeta (MARX, 2017, p. 286).

De acordo com Marx (2017), o desenvolvimento da força produtiva, no que tange à força de trabalho empregada, revela-se em dois modos: o primeiro diz respeito ao crescimento do mais-trabalho, isto é, ao encurtamento do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho empregada. O segundo corresponde à redução da quantidade de força de trabalho que se emprega, isto é, no número de trabalhadores necessários para colocar em movimento determinada quantidade de capital dado. Por um lado, constata-se um crescimento

na taxa de mais-valor; por outro, reduz o número de trabalhadores. A diminuição na parte paga do trabalho empregado resulta no crescimento do mais-valor, no entanto, a redução na massa total do trabalho empregado representa a redução do número pelo qual a taxa de mais-valor é multiplicada para adquirir sua massa. Dois trabalhadores, por exemplo, que trabalham 12 horas por dia – ainda que não trabalhassem nada para si – não conseguiriam fornecer a mesma quantidade de mais-valor que 24 trabalhadores que trabalham somente 2 horas diárias cada. Portanto, há certos limites insuperáveis na compensação da redução no quantitativo de trabalhadores mediante o crescimento do grau de exploração do trabalho. A intensificação no grau de exploração do trabalho pode reduzir a queda da taxa de lucro, mas não anula-la por completo.

O incremento da força produtiva [...] só pode aumentar diretamente a grandeza de valor do capital se, elevando a taxa de lucro, ele aumenta a parte de valor do produto anual que se reconverte em capital. Quando se considera a força produtiva do trabalho, isso só pode ocorrer [...] na medida em que se eleve o mais-valor relativo ou se reduza o valor do capital constante, isto é, na medida em que as mercadorias que entram na reprodução da força de trabalho ou nos elementos do capital constante baratearem (MARX, 2017, p. 287).

Marx (2017) explica que tanto a elevação do mais-valor relativo quanto à redução do valor do capital constante acarretam na desvalorização do capital existente, ambas as coisas acontece simultaneamente com a diminuição do capital variável em relação ao capital constante. Por um lado, estas as coisas propiciam a queda da taxa de lucro, por outro, reduzem a intensidade dessa queda.

Na medida em que se desenvolve a força produtiva do trabalho, cresce a capacidade da sociedade de produzir valores de uso, bem como aumenta a quantidade e a variedade desses produtos. Assim, ela contribui indiretamente para o crescimento do valor de capital existente, inclusive do capital variável. Quanto mais aumenta a quantidade de valores de uso, maior se torna a quantidade de objetos com capacidade de absorver trabalho adicional e a necessidade de força de trabalho para colocar essa massa de capital constante em movimento. Com o aumento da massa do trabalho empregado, cresce o valor do capital reproduzido e do mais-valor que lhe foi acrescentado (MARX, 2017).

Para Marx (2017), no modo de produção capitalista operam forças antagônicas que atuam umas contra as outras, cujo conflito desemboca frequentemente em crises. Por sua vez, estas são somente soluções violentas e momentâneas das contradições existentes, que visam restabelecer o equilíbrio perturbado, ainda que não resulte em soluções duradouras.

A contradição, expressa de maneira bem genérica, consiste no fato de que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo do valor - e do mais-valor nele incorporado - e também das relações sociais no interior das quais se dá a produção capitalista; por outro lado, esse modo de produção tem como objetivo a conservação do valor de capital existente e sua valorização na máxima medida possível (isto é, o incremento cada vez mais acelerado desse valor) (MARX, 2017, p. 289).

Segundo Marx (2017), para acelerar a acumulação do valor e conter a queda da taxa de lucro, o modo de produção capitalista desvaloriza frequentemente o capital existente. Esta desvalorização causa perturbação nas condições às quais se realiza o processo de circulação e reprodução do capital, gerando crises e paralisações súbitas no processo produtivo.

O desenvolvimento das forças produtivas e, paralelamente, a diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante, estimula o aumento da população trabalhadora e cria permanentemente uma superpopulação artificial. A acumulação do capital acelera a acumulação de valor de uso e, no âmbito do valor, é desacelerada pela queda da taxa de lucro (MARX, 2017).

De acordo com Marx (2017), o próprio capital é o legítimo obstáculo à produção capitalista, isto é, é o ponto de partida e o ponto de chegada da produção. A produção no sistema capitalista não é utilizada em benefício da sociedade dos produtores, ela é produção somente para o capital, possuindo fim em si mesmo. Para que o capital possa ser acumulado, uma grande massa de produtores deve ser expropriada e levada ao empobrecimento. A conservação e a valorização do valor do capital existente encontram-se frequentemente em contradição com as formas de produção empregadas.

A finalidade da produção capitalista é a valorização de capital, mas quando a acumulação capitalista atinge certo nível ocorre uma crise de superprodução de capital, que nada mais é do que uma crise de superacumulação de capital, que provoca uma forte queda na taxa de lucro. Essa superacumulação absoluta deriva de uma massa de capital excedente que não se pode ampliar nem com tempo relativo de mais-trabalho nem com o tempo absoluto de trabalho fornecido pela população trabalhadora. Desse modo, enquanto uma parte do capital total ficaria total ou parcialmente inativa, a outra se valorizaria a uma taxa de lucro mais baixa, pois sofreria pressão do capital desocupado ou parcialmente ocupado. Como a massa da força de trabalho empregada e a taxa de mais-valor não poderiam ser aumentadas, tanto a taxa de lucro quanto a massa de lucro cairiam (MARX, 2017).

Conforme explica Marx (2017), a crise de superprodução de capital abre caminho para uma intensificação da concorrência entre capitais. Para evitar a desvalorização, os

grandes capitalistas reservam suas massas de capitais inativos ou transferem para novos capitalistas, ainda que com perdas momentâneas, a inatividade do capital adicional. Em momentos de crise, os capitalistas procuram reduzir ao máximo sua participação na divisão das perdas ou transferi-las a outrem, deflagrando o antagonismo entre o interesse da classe capitalista e de cada capitalista individual. Assim, a divisão das perdas é decidida na luta concorrencial entre capitalistas e ocorre de maneira muito desigual, alguns capitalistas se veem obrigados a desativar capitais, outros a destruir e outros sofrem pequenas perdas. É justo esse movimento, derivado da concorrência, que contribui para o restabelecimento do equilíbrio entre as partes e na produção capitalista.

A destruição principal seria em relação ao capital e aos valores de capital, em especial aquelas relacionadas a indicações futuras de participação no lucro, como os títulos de dívidas sobre a produção, que seriam imediatamente desvalorizadas. Por outro lado, para completar o processo de circulação das mercadorias que estivessem no mercado, seria necessária uma grande contração em seus preços, que resultaria na desvalorização do capital que as representa. Com a redução geral nos preços das mercadorias, o processo de reprodução entraria num estado de desequilíbrio e paralisação, culminando na redução efetiva da reprodução (MARX, 2017).

Marx (2017) elucida que com a paralisação da produção uma parte da classe trabalhadora seria inativada, acirrando a concorrência entre os trabalhadores e obrigando a parcela ocupada a tolerar uma maior precarização do trabalho e rebaixamento dos salários. Essa expulsão dos trabalhadores do processo produtivo, cuja população crescera em tempos de prosperidade do capitalismo, criaria uma superpopulação artificial. Para o capital, esta operação resultaria em um efeito similar ao aumento do mais-valor relativo ou absoluto, sem que houvesse queda nos salários.

E assim se percorreria novamente o círculo. Uma parte do capital, desvalorizada pela paralisação de suas funções, recuperaria seu antigo valor. Além disso, o mesmo círculo vicioso seria outra vez percorrido com condições de produção ampliadas, um mercado expandido e uma força produtiva aumentada (MARX, 2017, p. 294).

De acordo com Marx (2017), a superprodução absoluta de capital é uma superprodução de meios de produção – meios de trabalho e subsistência – que funcionam como capital e podem ser empregados na exploração do trabalho, para obtenção de mais-valor. Quando o grau de exploração do trabalho reduz abaixo de determinado ponto acarreta em crises, paralisações e perturbações do processo produtivo capitalista e destruição do capital.

O fato de uma superpopulação relativa acompanhar uma superprodução de capital não constitui uma contradição no modo de produção capitalista, pois ambas derivam das mesmas circunstâncias, coexistem e se condicionam de maneira recíproca. Um capital não é mandado para o exterior porque toda a população trabalhadora do país de origem encontra-se ocupada, mas porque busca incessantemente ser investido em processos de produção com as maiores taxas de lucro. Ele é excedente não em relação à classe trabalhadora como um todo, mas em relação à classe trabalhadora ocupada, por isso pode existir junto à população relativamente excedente (MARX, 2017).

Para Marx (2017), no modo de produção capitalista os meios de produção não são produzidos em quantidade suficiente para ocupar a parte da população capaz de trabalhar e nem para satisfazer as necessidades da massa da população trabalhadora de forma digna e humana. Produzem-se demasiadas somente os meios de trabalho e meios de subsistência empregados como meios de exploração dos trabalhadores a uma determinada taxa de lucro. A produção excessiva de mercadorias objetiva somente realizar o valor e o mais-valor nelas contidos e convertê-los em um capital completamente novo. O que se produz frequentemente é uma exagerada quantidade de riqueza sob suas formas capitalistas antagônicas. Uma riqueza cujo propósito é servir somente ao capital.

2.2. Desenvolvimento tecnológico e a busca do capital por novos campos de valorização

Ao repensar as categorias centrais da crítica da economia política marxiana, Postone (2014) expõe que as máquinas e tecnologias, oriundas do processo de inovação tecnológica, são valores de uso criados pelo dispêndio de trabalho humano direto e, por conseguinte, possuem valor objetivado. No processo produtivo elas não criam um novo valor, apenas transmitem aos novos produtos a quantidade de valor que lhes foram empregadas. Assim, o mais-valor gerado por uma unidade capitalista não é resultado somente do tempo de trabalho absorvido daquela unidade, mas é fruto de vários fatores de produção. Parte dos meios de produção pertence a processos de trabalho anteriores, objetivados por outras unidades de produção e, portanto, desconhecidos por aqueles que estão participando da produção imediata. As interconexões que formam o capitalismo fetichizam o mais-valor empregado nos meios de produção, ocultando, em um nível empírico imediato, o papel do trabalho como fonte de riqueza e mediação social. “Marx afirma que o papel social historicamente único do trabalho no capitalismo é oculto pelo fato de o lucro ganho pelas unidades individuais de capital não

depende apenas do trabalho, mas é função do capital total aplicado” (POSTONE, 2014, p. 161).

A implantação de novas tecnologias contribui para o aumento da quantidade de mais-valor expropriado pelo capitalista, pois diminuem socialmente o valor dos meios de consumo, reduzindo indiretamente o valor da força de trabalho (POSTONE, 2014). Conforme apresentou Marx (1996a), por ser a única capaz de gerar mais-valor, a força de trabalho se apresenta enquanto um tipo de especial mercadoria. No entanto, por mais que seja especial, ela ainda é uma mercadoria e, por consequência, seu valor está diretamente relacionado aos custos de sua produção (e reprodução). A produção da força de trabalho é realizada por certa soma de meios de subsistência que são adquiridos pelo trabalhador através do salário que recebe. A diminuição do valor dos meios de subsistência propicia a diminuição do valor da força de trabalho. Como o valor pago ao possuidor da força de trabalho e o mais-valor são oriundos da mesma fonte, quanto menor o valor pago ao trabalhador por meio do salário, maior é a quantidade de mais-valor disponível para ser expropriada pelo capitalista.

Para Mandel (1980), o desenvolvimento de novas tecnologias está intimamente ligado à redução do tempo do capital fixo (capital constante). As novas tecnologias desenvolvidas determinam a aceleração da obsolescência do capital fixo empregado no processo produtivo, tornando obrigatória sua substituição em um ritmo mais rápido do que o programado.

O desenvolvimento acelerado de novas tecnologias deriva da aplicação sistemática da ciência à produção. Sem dúvida alguma, essa aplicação possui raízes na lógica do modo de produção capitalista, mas ela não ocorreu de maneira contínua e uniforme. Conforme salienta o pensamento marxiano, a aplicação da ciência à produção se difundiu de forma gradual, sem constituir para a maquinaria a base de seu desenvolvimento histórico (MANDEL, 1980).

Segundo Mandel (1980), o pensamento marxiano revela que a maquinaria só se desenvolve ao ponto de executar o mesmo trabalho que o operário realizava através da análise e aplicação das leis químicas e mecânicas, derivadas diretamente da ciência. Esse processo só aconteceu quando a grande indústria atingiu um nível superior, compelindo todas as ciências a se colocarem a serviço do capital. A partir desse momento, as invenções se transformam em um ramo de negócios, sendo determinadas pela aplicação da ciência à produção direta e ao mesmo tempo solicitada por ela. Mas o desenvolvimento da maquinaria seguiu e progrediu através de outro caminho. Foi o desenvolvimento da divisão do trabalho que passou, gradativamente, a mecanizar as ações dos trabalhadores até o ponto em que aqueles

movimentos repetitivos pudessem ser substituídos por um mecanismo. As atividades que antes eram realizadas pelos trabalhadores vivos passaram a ser realizadas por máquinas e sofreram um processo de desvalorização.

Essa análise de Marx representa uma brilhante antecipação de condições que só se desenvolveram muito mais tarde, com a aceleração das invenções e descobertas científicas e técnicas desde o início da segunda revolução tecnológica, mas sobretudo desde os anos 40 do século XX, com a terceira revolução tecnológica. [...] a organização sistemática da pesquisa e desenvolvimento como um negócio específico, organizado numa base capitalista – em outras palavras, o investimento autônomo (em capital fixo e salário dos trabalhadores) em pesquisa e desenvolvimento –, só se manifestou plenamente sob o capitalismo tardio² (MANDEL, 1980, p. 176).

O grande avanço no desenvolvimento tecnológico, segundo Mandel (1980), está diretamente relacionado à Segunda Guerra Mundial e ao subsequente rearmamento do pós-guerra. O desenvolvimento armamentista começou a absorver parte considerável das invenções estagnadas no período entreguerras, uma reserva de descobertas técnicas e de potenciais invenções tecnológicas que não foram aplicadas devido ao desaceleramento do crescimento econômico. Esse período resultou em invenções importantes como: o radar, a diminuição de equipamentos eletrônicos e o desenvolvimento de novos componentes eletrônicos.

Com o objetivo de acelerar a inovação tecnológica, passa a ser trilhado, no contexto da guerra ou da economia armamentista, o caminho para a organização intencional e sistemática da pesquisa científica. Nos Estados Unidos, por exemplo, o número de laboratórios de pesquisa industrial existentes em 1914, no início da Primeira Guerra Mundial, mais que dobrou na década seguinte e o número de cientistas existentes em 1941 mais que quadruplicou em relação ao ano de 1961 (MANDEL, 1980).

No modo de produção capitalista o único objetivo da pesquisa é a maximização dos lucros. Mandel (1980) explica que desde o início a pesquisa vai receber um local de destaque dentro das grandes companhias, constituindo-se com frequência um ramo à parte no interior da divisão do trabalho. O crescimento regular no volume de pesquisa resultará em um processo de “autonomização” e especialização, chegando ao ponto de constituir laboratórios

²De acordo com Mandel (1980), diante da inexistência de um termo mais adequado, a expressão “capitalismo tardio” foi utilizada unicamente para indicar o desenvolvimento do capitalismo após a época imperialista apresentada por Lênin. O autor deixa claro que não houve mudança na essência do capitalismo apresentada por Marx e nem das características apresentadas pelo estudo de Lênin em “O imperialismo”, que permanecem plenamente válidas. Em consonância com as leis básicas de movimento do capitalismo, expostas por Marx, “O capitalismo tardio” (obra de Mandel) busca esclarecer a história do modo de produção capitalista no pós-guerra.

ou empresas independentes, tornando a invenção um negócio capitalista lucrativo e sistematicamente organizado.

Investir em pesquisa e desenvolvimento, de acordo com Mandel (1980), proporciona uma taxa média de retorno significativamente alta, por isso uma grande quantidade de capital é direcionada a esse ramo. As rendas tecnológicas, sob a lógica do capitalismo tardio, constituíram-se a principal fonte de superlucros desse sistema. No interior desse quadro, as pesquisas relacionadas à inovação industrial efetiva, com o desenvolvimento de novas mercadorias ou processo de produção são ainda mais significativas.

Quanto maior a aceleração da renovação tecnológica e a redução do tempo de rotação do capital fixo, tanto maior será a instalação de novos processos de produção; na verdade, a construção de unidades de produção de unidades inteiramente novas torna-se um empreendimento separado na divisão do trabalho. O fornecimento de fábricas inteiramente equipadas, juntamente com processos de fabricação, *know-how* técnico, patentes e licenças, e também de especialistas mais importantes, torna-se assim, uma nova forma de investimento de capital ou de exportação do capital (MANDEL, 1980, p. 178).

Segundo Mandel (1980), o investimento direto de capital na esfera da produção possibilita uma produção contínua de produtos, bem como uma ininterrupta valorização. Para que esse capital investido possa valorizar-se é indispensável que o trabalho empregado seja produtivo. Qualquer descoberta ou invenção que não conduza a produção de novas mercadorias ou que não amplifique a geração de lucros, sob a ótica da empresa capitalista, deve ser reduzida ao mínimo. Não obstante, como não é possível afirmar, desde o início, que as novas descobertas e invenções serão aplicáveis em uma economia de mercado, o risco no que diz respeito ao lucro do capital empregado na esfera da pesquisa é superior ao da média. Por isso essa esfera tende a ser dominada pelas grandes companhias. O que incentiva o capital a continuar investido em pesquisa é que apesar dos riscos serem mais altos do que a média, os superlucros obtidos pelas empresas também são.

A quantidade de tempo necessário para que o trabalho no setor de pesquisa e desenvolvimento seja incorporado ao valor de uma determinada mercadoria não modifica a natureza do trabalho total dos trabalhadores desse setor. Trata-se de uma espécie de trabalho produtivo indispensável ao sistema capitalista, pois são responsáveis pela produção de novos valores de uso e, por consequência, de novos valores de troca (MANDEL, 1980).

Mandel (1980) elucida que, por jamais estarem totalmente protegidos da concorrência, os grandes monopólios (oligopólios) direcionam grandes investimentos de capital para o setor de pesquisa e desenvolvimento, buscando aperfeiçoar e lançar, de forma

massiva, produtos no mercado antes de seus concorrentes. No entanto, apesar desse grande interesse em expandir a pesquisa e o desenvolvimento, os representantes do capital monopolista sempre analisam os riscos inerentes a cada projeto e a viabilidade de gerar superlucros.

Inovações simultâneas a de um concorrente, segundo Mandel (1980), podem impossibilitar a realização dos superlucros. Como o capital investido na pesquisa e desenvolvimento pode levar um grande tempo até que seja valorizado sob a forma de lucro, as grandes empresas procuram diversificar seus projetos, de forma que ao serem concluídos, através de um produto diferente, assegurem um monopólio temporário. Assim, para cumprir o objetivo de valorizar o capital da forma mais rentável possível, a complexa estratégia das grandes empresas procura, ao mesmo tempo, diversificar sua pesquisa e estreitar seu desenvolvimento. Por isso, conclui-se verdadeira a afirmação de Jewkes, Sawers e Stillerman (*apud* MANDEL, 1980) de que os monopólios tolgem o progresso técnico, ainda que de modo relativo e não absoluto.

Mesmo que seja inegável a importância da atividade científica para a valorização do capital sob a lógica do capitalismo tardio, ela não é por si mesma uma força produtiva. Somente se a atividade científica for incorporada imediatamente à produção material é que se apresentará como uma força produtiva, ou seja, deve resultar na produção de mercadorias. Portanto, a atividade científica só assume a forma de força real de produção quando pertence ao processo de valorização do capital, caso contrário permanecerá somente como força potencial (MANDEL, 1980).

Mandel (1980) explica que com o acelerado crescimento cumulativo do conhecimento científico, da pesquisa e desenvolvimento, cresce também a demanda por força de trabalho intelectual altamente qualificada.

O padrão distintivo desse crescimento do trabalho intelectual científico [...] é a reunificação em larga medida das atividades intelectual e produtiva e o ingresso do trabalho intelectual na esfera da produção. Uma vez que essa reintrodução do trabalho intelectual no processo de produção corresponde às necessidades imediatas da tecnologia do capitalismo tardio, a educação dos trabalhadores intelectuais deve, analogamente, subordinar-se de maneira estrita a essas necessidades (MANDEL, 1980, p. 183).

O aumento maciço de trabalhadores intelectuais, de acordo com Mandel (1980), apresenta-se no capitalismo tardio como um novo fenômeno social que gera, por sua vez, uma nova contradição social. Por um lado, como esse aumento no trabalho intelectual não pode ser obtido somente por pressão direta, a ideologia capitalista vai procurar orientar os jovens a se

qualificarem em áreas que lhe são convenientes na ciência e na tecnologia. Não se trata de uma orientação em curto prazo desenvolvida por grandes empresas visando manter a lucratividade e concorrência, mas de uma necessidade social global objetiva.

Por outro lado, essa necessidade generalizada de expandir o número de trabalhadores intelectuais “entra inevitavelmente em conflito com os esforços da burguesia e do Estado burguês para subordinar a produção da capacidade intelectual às necessidades de valorização do capital por meio das reformas tecnocráticas da educação superior” (MANDEL, 1980, p. 184). O capital necessita de uma quantidade crescente, mas limitada, de produtores intelectuais, com qualificações que possibilitem desempenhar as tarefas específicas no processo de produção ou circulação, e não de um imenso número de trabalhadores intelectuais altamente qualificados. Trata-se de fragmentar o conhecimento científico em nome das necessidades e lucratividade do capital (MANDEL, 1980).

Não é interessante para o capital estimular a formação de intelectuais que reflitam sobre a sua lógica de opressão e exploração, por isso a formação é sempre restrita às necessidades do sistema. Conforme elucidada Mandel (1980), o capitalismo tardio possui a tendência inerente de aprisionar a ciência vinculando-a a produção imediata e a extração de lucros, transformando a invenção em um ramo de negócios. No entanto, de um ponto de vista social global, ou seja, sob o ponto de vista dos trabalhadores assalariados e de grande parcela da população, “é o potencial libertador da ciência e da tecnologia que proporciona um sentido progressista a cada ‘Grande Salto’ neste setor” (MANDEL, 1980, p. 185).

O capitalismo tardio representa, segundo Mandel (1980), um entrave para o progresso da ciência e da humanidade, tornando evidente a necessidade social de dominá-la e disseminá-la ao máximo. Quanto maior o número de cientistas focados em solucionar os males sociais, dentre eles, o próprio sistema capitalista, maior será o potencial progressista da humanidade.

Mandel (1980) defende que no capitalismo tardio a contradição entre a riqueza social em expansão, sob controle do capital, e o trabalho cada vez mais empobrecido e alienado, adquire uma dimensão completamente nova.

Quanto mais a educação superior se tornar uma qualificação para processos específicos de trabalho, quanto mais o trabalho intelectual se tornar proletarizado – em outras palavras transformando numa mercadoria – tanto mais a mercadoria da força de trabalho intelectual será vendida num específico “mercado de trabalho de qualificações intelectuais e científicas”, e tanto mais seu preço tende a ser rebaixado a suas condições de reprodução,

oscilando em torno de seu valor de acordo com a oferta e a procura de um momento determinado (MANDEL, 1980, p. 185).

Mandel (1980) acrescenta que quanto mais avança a proletarização do trabalho intelectual, através dos processos de especialização e a fragmentação, mais profundas se tornarão as trincheiras da divisão do trabalho no âmbito das ciências e tornando esse tipo de trabalho cada vez mais alienante e subordinado ao capital.

Os grandes monopólios, através do Estado e da iniciativa privada, tentam controlar o processo de subordinação do trabalho intelectual ao capital, não obstante, essa subordinação entra em contradição com os trabalhadores cientificamente qualificados. Nessa fase do capitalismo a ciência se apresenta enquanto uma força potencial de produção que, ao mesmo tempo em que amplia a possibilidade material de emancipação do homem da escravidão da divisão social do trabalho, da exploração de classe e da produção mercantil, torna mais fácil a libertação dos trabalhadores em relação à alienação ideológica e a manipulação por parte das superestruturas. Apesar disso, na medida em que o capitalismo aprisiona cada vez mais as ciências, torna-se mais difícil diferenciar a ciência que é fonte de consciência revolucionária da ciência que é fonte de riqueza material (MANDEL, 1980).

Para Mandel (1980), a era do capitalismo tardio, com seu crescimento maciço e concomitante do trabalho intelectualmente qualificado e com a acelerada inovação tecnológica, conduz ao grau mais elevado a contradição básica do sistema capitalista. Na medida em que o desenvolvimento técnico e científico do conjunto da sociedade se acumula e torna-se cada vez mais pré-condição imediata para os mais diversos processos produtivos, levando a socialização do trabalho a sua mais extrema dimensão, a posse privada dessa imensa produção socializada permanece sob o controle de poucos. O capital técnico e científico, fruto do trabalho socializado, é subordinado às condições de valorização do capital efetivo e, por consequência, negado a milhões de pessoas ou apenas disponibilizado de forma fragmentada. Somente com o fim da propriedade privada é que essa situação pode ser alterada e a ciência poderá ser plenamente utilizada para libertação do trabalho e à emancipação do homem.

O desenvolvimento das novas tecnologias, aumento na qualificação do trabalho e a necessidade crescente de valorizar o capital excedente são elementos que vão contribuir significativamente para o desenvolvimento exponencial do denominado setor de serviços.

2.3. A quarta revolução industrial e as mudanças no mundo do trabalho

No processo produtivo capitalista o uso de trabalho vivo tende a ser substituído por trabalho morto (ou trabalho passado), isto é, por máquinas e sistemas cada vez mais autonomizados. Porém, essa substituição possui limites traçados pela própria lógica do sistema capitalista, que em termos do processo de produção global não permite sua concretização de forma integral. Apesar de a maquinaria constituir-se enquanto uma força autônoma que subjuga o trabalho vivo, este é indispensável para a própria produção de máquinas e é o único capaz de criar valor (ARAÚJO, 2022).

Para Marx (*apud* ARAÚJO, 2022), a maquinaria possuiu a tendência de, por um lado, expulsar constantemente os trabalhadores dos mais variados processos de trabalho; e, por outro, de integrá-los em novos postos, pois uma das principais formas utilizadas pelo capital para aumentar a quantidade de valor excedente é o aumento do número de trabalhadores produtivos ocupados. Constitui-se assim, uma contradição realizada através de um movimento sincrônico de atração e repulsão, responsável por acentuar a hostilidade entre capital e trabalho.

A automação digital na chamada “Indústria 4.0³” intensifica o processo de reificação nas relações de produção, fazendo com que estas se tornem relações entre coisas que ganham vida própria. Trata-se de um contexto onde as máquinas são equipadas com inteligência artificial e internet, possibilitando a interação e a aprendizagem de maneira autonomizada e fazendo surgir a interface máquina-máquina, que, em alguns casos, conseguem dispensar a atuação humana direta quase que completamente (ARAÚJO, 2022).

Uma das principais pontes entre as aplicações físicas e digitais, originadas pela quarta revolução industrial, é a internet das coisas (IoT) – às vezes chamada de “a internet de todas as coisas”. Em sua forma mais simples, ela pode ser descrita como a relação entre as coisas (produtos, serviços, lugares etc.) e as pessoas, que se torna possível por meio de diversas plataformas e tecnologias conectadas (SCHWAB *apud* ARAÚJO, 2022, p. 24).

Antunes (2018) destaca que a ampliação do trabalho morto e a redução do trabalho vivo é a principal consequência da indústria 4.0 para o mundo do trabalho, onde o processo fabril tende a ser dominado e conduzido pelo maquinário digital, isto é, pela “internet das

³ De acordo com Antunes (2018), esse termo foi cunhado na Alemanha, em 2011, para descrever o novo e profundo salto tecnológico no sistema produtivo, estruturado a partir das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Schwab (*apud* ARAÚJO, 2022), afirma que essa propositura foi utilizada para descrever a forma com que a organização das cadeias globais de valor será transformada pela quarta revolução industrial.

coisas”. Atividades tradicionais e mais manuais tendem a ser substituídas por ferramentas robotizadas e automatizadas, sob o comando informacional-digital. Em toda cadeia geradora de valor os processos produtivos automatizados serão intensificados, a fim de que a logística empresarial seja totalmente controlada de forma digital.

A maneira com a qual a sociedade gerencia as cadeias de fornecimento, segundo Schwab (*apud* ARAÚJO, 2022), será radicalmente alterada pelos sensores e outros diversos meios de conectar as coisas do mundo físico às redes virtuais, que se espalham pelo mundo em uma velocidade incrível, através dos mais variados tipos de aparelhos e dispositivos.

Tecnologias da automação, como a “*machine learning*”, procuram através de *softwares* de inteligência artificial reproduzir nas máquinas características humanas, visando materializar a nossa capacidade de apreender em robôs. A partir de algoritmos computacionais avançados são desenvolvidos sistemas lógicos que impactam profundamente o movimento de acumulação global do capital, onde as máquinas desenvolvem atividades complexas que vão desde a esfera produtiva até o mercado financeiro (ARAÚJO, 2022). Para Araújo (2022, p. 25), “[...] progressivamente, toda a cadeia de produção e reprodução do valor está sendo automatizada digitalmente, desde o trabalho socialmente combinado na esfera da produção [...] até o capital financeiro em seu estágio de acumulação fictícia [...]”

Araújo (2022) explica que no mundo contemporâneo uma grande parte do conteúdo das relações sociais produzidas no e pelo trabalho são vivenciadas no mundo digital. Os algoritmos computacionais estão por toda parte e as pessoas fazem uso deles diariamente, mesmo que não tenham consciência disso. No processo produtivo, são construídos e implementados para imitar eletronicamente atividade humana e potencializar a produção de mercadorias, substituindo ao máximo o uso de trabalho vivo, controlando o processo de trabalho e atribuindo uma nova materialidade às relações de trabalho.

Na quarta revolução industrial, a inteligência artificial e os algoritmos computacionais cercam e preenchem os indivíduos por todos os lados, impulsionados pelo crescimento exponencial da capacidade e da velocidade de processamento das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), juntamente com a disponibilidade contínua e sem limites espaciais de uma grande quantidade de dados – leia-se: *Big Data* (ARAÚJO, 2022, p. 26).

De acordo com Gomez (2017), após o final do século XX, a nanotecnologia, ao permitir a manipulação da matéria, tornou-se alvo de uma corrida mundial, acarretando no campo político, tecnológico, ecológico e econômico um pequeno *Big Bang* social. Ribeiro (*apud* Gomez, 2017) revela que a nanotecnologia é utilizada como plataforma para o

desenvolvimento de diversas outras tecnologias, das quais se destacam: a engenharia de sistemas metabólicos para produção de substâncias industriais, a internet das nano-coisas, os ecossistemas abertos de inteligência artificial, as nanomateriais “bidimensionais”, os novos materiais para armazenar energia, a optogenética, os veículos autônomos e não tripulados e as técnicas de criação de órgãos humanos em chips eletrônicos.

Araújo (2022) relembra que o conceito de trabalhador coletivo apresentado por Marx revela que com o desenvolvimento da divisão sociotécnica do trabalho o produto deixa de ser resultado unicamente do trabalho individual, para transformar-se em um produto social, fruto de um amplo processo de trabalho cooperativo envolvendo vários trabalhadores. Na quarta revolução industrial, esse conceito passa a ser expresso a partir da arquitetura indivíduo-máquina recebendo o nome de Sistema Digital de Controle Distribuído (SDCD) ou *Distributed Control System* (DCS) (ARAÚJO, 2022). Prosys (*apud* ARAÚJO, 2022) explica que sistemas e dispositivos dos mais variados tipos, controladas por algoritmos computacionais, automatizam o caráter social do trabalho combinado. A partir da inteligência artificial torna-se possível implementar uma interface cada vez mais autônoma ao processo produtivo, interconectando, através das redes, processos de nível gerencial e robôs de chão de fábrica, comandadas por estações de controle avançado para otimizar a produtividade.

Para Araújo (2022), a tecnologia demonstra ser um fator determinante para reduzir e subjugar o trabalho vivo ao capital. O acelerado desenvolvimento tecnológico, impulsionado pelos algoritmos digitais, intensifica o domínio e o controle do processo produtivo sobre o trabalhador.

No entanto, na era digital, surge a seguinte contradição estabelecida entre trabalho vivo e trabalho morto: a digitalização algorítmica automatiza toda a cadeia produtiva por meio de tecnologias que, se por um lado, reforçam a separação física entre o trabalho intelectual e o manual enquanto sujeitos do trabalho vivo, por outro, integram e conectam eletronicamente cérebros e mãos artificiais na forma do trabalho morto (ARAÚJO, 2022, p. 28).

De acordo com Araújo (2022), a partir do processo de trabalho, os robôs conectados globalmente estabelecem conexões artificiais envolvendo todas as etapas da produção, dando vida ao trabalho morto e unidade nas máquinas automatizadas digitalmente conectadas em redes. Ao mesmo tempo em que o trabalho vivo é, de maneira hostil, separado e fragmentado como sujeito, o trabalho morto torna-se demasiadamente conectado como uma força autônoma reificada na e pela automação algorítmica e digital.

Em segundo lugar, na era digital, a digitalização algorítmica representa a ampliação da dominação capitalista em todo o espectro imanente à cadeia

produtiva, sobretudo em uma dimensão antes intocada: a subjetividade, mais especificamente a dimensão da prévia ideação do objeto a ser produzido. Neste aspecto, o algoritmo digital representa o salto por meio do qual a automação alcança aquela dimensão imanente ao processo de trabalho no que diz respeito ao intelecto e à própria subjetividade (ARAÚJO, 2022, p. 28).

Frey e Osborne (*apud* GOMEZ, 2017) acreditam que com o avanço das tecnologias de “*machine learning*” e da robótica, algoritmos sofisticados poderão executar tarefas e procedimentos bem definidos, substituindo motoristas, jornalistas, administradores de sistemas, estagiários de advocacia, auditores, entre outros. Esses algoritmos também poderão realizar atividades cognitivas não-rotinizadas, como a realização de exame de equipamentos defeituosos e monitoramento, serviços legais e financeiros, diagnósticos médicos, entre outros.

Gomez (2017) estima que a cada dois anos a velocidade ou capacidade de processamentos dos computadores dobra, demonstrando que as tecnologias de automação não estão tão distantes de se tornarem realidade. Aos poucos as tecnologias que eram exclusivas para algumas empresas vão se generalizando e se tornando onipresentes, transformando fábricas em desertos *high-tech*.

Conforme Marx (*apud* GOMEZ, 2017) apontou, apesar de o capitalismo depender diretamente da quantidade de trabalho vivo empregado para produção de riqueza, a dependência desse tipo de trabalho para a produção de riqueza efetiva diminui à medida que a grande indústria se desenvolve, apoiando-se e tornando-se dependente do nível geral da ciência e do progresso tecnológico.

O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. [...] Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora (MARX *apud* GOMEZ, 2017, p.05).

Gomes (2017) acredita que a quarta revolução industrial provocará impactos sem precedentes no mundo do trabalho, colidindo a sociedade do valor ao seu limite interno absoluto. Os colapsos financeiros consistem em expressões dessas transformações, demonstrando um problema profundo no capitalismo, que se arrasta há décadas, tornando-se cada vez mais insustentáveis.

2.4. A valorização do capital na era do capitalismo financeiro, informacional e digital

A partir da década de 1970 o capitalismo entrou em uma nova fase, que pode ser denominada de capitalismo especulativo. Uma das principais características desse modelo de capitalismo é a financeirização, isto é, o predomínio das finanças sob as atividades realmente substantivas do capital, que Marx chamou de capital industrial. Trata-se de um capital fictício que reivindica remuneração mesmo sem contribuir em nada para a produção do mais-valor. Essa fase do capitalismo aprofunda cada vez mais uma de suas características básicas, a contradição entre a produção e a apropriação do mais-valor nas suas diferentes formas (CARCANHOLO, 2008).

Para Carcanholo (2018), a especulação foi a maneira que o capitalismo encontrou para sair de uma aguda manifestação da tendência à queda da taxa de lucro, vivenciada, em particular, pela Europa e pelos Estados Unidos, entre os anos de 1970 até o início dos anos de 1980. As políticas neoliberais, expressões dos interesses do próprio capital especulativo, sancionaram essa tendência, que teve como contraparte indispensável a dívida pública dos Estados (países centrais e periféricos) e a instabilidade cambiária.

Simultaneamente a esse movimento do capital, ocorreu um processo de reestruturação produtiva que reduziu o papel do trabalho na produção, principalmente o trabalho formal e produtivo. No começo dos anos de 1980 o capital foi marcado por dois importantes movimentos: por um lado, verificou-se uma queda no ritmo da acumulação de capital substantivo⁴; por outro, a taxa de crescimento da massa do capital fictício, parasitário e especulativo, no mercado mundial, ampliou-se extremamente, aumentando as remunerações dos capitalistas (CARCANHOLO, 2008).

O aumento nas taxas de remuneração dos capitais, segundo Carcanholo (2018), foi resultado do processo de intensificação da exploração do trabalho, principalmente, do trabalho produtivo, tanto por meio do mais-valor absoluto quanto do mais-valor relativo. O aumento na exploração do trabalho improdutivo também gerou ganhos para o capital, uma vez que, apesar de não gerar valor excedente, a diminuição no valor pago aos trabalhadores improdutivos, sob a forma de salário, possibilita aos capitalistas economizarem o mais-valor que expropriou dos setores produtivos.

A expressiva ampliação da exploração do trabalho transcorreu concomitantemente com o aumento nos chamados lucros fictícios, responsáveis por ampliar a contradição entre

⁴ Compreendido por Carcanholo (2008) como o conjunto formado pelo capital produtivo e pelo comercial.

produção e apropriação do mais-valor, criando as bases para o crescimento do capital especulativo, que por sua vez, depende do incremento adicional da exploração do trabalho para sobreviver (CARCANHOLO, 2018).

Antunes (2018) defende que na sociedade contemporânea, onde a economia está sob a hegemonia e comando do capital financeiro, as empresas buscam assegurar seus lucros elevados exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pelas altas taxas de produtividade, pela maximização do tempo, pela redução dos custos, além de exigir a crescente “flexibilização” dos contratos de trabalho. Nesse contexto, a modalidade de gestão que vem sendo preferencialmente adotada é a terceirização, que assume a centralidade na estratégia empresarial.

[...] relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc. (ANTUNES, 2018, p.32).

Conforme afirma Antunes (2018), o processo de terceirização e privatização possibilita o crescimento da criação de mais-valor e o aumento nos lucros. A privatização e mercadorização de empresas públicas, por exemplo, tornam-nas, direta ou indiretamente, partícipes do processo de valorização do capital, ampliando ou incrementando as formas de lucro e de realização ou criação de valor excedente. O crescimento exponencial das empresas terceirizadas configura um importante propulsor para a produção de valor e de mais-valor. A terceirização é responsável por criar novas modalidades de trabalho produtivo geradoras de valor, assumindo cada vez mais relevo na sociedade. Novas formas de trabalho que frequentemente são utilizadas para burlar a legislação social protetora do trabalho e associar jornadas de trabalho prolongadas com salários menores. Elas assumem um destaque crescente tanto no mundo da produção material quanto na agilização de informações e na circulação de capital, esferas geralmente realizadas por atividades imateriais, que recebem cada vez mais importância na reprodução ampliada do capital financeirizado, digital e informacional.

Segundo Antunes (2018), a tendência de expansão global da terceirização é um exemplo emblemático da ampliação da lei do valor. Em todos os ramos da produção e, em particular, no setor de serviços, ela tornou-se um mecanismo essencial de intensificação da exploração do mais-valor, aumentando significativamente a massa de mais-valor em setores que no passado eram desprezados pelo capitalismo. Além de ampliar a extração de mais-valor

em espaços privados, a terceirização permitiu a geração de mais-valor no interior do serviço público, introduzindo práticas privadas em atividades que têm por finalidade produzir valores socialmente úteis, como educação, saúde e previdência.

A precarização, a informalidade, a imaterialidade e a materialidade tornaram-se mecanismos vitais para o capitalismo atual, atuando na preservação e na ampliação da lei do valor, tal qual demonstra a enorme expansão do setor de serviços e do trabalho imaterial. É possível afirmar que na sociedade atual qualquer tese que aponte para a perda de vigência da lei do valor ou para o desaparecimento do proletariado não se sustenta (ANTUNES, 2018).

É nesse contexto que se expande o universo do trabalho digital e on-line, um tipo de trabalho que depende diretamente do trabalho material. Um smartphone e seus assemelhados, por exemplo, não existiriam sem que antes houvesse a extração de minérios. A exploração do trabalho dos mineiros é o primeiro passo para se chegar aos aparelhos, bem como é o ponto de partida do trabalho digital. Seja nas minas ou na planta produtiva automatizada, a produção de smartphones e microeletrônicos, frequentemente, é realizada através da superexploração do trabalho. Em diversos países esses trabalhadores, homens, mulheres e crianças, laboram em condições sub-humanas, com jornadas de trabalho de doze horas ou mais, baixos salários e locais degradantes e insalubres. Convivem com assédio, forte repressão, contaminações e adoecimentos (ANTUNES, 2018).

Huws (2017) também destaca a imprescindível relação que o trabalho digital e on-line possui com o trabalho material, afirmando que o trabalho “virtual”, aparentemente desmaterializado e dependente das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), necessita de mercadorias manufaturadas e de uma grande base material de infraestrutura física para ser realizado. Para que a internet possa ser acessada, por exemplo, é necessária geração de energia, satélites, cabos, comutadores, telefones celulares, computadores e milhares de outros produtos materiais, que, por conseguinte, passaram pelo processo de produção material, sendo transformados em mercadorias tangíveis. O processo de trabalho que resulta em uma mercadoria física ainda é o método preferido do capitalismo para geração de lucro. Esse tipo de trabalho ainda está crescendo e provavelmente continuará a concentrar a maior parcela da força de trabalho mundial.

Nesse sentido, Antunes (2018) compreende que, se por um lado, é inegável que na sociedade capitalista contemporânea ocorre uma ampliação das atividades produtivas imateriais, por outro, é necessário reconhecer que “a produção material, que decorre do labor

e do fazer social e coletivo em interação com o maquinário informacional-digital, constitui-se como a forma prevalente da produção no capitalismo” (ANTUNES, 2018, p.47).

Portanto, de acordo com Antunes (2018), no século XXI, o maquinário informacional-digital não promove a eliminação completa do trabalho, e sim o advento e a expansão do novo proletariado da era digital. Um proletariado de serviços, com trabalhos, mais ou menos constantes, mais ou menos intermitentes, que ganharam forças com as TICs, que conectam as mais diversas formas de trabalho através dos mais variados tipos de aparelhos eletrônicos, como os smartphones. A era digital não conduz ao fim do trabalho, mas a uma variante global do que se pode nomear de escravidão digital.

[...] a “longa transformação” do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global, introduzindo uma nova divisão internacional do trabalho, que apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à “intelectualização” do trabalho, especialmente nas TICs. Não raro, as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose (ANTUNES, 2018, p.30).

Para Antunes (2018), essas tendências não retraem e nem causam a descompensação da lei do valor, elas criam uma intensa ampliação dos mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente (presente nos trabalhos terceirizados, informais etc.), ao mesmo tempo em que um conjunto significativo de trabalhadores (ao quais se incluem jovens muito bem qualificados, alguns até pós-graduados) é expulso da produção. Muitos desses trabalhadores não encontram empregos em seus países, criando um enorme contingente de imigrantes, em sua maioria, menos qualificados, expandindo os bolsões de trabalhadores sobrantes, subempregados, descartáveis e desempregados.

Conforme explica Antunes (2018), essa processualidade resulta, em todos os espaços possíveis, na conversão do trabalho, pelos capitais, em potencial gerador de mais-valor, incluindo desde as ocupações cujas relações de trabalho são baseadas pela formalidade e contratualidade (tendencialmente em retração em escala global), até aquelas caracterizadas pela flexibilidade e informalidade (ANTUNES, 2018).

Sabemos que, no capitalismo financeirizado da era informacional, se desenvolve cada vez mais uma simbiose entre o que é produtivo e o que é improdutivo, uma vez que no mesmo trabalho podem ser executadas atividades que geram valor e, posteriormente, outras ações voltadas para conferir a qualidade dos produtos criados, mesclando assim ações tanto “produtivas” quanto “improdutivas” (sempre no sentido que lhes é dado pelo capital) (ANTUNES, 2018, p.31).

No mundo da produção material e imaterial, de acordo com Antunes (2018), as TICs configuram-se como um elemento novo e fundamental para compreensão dos mecanismos utilizados pelo capital na atualidade. Elas têm possibilitado uma severa ampliação da precarização do trabalho, utilizando “aplicativos” e outras ferramentas “on-line” que atropelam direitos trabalhistas e distanciam os trabalhadores uns dos outros e de seus próprios empregadores, que muitas vezes são grandes corporações que controlam o mundo financeiro e de negócios.

Dentre as diversas modalidades de trabalho precário é possível citar: o *zero hour contract*, onde o trabalhador fica à disposição e só trabalha após receber uma chamada, sem que haja determinação de horas de trabalho e sem receber pelo tempo em que fica à disposição; e o sistema Uber, onde os trabalhadores utilizam seus próprios veículos para trabalhar, arcando com todas as despesas, tanto de manutenção do instrumento de trabalho como daquelas relacionadas à sua saúde, previdência, alimentação etc. Comandado por uma empresa privada global que se apropria do mais-valor gerado pelos motoristas, sem preocupação alguma com direitos trabalhistas, disfarçando assalariamento sob a forma de trabalho desregulamentado. A principal diferença entre o *zero hour contract* e o sistema Uber é que no primeiro os trabalhadores podem recusar as solicitações, no segundo quando o fazem sofrem represálias, que podem chegar ao “desligamento” da plataforma (ANTUNES, 2018).

Antunes (2018) explica que, frequentemente, os trabalhadores que são submetidos às essas modalidades de trabalho (“zerados”, “pejotizados”, “uberizados”, “flexíveis” “intermitentes” etc.) são forçados a cumprir as rígidas metas através de práticas de assédio geradoras de adoecimentos, depressão e suicídios.

É desse modo que o capitalismo informacional e digital vem aprimorando sua engenharia da dominação. Desde que a empresa taylorista e fordista foi suplantada pela liofilização toyotista e flexível, passamos a presenciar o que Danièle Linhart denominou desmedida empresarial. Contra a rigidez vigente nas fábricas da era do automóvel, durante o longo século XX, nas últimas décadas os capitais vêm impondo sua trípole destrutiva em relação ao trabalho: a terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa (ANTUNES, 2018, p.37).

Na era do capitalismo informacional e digital, a nova modalidade de trabalho denominada de uberização, associa o mundo digital com a completa submissão ao ideário e à pragmática das grandes corporações, dando origem a uma nova era de escravidão digital (ANTUNES, 2018).

Em todas as esferas da produção (material e imaterial) presencia-se um crescimento, em escala global, de novas formas de realização da lei do valor. O trabalho imaterial, mesmo não sendo o elemento dominante, vem assumindo um relevante papel na conformação do valor, sendo partícipe do processo de valorização, ao reduzir o tempo total de rotação do capital, e fazendo parte da articulação relacional entre as diversas modalidades de trabalho vivo em interação com trabalho morto (ANTUNES, 2018).

Ainda que o capitalismo adote cotidianamente novos mecanismos e estratégias para a extração do mais-valor, conforme sinaliza Antunes (2018), é somente na esfera da produção que ocorre a sua criação e para que o capitalista se aproprie do mesmo, é necessário que a mercadoria percorra o ciclo completo, constituído por produção, consumo, distribuição, circulação ou troca. Produção é consumo e consumo é produção.

De acordo com Antunes (2018), a produção capitalista contemporânea torna-se a cada dia mais complexa, demonstrando facilidade em transcender o âmbito da fábrica, interconectar empresas dos diversos setores da produção (indústria, agricultura e serviços) e combinar trabalho material e imaterial, sendo controlada e totalizada pelo capital. Nessa direção, Huws (2017) afirma que a compreensão do trabalho digital e on-line, não pode ser desvinculada do restante da economia, pois é uma expressão do crescimento da complexidade da divisão do trabalho, um processo que fragmenta as atividades em tarefas separadas, passíveis de serem espalhadas geograficamente e contratualmente para diferentes trabalhadores.

No capitalismo financeiro, informacional e digital de nosso tempo, conforme explica Antunes (2018), o trabalho imaterial tornou-se parte integrante e vital da forma-mercadoria. Como o valor é proveniente do trabalho social, complexo, coletivo e combinado, sua mensuração é uma média social, não sendo realizada de forma individualizada.

[...] o valor é cada vez mais resultante de trabalho social e coletivo, complexo e combinado, predominantemente material, mas crescente em seus traços de imaterialidade, ambos presentes nas novas cadeias produtivas globais, cada vez mais imbricados e interrelacionados (ANTUNES, 2018, p.51).

Nesse sentido, a hipótese elaborada por Antunes (2018) é de que, em vista de uma produção contemporânea complexa, a tendência crescente do trabalho imaterial expressa, ainda que não se dê de forma dominante, diferentes modalidades de trabalho vivo, que participam do processo de valorização do valor em maior ou menor medida.

O crescimento das atividades com maior dimensão intelectual, de acordo com Antunes (2018), configura um elemento novo e de grande importância para compreensão dos

novos mecanismos do valor no mundo contemporâneo. Presencia-se uma ampliação dos mecanismos de extração do mais-valor, isto é, a teoria do valor apresentada por Marx tem suas formas ampliadas. Com a redução do trabalho vivo, o trabalho abstrato não perde sua centralidade na criação do valor, que deixou de ser fruto de uma agregação individual de trabalho para se transformar em trabalho social, combinado e complexo. O crescente avanço tecnológico, informacional e digital não para de complexificar e potencializar o processo de valorização, redesenhando a classe trabalhadora.

2.5. Capitalismo contemporâneo e a ampliação da categoria trabalho produtivo

Para compreender as configurações do capitalismo contemporâneo, de acordo Carcanholo (2008), torna-se indispensável a apropriação do conceito de trabalho produtivo apresentado pelo pensamento marxiano. Um conceito muito mais amplo do que uma leitura superficial das obras de Marx pode sugerir.

Para ele [Marx], para ser produtivo, o trabalho precisa produzir mais-valia. Isso significa que tem de ser assalariado pelo capital, especificamente pelo capital produtivo. Devemos incluir também aquele trabalho realizado pelos trabalhadores que fazem parte do “trabalhador coletivo” e que não se dedicam diretamente à transformação da matéria prima. [...] a produção de mais-valia para Marx ocorre tanto na produção de mercadorias “materiais”, quanto na de serviços produtivos (mercadorias-serviço). A diferença entre elas está no fato de que a mercadoria-serviço tem seu consumo simultâneo com a produção (CARCANHOLO, 2008, P. 210).

Carcanholo (2008) expõe que parte das atividades desenvolvidas no âmbito da circulação é considerada produtiva pelo pensamento marxiano, como é o caso do transporte, armazenagem, expedição, conservação etc. Não entrando neste conjunto de atividades aquelas exclusivamente derivadas das ações especulativas, bem como aquelas relacionadas ao capital comercial. Porém, em relação ao comércio, é indispensável distinguir as atividades estritamente comerciais das diversas atividades produtivas realizadas e associadas ao comércio. Uma pequena empresa capitalista comercial, por exemplo, pode desenvolver vários tipos de atividades e não ter aquela estritamente comercial como a mais importante, como é o caso de um supermercado, que junto às atividades estritamente comerciais, desenvolve atividades rigorosamente produtivas que se estendem na circulação (padaria, peixaria, açougue, fabricação de comida congelada etc.).

Uma leitura atenta do conceito de trabalho produtivo, apresentado pela teoria

marxiana, nos permite compreendê-lo de maneira mais ampliada do que geralmente se admite. Sob essa perspectiva é possível considerar produtivas as atividades assalariadas que estejam ligadas diretamente à organização da produção, como é o caso das atividades de contabilidade, gerência e supervisão. A dificuldade em se compreender a dialética faz com que as dimensões forma e conteúdo do conceito de trabalho produtivo sejam pouco consideradas ou mal compreendidas (CARCANHOLO, 2008).

Do ponto de vista do conteúdo, Carcanholo (2008) explica que ao estudar o processo de produção capitalista sob a ótica do processo de trabalho, Marx apresenta o trabalho produtivo como aquele que produz diretamente valores de uso, presente não só na sociedade capitalista como em todos os outros tipos de sociedade, independente das relações sociais de presentes. Porém, para o pensamento marxiano essa concepção não é suficiente para compreender o processo de produção capitalista, pois corresponde somente a um de seus dois polos constituintes da unidade dialética e contraditória: o processo de trabalho, isto é, de seu conteúdo material; e, o processo de valorização, sua forma social e histórica.

Do ponto de vista da forma, isto é, do processo de valorização capitalista, Carcanholo (2008) expõe que o pensamento marxiano afirma que o conceito de trabalho produtivo se restringe e se amplia simultaneamente. Restringe-se ao estabelecer que para ser produtivo não basta que o trabalho produza valores de uso, tem que produzir mais-valor, e por conseguinte, deve ser assalariado e trocar-se por capital. Amplia-se, de acordo com Marx (*apud* CARCANHOLO, 2008), em virtude do caráter cooperativo do processo de trabalho, onde para trabalhar produtivamente é necessário somente ser uma parte do trabalhador coletivo, executando uma de suas funções fracionárias, mesmo que não manipule o objeto de trabalho.

Isso significa concretamente que, se antes, era necessário “botar a mão na massa” para ser trabalho produtivo ou, em outras palavras, tocar diretamente na matéria prima através dos meios de trabalho, agora, uma série de serviços realizados por trabalhadores assalariados deve ser considerada parte do que realiza o trabalhador coletivo. Entre outros desses serviços podemos citar, na construção civil, os trabalhos dos arquitetos, engenheiros, projetistas, calculistas, desenhistas e decoradores. Todos esses serviços são realizados por trabalhadores que fazem parte do trabalhador coletivo (CARCANHOLO, 2008, p. 213).

Ainda que Marx tenha ampliado o conceito de trabalho produtivo, segundo Carcanholo (2008), o nível de abstração que trabalhou se restringe à relação capital individual/trabalhador, isto é, ao ato individual e isolado, que não abrange a questão do lucro e nem do excedente mercantil. Não é concedida atenção à possibilidade de que a subordinação

possa ocorrer por meio de formas intermediárias⁵ ou de que as mercadorias possam ser vendidas por preços diferentes de seus valores. Para Rubin (*apud* CARCANHOLO, 2008), Marx deixa para o futuro as determinações provenientes da circulação.

No cotidiano do capitalismo contemporâneo confrontamos quase sempre com a possibilidade dos preços das mercadorias não corresponderem aos seus valores, permitindo a transferência de valores de um lado para o outro, de uma empresa para outra, de um setor produtivo para outro. Quando nos atemos à questão dos camponeses e dos artesãos, percebemos que estes não vendem suas mercadorias diretamente aos consumidores, vendem para o capital comercial, que atua como um intermediário. Assim, nessa relação está presente uma de subsunção intermediária (CARCANHOLO, 2008).

Com um nível de abstração distinto daquele utilizado pelo pensamento marxiano, Carcanholo (2008) afirma que em geral, o trabalho dos artesãos e dos camponeses, apesar de não produzirem mais-valor, produzem valor e excedente econômico na forma de valor, que, em grande parte, é apropriado pelo capital industrial.

Tal excedente, embora não se constitua em mais-valia, será somado a ela para formar o montante total do lucro do capital global, depois de deduzidas as outras partes em que a mais-valia se divide. Assim, aqueles trabalhadores não produzem mais-valia, mas produzem valor-excedente que eleva os lucros do capital. Para o capital comercial, que se beneficia diretamente, são trabalhadores produtivos; para o capital global também seu trabalho é trabalho produtivo, pois aumenta o lucro global (CARCANHOLO, 2008, p. 216).

Assim, Carcanholo (2008) defende que uma análise mais ampliada da abordagem marxiana sobre o trabalho produtivo nos permite compreender o trabalho dos artesãos e dos camponeses como produtivo. Dessa forma, a definição de trabalho produtivo deixa de se restringir a produção direta de mais-valor e passa a se relacionar com o trabalho que produz excedente-valor para o capital – excedente-valor é entendido pelo autor como o mais-valor produzido, acrescida do excedente que relações não salariais produzem e ao qual o capital se apropria. Trata-se de um ponto de vista que considera a totalidade do capital, abandonando a perspectiva do ato individual e isolado.

Sob a perspectiva ampliada de trabalho produtivo, apresentada por Carcanholo (2008), o trabalho dos professores e profissionais da saúde autônomos ou do setor público, também é compreendido como produtivo, o que se contrapõe à interpretação de Marx. O trabalho desses profissionais produz valor e, quando vendem seus serviços por preços

⁵ De acordo com Carcanholo (2008), apesar de Marx se referir às formas intermediárias de subsunção, não as relacionam com a questão do trabalho produtivo.

distintos aos valores produzidos, não só produzem excedente-valor com o transferem, pelo menos parcialmente, para seus clientes. Em grande parte, o trabalho desses profissionais consiste em repor ou elevar o valor desgastado da força de trabalho, transferindo o próprio valor que produzem, incluindo o valor excedente, para ela. Quando o capital paga os salários dos trabalhadores produtivos que emprega, não ressarcir a eles o valor gasto com a reposição ou ampliação do valor da força de trabalho, ou pelo menos não inteiramente. Assim, o salário pago pelo capital corresponde a um valor inferior àquele que vale a força de trabalho após a reposição ou ampliação de seu valor. Isso possibilita um crescimento no trabalho excedente, fonte do lucro capitalista.

A compreensão de Carcanholo apresenta os trabalhadores enquanto mercadorias nas quais os profissionais de saúde e educação depositam valor excedente que será apropriado pelo capital no processo produtivo, isto é, o profissional da saúde ao manter ou restabelecer a saúde do trabalhador está conservando as forças de parte dos meios de produção do capital, sem que custe nada a ele, bem como o profissional da educação, que capacita a força de trabalho aumentando seu potencial produtivo, sem que também haja custos ao capital. Da mesma forma que uma máquina necessita de manutenção e reposição de peças para funcionar plenamente, a força de trabalho necessita ter seu valor repostado ou ampliado, quando esse processo não se dá à custa do capital, este obtém uma economia ou valor excedente extra.

Em resumo, o valor-excedente produzido pelos profissionais, apropriado provisoriamente pelos trabalhadores produtivos do capital, finalmente reaparecerá nas mãos do capital na forma de lucro adicional.

Aqueles profissionais por conta própria contribuem para elevar o montante total dos lucros do capital: são trabalhadores produtivos e explorados indiretamente pelo capital, embora não assalariados (CARCANHOLO, 2008, P. 217).

Segundo Carcanholo (2008) essa forma indireta de absorção de valor excedente pelo capital não acontece com os trabalhadores improdutivos que utilizam os serviços desses profissionais, podendo, no máximo reduzir o valor gasto pelo capital com esse tipo de trabalhador. Nesse caso, o trabalho dos profissionais de saúde e educação não é utilizado diretamente para aumentar os lucros do capital, mas para prevenir maiores perdas do montante acumulado.

Outro importante tipo de trabalho defendido por Carcanholo (2008) como produtivo é o trabalho doméstico. A categoria força de trabalho é central para compreender essa afirmação, pois seu valor, além de incluir a reposição do desgaste do trabalhador que a vende, considera a reposição do próprio indivíduo, a partir do momento que este não tiver mais condições de trabalhar de forma satisfatória para o capital. Portanto, o valor da força de

trabalho deve considerar a existência e reprodução de toda a família do trabalhador, caso contrário o capital teria problemas em conseguir uma parte importante dos meios de produção.

Apesar disso, Carcanholo (2008) explica que o valor pago pelo capital ao trabalhador, sob a forma de salário, não é suficiente para suprir todas as suas necessidades e as de sua família, haja vista que quanto menor o salário, maior é o lucro para o capital. Assim, parte dessas necessidades – serviços e mercadorias indispensáveis ao trabalhador – são produzidas no seio da sua própria família. Seguindo na mesma perspectiva de ampliação do trabalho produtivo apontada anteriormente – no caso dos trabalhadores da saúde e educação – é possível chegar à conclusão de que são produtivos os serviços produzidos no seio da família de trabalhadores produtivos. Ocorre a produção de valor e esse valor é parcialmente apropriado pelo capital que emprega a família de trabalhadores produtivos.

Em conclusão, estamos convencidos de que, para que se alcance o significado mais concreto do conceito de trabalho produtivo, o ponto de vista adequado é o da totalidade e o da reprodução, ponto de vista esse que se opõe ao do ato individual e isolado. Aliás, aquele é o único ponto de vista que nos permite alcançar a essência do real (CARCANHOLO, 2008, P. 219).

A análise ampliada da categoria trabalho produtivo defendida por Carcanholo (2008), parte não somente da produção de mais-valor, como também do resto excedente-valor apropriado pelo capital, sendo irrelevante o destino do produto desse trabalho. Através dessa perspectiva diversos tipos de trabalho, além daqueles citados, passam a compor a categoria de trabalho produtivo.

Assim como Carcanholo, Ursula Huws, também propôs uma ampliação do conceito de trabalho produtivo apresentado por Marx. De acordo com Huws (2017), vivemos em um mundo onde o capitalismo penetrou em cada aspecto da vida dos indivíduos, onde o avanço tecnológico ocorre de forma tão acelerada, que os processos de trabalho tornam-se obsoletos pouco tempo após serem implementados, e onde a divisão do trabalho é tão complexa que torna impossível sua total apreensão pelo trabalhador individual.

Divisões entre trabalho manual e não manual são desfeitas e reconstituídas, fronteiras entre produção, distribuição e consumo aos poucos se dissolvem e, enquanto alguns trabalhos remunerados se transformam em trabalhos não remunerados, novos empregos e novas atividades econômicas são geradas a partir de áreas da vida que foram tradicionalmente vistas como fora do escopo de qualquer mercado (HUWS, 2017, p. 319-320).

Nesse turbilhão de mudanças, no constante esforço de compreensão da realidade, o valor criado on-line, pelo trabalho digital ou virtual, segundo Huws (2017), recebe uma atenção em particular. A autora explica que a conceitualização do trabalho digital vem sendo debatida no campo conhecido como *internet studies*, que discute se esse tipo de trabalho, pago ou não pago, pode ser considerado como produtor de valor excedente e se é passível de ser alienado ou explorado. São debates que fornecem um ponto de partida útil para investigar a empregabilidade da teoria valor-trabalho no contexto do capitalismo do século XXI.

Huws (2017) defende que a teoria valor-trabalho é o nó central da conceitualização marxiana do capitalismo enquanto relação social. Essa teoria une três coisas integralmente: a necessidade de subsistência dos trabalhadores, seu trabalho e o valor excedente expropriado dos resultados desse trabalho. A expropriação do trabalho é indispensável para o acúmulo de capital e para perpetuação do capitalismo, representando um ato de violência que está no centro das relações sociais de produção. Da mesma maneira, o tempo de trabalho dos trabalhadores constitui o cerne da luta entre capital e trabalho. Entender como e sob quais circunstâncias a expropriação do trabalho se realiza é essencial para compreensão do sistema capitalista e dos trabalhadores enquanto pertencentes à classe trabalhadora.

Na sociedade capitalista avançada, a distribuição de riqueza, assim como a divisão do trabalho, é extremamente complexa. A subsistência dos trabalhadores é atingida não apenas como um resultado direto do trabalho assalariado, mas também através de redistribuição, por meio do sistema financeiro e por meio do Estado (HUWS, 2017).

Nesse contexto, a análise do trabalho no modo de produção capitalista realizada por Huws (2017), utiliza uma abordagem ligeiramente diferente daquela que tem como base a classificação marxiana de trabalho “produtivo” e “improdutivo”. Sua abordagem diferencia o trabalho enquanto “reprodutivo” e “diretamente produtivo”. O trabalho “reprodutivo” é classificado como aquele que é diretamente produtivo para a sociedade e para o capitalismo como um todo. O termo trabalho “diretamente produtivo” é utilizado para nomear aquele que é diretamente produtivo para os capitalistas individuais (HUWS, 2017).

Outro termo amplamente cunhado por Huws (2017) é o trabalho “dentro do nó”, utilizado para designar um tipo de trabalho realizado de forma direta por um trabalhador (que depende do trabalho para subsistir) para um empregador capitalista, independente da forma que esse trabalho recebe (assalariado, por peça, freelancer etc.).

A sociedade contemporânea apresenta um amplo processo de mercadorização dos serviços tradicionalmente realizados pelo Estado através das políticas públicas, com isso,

segundo Huws (2017), ocorre um processo de expansão do trabalho dentro do nó. Essa mercadorização também ocorre em relação aos bens de consumo e serviços, onde parte das atividades realizadas no âmbito doméstico passa a ser realizada por máquinas, ou seja, “transformando a natureza de trabalho não remunerado, de uma produção direta de valores de uso para membros das famílias, em compra de mercadorias no mercado, acarretando uma relação direta com a produção capitalista e atividades de distribuição” (HUWS, 2017, p. 327).

Huws (2017) defende que no modo de produção capitalista, sob a lógica financeira, digital e informacional, é possível a geração de lucro a partir de três formas: renda, comércio e geração de mais-valor através da produção de mercadorias. Empresas como Google e Facebook possuem altos índices de lucratividade, tendo como principal fonte de ganhos as receitas geradas pela publicidade. Grande parte do lucro feito pelas redes sociais ou companhias de mecanismos de busca deriva da renda de aluguel. Essas empresas alugam um espaço virtual assim como o dono de um terreno aluga o espaço físico para instalação de um *outdoor*. Quanto maior o trânsito de pessoas e quanto maior a renda das pessoas que passam por esses locais, maior será o valor cobrado pela utilização do espaço, haja vista que sua propaganda atingirá mais pessoas, potencializando a venda das mercadorias, que na maioria das vezes são produtos tangíveis.

O valor que as redes sociais e mecanismos de busca recebem deriva, em última análise, do mais-valor que é produzido pelo trabalho. A renda desses sites não é proveniente do trabalho das pessoas que os utilizam, mas, parte do mais-valor obtido no processo produtivo, que origina mercadorias tangíveis ou intangíveis, é transferida para esses setores na forma de renda (HUWS, 2017).

O importante nessa questão não é o fato do serviço prestado ser on-line, mas o local que essa espécie de serviço ocupa na dinâmica do modo de produção capitalista. Não há dúvidas de que os serviços desenvolvidos por estas empresas são importantes para o capital produtivo, caso contrário não destinariam parte de seus lucros para elas, no entanto, esse tipo de serviço não possibilita a extração direta de mais-valor, portanto não cria novos valores.

De forma geral, o lucro adquirido através do *comércio*, seja físico ou on-line, não deriva da extração direta de valor excedente, conforme esclarece Huws (2017), trata-se basicamente de uma transação que envolve adquirir uma mercadoria por um preço e vendê-la por um preço maior. Todavia, algumas companhias têm ampliado suas bases, diversificando-se em atividades rentistas que dão origem a novas formas de produção de mercadorias.

Na sociedade capitalista contemporânea, com a disseminação da computação e com o uso quase universal das telecomunicações, há poucas atividades econômicas em que algum aspecto do trabalho digital não está presente. Sua presença é facilmente constatada em depósitos, fazendas, escritórios, lojas, fábricas, em veículos em movimento etc. Cadeias complexas interligam as mais variadas atividades econômicas, perpassando as fronteiras entre empresas, setores, regiões e países. Assim, o trabalho digital está relacionado de diversas maneiras com o processo de produção de inúmeras mercadorias. As atividades de pesquisa e desenvolvimento e de design, por exemplo, utilizam ferramentas digitais para criar insumos que são utilizados diretamente no desenvolvimento de novas mercadorias ou no aperfeiçoamento de produtos e instrumentos de trabalho existentes. Dentre as mercadorias imateriais criadas pelo trabalho digital, encontram-se os mais variados tipos de softwares, como as ferramentas de trabalho utilizadas pelo trabalhador e os instrumentos de gestão e controle do processo de trabalho, utilizados pelo empregador. As mercadorias intangíveis são facilmente guardadas e/ou transportadas no formato digital, como é o caso dos projetos, livros e filmes (HUWS, 2017).

Nesse sentido, Huws apresenta uma análise onde a categoria trabalho produtivo se estende para além da produção imediata, onde o trabalhador transforma os meios de produção em mercadorias. A autora defende que

[...] uma ampla gama de funções encontradas em uma empresa moderna pode ser atribuída a essa categoria diretamente produtiva, incluindo marketing, gestão de logística, distribuição, transporte, atendimento ao cliente, vendas no varejo e atacado (*on-line* ou *off-line*) e serviço de entrega, em suma, toda a cadeia de valor do portão da fábrica (ou do local de desenvolvimento de software) ao consumidor final deve ser considerada como trabalho produtivo (HUWS, 2014, p. 342-343).

No entanto, para Huws (2017), esse aspecto ampliado do trabalho produtivo não se estende a todos os trabalhadores, pois só pode ser empregado a aqueles que estão “dentro do nó”, ou seja, aos trabalhadores que recebem remuneração pelas tarefas realizadas, onde sua relação com o capital é direta e contestada.

Quanto ao trabalho não remunerado, Huws (2017) chama atenção para aquele que foi denominado de “trabalho reprodutivo”. Esse termo está vinculado aos debates oriundos do movimento feminista na década de 1970, onde se questionava se o trabalho doméstico (não remunerado), por se indispensável à reprodução da força de trabalho no modo de produção capitalista, poderia ser considerado como produtor de mais-valor.

Huws (2017) propõe uma distinção provisória do trabalho não remunerado em quatro categorias. A primeira refere-se ao trabalho realizado na produção de valores de uso em casa, sendo independente do mercado, como é o caso do trabalho doméstico e das muitas tarefas realizadas no âmbito da agricultura de subsistência. Essa categoria de trabalho é considerada “improdutiva” para o capital, pois não produz mais-valor, no entanto, por ser imprescindível à reprodução da força de trabalho, assume o papel de “reprodutivo”. Diversos tipos de atividades realizadas *on-line* podem ser enquadradas nessa categoria, como é o caso das atividades de lazer vinculadas às redes sociais.

A segunda categoria compreende ao conceito de “trabalho de consumo”, onde as empresas capitalistas transferem para o consumidor tarefas (não remuneradas) que antes eram executadas por trabalhadores assalariados, responsáveis pelo processo de distribuição de mercadorias. Esse tipo de trabalho, ainda que aumente os lucros dos capitalistas individuais, é improdutivo, encontrando-se “fora do nó”. A internet possibilitou a expansão dessa espécie de trabalho, criando diversas novas maneiras de externalizar o trabalho a distância, de forma *on-line* (HUWS, 2017).

Não há dúvidas de que no momento de sua implementação, enquanto uma inovação do capitalista individual, esse tipo de trabalho possa gerar superlucros para os capitalistas responsáveis, no entanto, na medida em que a concorrência torna-se mais acirrada, reduz-se ao máximo o preço das mercadorias, tendendo a equilibrar-se no valor correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção, o qual não estará inserido o tempo gasto pelo consumidor.

A terceira categoria de trabalho não remunerado, segundo Huws (2017), corresponde ao “trabalho criativo”. Um artista, por exemplo, pode ser improdutivo para o capital ao trabalhar para si mesmo ou produtivo ao trabalhar para um empresário em troca de uma remuneração. Mesmo que o fruto do trabalho desse artista seja roubado e, posteriormente, vendido, não o tornará um trabalhador produtivo, pois o trabalho criativo só se torna produtivo com a troca da força de trabalho por um salário.

[...] na medida em que é realizado para fins de autoexpressão, o trabalho artístico não remunerado, como “blogar” ou postar fotos, música ou vídeos na internet, vai diretamente para a categoria de trabalho “improdutivo” de Marx (que eu prefiro considerar como trabalho reprodutivo não remunerado, produzindo valores sociais de uso) (HUWS, 2017, p. 348-349).

Portanto, para Huws (2017), ainda que o trabalho não assalariado seja posteriormente apropriado pelo capital, como é o caso das atividades executadas por desenvolvedores de

software idealistas, e incorporado em novas mercadorias, esse trabalho sem remuneração não perderá sua característica original, permanecendo improdutivo.

A última categoria de trabalho não remunerado apresentada por Huws (2017), diz respeito ao uso generalizado de trabalho “voluntário” e de estágio não remunerado. São formas de trabalho altamente exploradoras que utilizam a educação e a autopromoção para substituir diretamente o trabalho remunerado. Algumas vezes, essa relação de trabalho ocorre de forma coercitiva, onde os trabalhadores são obrigados a trabalhar em estágios não remunerados para terem acesso a direitos.

[...] ainda que contribua claramente para a produção de valor na produção de mercadorias, ele [estágio não remunerado] não desempenha nenhum papel na geração atual de renda para o trabalhador e deve, portanto, ser considerado como “fora do nó”, mesmo se está produzindo valor indiretamente para o trabalhador não remunerado na forma de “empregabilidade” (HUWS, 2017, p. 350-351).

De acordo com Huws (2017), as diferentes formas de trabalho não remunerado possuem relação direta com o trabalho remunerado, abrindo uma potencialidade de fissuras e tensões no cerne da classe trabalhadora. Os estágios não remunerados, além de potencializar o processo de exploração, corroem o poder de barganha dos trabalhadores remunerados que desenvolvem as mesmas funções. O trabalho de consumo não remunerado reduz os níveis gerais de emprego e deteriora as condições de trabalho, com a introdução de novos métodos de padronização e taylorização. O trabalho sem remuneração na internet, como postagem de notícias, aulas, vídeos e fotografias, colocam em risco a subsistência de pesquisadores, jornalistas e outros trabalhadores que dependem de seu trabalho criativo para gerar um rendimento.

Os diversos tipos de trabalhos não remunerados, realizados muitas vezes por pessoas que possuem outras fontes de rendimentos (sejam salários regulares de trabalhos que as deixam com tempo livre para as atividades *on-line*, ou, a renda dos pais, pensões, benefícios sociais etc.), geram impacto negativo no trabalho remunerado, minando os trabalhadores pagos e acentuando o processo de exploração (HUWS, 2017).

CAPÍTULO 3 – O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEATIVIDADES E SEU PAPEL NO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

3.1. O setor de serviços

No modo de produção capitalista a divisão social do trabalho está em constante desenvolvimento e esse progresso ininterrupto dissolve, gradativamente, a separação estrita entre dois setores básicos da economia: agricultura e produção artesanal. A partir da segunda revolução tecnológica, a divisão progressiva do trabalho, que no período da livre concorrência era característica peculiar da indústria, começou a influenciar a agricultura diretamente. Com o grande aumento na demanda de carne e seus derivados nas cidades e por matérias-primas agrícolas nas indústrias, houve uma crescente especialização nos empreendimentos agrícolas (MANDEL, 1980).

Até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, segundo Mandel (1980), o processo de especialização e divisão do trabalho desenvolveu-se mais rápido na indústria do que na agricultura. Esse cenário vai sofrer uma inversão, ao menos na primeira onda longa com tonalidade expansionista do capitalismo tardio, onde a produtividade do trabalho na agricultura cresceu mais do que na indústria. A partir desse período, o capital passa a dominar a agricultura, convertendo empreendimentos agrícolas em empreendimentos capitalistas, reduzindo radicalmente as áreas de pequenos empreendimentos individuais ou de produção simples de mercadorias. “Todos os traços desse complexo processo de transformação na agricultura contemporânea [...] podem ser sintetizados sob a rubrica de industrialização crescente da agricultura” (MANDEL, 1980, p. 266).

Mandel (1980) explica que esse fenômeno possui um duplo sentido. O primeiro está relacionado ao uso crescente de produtos químicos e máquinas na agricultura que converte o processo produtivo agrícola a um processo similar ao da produção industrial, procurando reduzir os custos de produção através da substituição do trabalho vivo por máquinas e do aperfeiçoamento dos meios de produção, da organização do trabalho e dos produtos químicos. A agricultura é lançada no circuito da inovação tecnológica e do menor tempo de giro do capital gasto nos meios de produção agrícola.

Em segundo lugar, a crescente industrialização da agricultura significa também uma separação crescente de setores inteiros da produção da agricultura propriamente dita e sua conversão em setores industriais “puros”, na indústria alimentícia. Embora a criação de galinhas organizada segundo o modelo industrial ainda possa ser considerada uma forma de transição, as fábricas que processam conservam leite e carne, frutas e legumes e que produzem alimentos congelados ou secos correspondem exatamente aos empreendimentos de larga escala que produzem meias e móveis (MANDEL, 1980, p. 267).

A desvinculação de setores inteiros da produção agrícola, de acordo com Mandel (1980), explica o motivo do percentual dos trabalhadores ativos na agricultura terem sofrido uma queda muito maior do que o da alimentação relativamente ao consumo em geral. Setores que pertenciam à agricultura não deixaram de existir, mas passaram a fazer parte dos mais variados tipos de indústrias.

Uma crescente divisão do trabalho, sob uma progressiva socialização objetiva do trabalho, só pode ser concretizada se as tendências à centralização prevalecerem sobre as tendências à atomização. No modo de produção capitalista, esse processo de centralização possui tanto um caráter técnico, presente na ampliação de suas funções intermediárias, expandindo os setores do comércio, transporte e serviços em geral; quanto um caráter econômico, expresso na centralização crescente do capital, sob a forma de uma integração vertical das grandes empresas, conglomerados e multinacionais (MANDEL, 1980).

A ampliação das funções intermediárias, conforme explica Mandel (1980), é indispensável para a separação de atividades produtivas anteriormente unificadas. Se a produção artesanal desvincula-se da agricultura, é necessário assegurar aos camponeses a mediação dos bens de consumo e dos instrumentos de trabalho antes feitos à mão por eles, bem como aos artesãos, a mediação dos gêneros alimentícios que antes eles produziam por intermédio do comércio. A separação entre agricultura e produção artesanal impõe o surgimento de um comércio independente entre elas. O crescimento das funções intermediárias tende a fazer com que se tornem cada vez mais independentes.

No estágio do capitalismo tardio, além das modificações apontadas no campo da agricultura, diversas profissões foram e continuam a ser afetadas pela intensificação da divisão do trabalho e pela crescente mecanização, promovida principalmente pela eletrônica e cibernética. Os auxiliares de escrita, contadores de bancos, escriturários e companhias de seguros são, em grande medida, substituídos pelos computadores e máquinas de calcular eletrônicas. Profissionais liberais, como médicos, psicólogos, sapateiros, advogados, alfaiates e cozinheiros passam a ser substituídos por máquinas ou por empresas que reúnem diversos profissionais para prestar o mesmo serviço (MANDEL, 1980).

Essas modificações no mundo do trabalho se deparam com limitações derivadas da própria lógica capitalista. Para Mandel (1980), essa sociedade produtora de mercadorias, cheia de estímulos ao consumo, cria constantemente, como corrente secundária, sua própria negação. Por mais que algumas grandes empresas multinacionais substituam milhares de pequenos empreendimentos, para atender as centenas de milhares de consumidores, são

obrigadas a incentivar a atuação de inúmeras pequenas empresas, que passam a ser responsáveis pela mediação entre as grandes empresas e os consumidores. Não obstante, essa negação apresentada tende a permanecer em caráter secundário, pois esses pequenos empreendimentos privados serão eliminados pelo capital no momento em que uma brecha considerável no processo de centralização indicar possibilidade de obtenção de lucro.

Longe de representar uma “sociedade pós-industrial” o capitalismo tardio constitui uma *industrialização generalizada universal* pela primeira vez na história. A mecanização, a padronização, a super-especialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social (MANDEL, 1980, p. 271. Grifo do autor).

Mandel (1980) explica que a penetração da industrialização na esfera de reprodução representa o ápice de todo esse processo. Os computadores passam a apresentar para os acionistas qual o melhor pacote de ações a se investir e o melhor local para implantação da nova fábrica. A televisão, com seus filmes e documentários, influenciam diretamente na reprodução da força de trabalho, mecanizando a escola e tomando os lugares de livros e jornais. A lucratividade das instituições de ensino e cultura passa a ser calculada de forma similar à das empresas.

Em última instância, conforme elucidada Mandel (1980), essas tendências são oriundas do fenômeno da supercapitalização, uma característica básica do capitalismo tardio. Com a crescente produção direta de mais-valor e a queda secular na taxa de lucros, o capital se acumula em quantidades cada vez maiores, deixando uma grande massa de excedente sem nenhuma valorização. Essa massa de capital excedente não investido passa a ser direcionada para diversas outras áreas, ocupando o espaço do trabalho privado e da pequena empresa.

Essa enorme penetração de capital nas esferas da circulação, dos serviços e da reprodução pode, por sua vez, levar a um aumento da massa de mais-valia: 1) assumindo parcialmente as funções produtivas do capital industrial propriamente dito, como é o caso no setor de transportes, por exemplo; 2) acelerando o tempo de rotação do capital produtivo circulante, como é o caso do comércio e do serviço de crédito; 3) reduzindo os custos diretos da produção, como se dá na infra-estrutura; 4) ampliando os limites da produção de mercadorias – em outras palavras, substituindo a troca de serviços individuais por rendimentos privados pela venda de mercadorias contendo mais-valia (MANDEL, 1980, p. 272).

O pré-requisito para a expansão do chamado Setor de Serviços, conforme defende Mandel (1980), surge a partir do momento em que a indústria propriamente dita deixa de ter condições de valorizar as grandes quantidades de capital disponíveis. O capital investido

nesse setor possui a missão de abrir caminhos em busca de novos campos de lucratividade, desempenhando um papel histórico. Além disso, essa movimentação do capital diminui os riscos de penetração à força do capital em setores monopolizados, o que intensificaria a concorrência e colocando em risco a extração dos superlucros dos monopólios. Essas novas formas e campos da acumulação do capital determinam como pré-requisito complementar uma grande diferenciação do consumo, principalmente do consumo da classe operária e dos assalariados.

Para compreender a expansão do Setor de Serviços, de acordo com Mandel (1980), é necessário reduzi-la aos seus elementos constitutivos contraditórios, a saber: 1) As funções intermediárias tendem a se expandir, em consequência da contraposição entre o progressivo aumento da divisão do trabalho e uma progressiva socialização objetiva do trabalho; 2) Os custos de venda e o crédito ao consumidor tendem a crescer vastamente; 3) As necessidades civilizadoras e culturais da classe trabalhadora, como educação, lazer e saúde, apresentam a possibilidade de crescer como algo distinto ao mero consumo de produtos, como resultado da produtividade progressiva do trabalho e da correspondente limitação do tempo necessário de trabalho; 4) Expande a produção de mercadorias, como resultado da centralização progressiva de formas de produção essencialmente privadas, como água, gás e eletricidade. Em seu verdadeiro sentido, a produção desses bens materiais é produção de mercadorias e não de serviços; 5) A penetração de grandes quantidades de capital na esfera da circulação e dos serviços, expande a quantidade de trabalhadores assalariados improdutivos. Os capitalistas injetam o capital que não pode mais ser investido produtivamente, visando obter ao menos o lucro médio dos setores não monopolizados. O crescimento do número de trabalhadores no capitalismo tardio mostra-se como o resultado da tendência à supercapitalização.

A expansão do Setor de Serviços capitalistas que caracteriza o capitalismo tardio resume, portanto, à sua própria maneira, todas as principais contradições do modo de produção capitalista. Reflete a enorme expansão das forças produtivas sociotécnicas e científicas o crescimento correspondente das necessidades culturais e civilizatórias dos produtores, exatamente como reflete a forma antagônica em que essa expansão se realiza sob o capitalismo: pois ela se faz acompanhar de uma supercapitalização crescente (dificuldades de valorização do capital), de dificuldades crescentes de realização, de desperdício crescente de valores materiais e de alienação e deformação crescentes dos trabalhadores em sua atividade produtiva e em seu âmbito de consumo (MANDEL, 1980, p. 282).

Concordamos com essa análise realizada por Mandel, em que, em síntese, explica o crescimento do Setor de Serviços a partir da intensificação da divisão sociotécnica do trabalho

e da necessidade do capital em encontrar novos campos de valorização, perante a um sistema cuja organização tende a supercapitalização. No entanto, consideramos polêmica a posição do autor, à qual discordamos, quando se refere aos trabalhadores do Setor de Serviços como improdutivos. Defendemos que o simples fato de pertencer a esse setor não possibilita classificar os trabalhadores como produtivos ou improdutivos, e sim se seu trabalho valoriza ou não o capital. Vejamos como Mandel aborda essa questão.

Para Mandel (1980), por mais que esteja correta a definição marxiana de trabalho produtivo enquanto aquele que produz diretamente mais-valor, restringir-se a esta afirmação parece ser insuficiente para a análise do Setor de Serviços no capitalismo tardio, pois não soluciona o problema em relação aos limites do trabalho produtivo, somente apresenta-o de outra maneira. A organização de trabalhos improdutivos – serviços pessoais trocados por rendimentos – como atividade capitalista não transforma subitamente essas atividades em trabalho produtivo, mesmo que essas atividades constituam um elemento necessário à reprodução (MANDEL, 1980).

De acordo com Mandel (1980), em Teorias da Mais-Valia, Marx distingue o trabalho produtivo do improdutivo apresentando a indústria do transporte como um dos exemplos. O transporte, enquanto o trânsito de mercadorias é produtivo, pois aumenta o valor de troca das mesmas, enquanto trânsito de pessoas, mesmo organizado sob a forma capitalista, corresponde a uma troca improdutiva, pois expressa a troca de um serviço pessoal por rendimentos. O mesmo acontece com as lavanderias, os circos, os concertos e as assistências médica e jurídica, uma vez que esses tipos de trabalhos não resultam em mercadorias e nem adicionam valor às existentes, são para Mandel (1980), improdutivos.

A fronteira entre o capital produtivo e o capital de circulação passa, portanto, entre o trabalho assalariado, que aumenta, muda ou preserva um valor de uso, ou é indispensável para sua realização, e o trabalho assalariado que não representa nada para o valor de uso, isto é, para a forma física de uma mercadoria, mas que surge apenas em decorrência das necessidades específicas envolvidas, ou seja, alterando (em oposição a criando) a forma de um valor de troca. Ampliando essa definição de Marx, podemos concluir que o verdadeiro capital de serviços – à medida que não seja erroneamente confundido com o capital que produz mercadorias – não é mais produtivo que o capital de circulação (MANDEL, 1980, p. 284).

Para Mandel (1980), a expansão do Setor de Serviços, sob a perspectiva dos interesses globais da classe capitalista, contribui com o aumento da massa total de mais-valor de forma indireta e muito modesta, ao reduzir o tempo de rotação do capital. Por isso, o capital, sob a lógica do capitalismo tardio, busca substituir serviços por mercadorias,

necessitando converter “o capital ocioso em capital de serviços e ao mesmo tempo substituir o capital de serviços por capital produtivo” (MANDEL, 1980, p. 285).

Nesse processo, segundo Mandel (1980), serviços de transporte tendem a ser substituídos por automóveis particulares, serviços de cinema ou teatro por aparelhos privados de televisão etc. O desenvolvimento tecnológico possibilitou ao capitalismo extrair mais-valor de áreas antes improdutivas, ao substituir, por exemplo, parte do trabalho da faxineira, do alfaiate e da cozinheira por máquinas e produtos industrializados. Essas máquinas, como aspirador de pó e lava-louças, encurtam o tempo de trabalho improdutivo e permitem a extração de mais-valor através da produção capitalista direta de mercadorias. Sendo inegável que esse processo resulta no crescimento imensurável do número de mercadorias, representando um crescente risco para o meio ambiente.

Assim, destacamos dois posicionamentos de Mandel em relação ao processo de valorização do capital no Setor de Serviços. O primeiro, ao qual já apontamos nossa discordância, é de que todos os trabalhadores do Setor de Serviços são improdutivos. Nesse ponto, discordamos também das conclusões alcançadas pelo autor ao ler a obra de Marx, onde apresentou o trabalho no transporte de pessoas, no circo, nos concertos e nas assistências médica e jurídica, ainda que organizado sob a forma capitalista, como improdutivos.

Conforme apresentamos no item 1.4 desta pesquisa, a conclusão de que somente mercadorias tangíveis produzem mais-valor corresponde a uma concepção errônea desenvolvida por Adam Smith, apresentada e criticada por Marx em “Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico⁶”. Nessa obra Marx apresenta, dentre outras coisas, a ambiguidade da concepção de Adam Smith sobre a categoria trabalho produtivo. Critica a concepção restrita de trabalho produtivo enquanto aquele que se realiza em mercadoria e concorda com a concepção de trabalho produtivo enquanto aquele se troca por capital. Assim, Marx afirma que

As definições consideradas, portanto, não decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza. Desse modo, um ator, por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário, enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é um trabalhador improdutivo. O trabalho do primeiro troca-se por capital, o do

⁶ Ver mais em “MARX, Karl. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico – Volume I. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980”.

segundo, por renda. O primeiro trabalho gera mais-valia; no segundo, consome-se renda (MARX, 1980, p. 137).

Portanto, nosso posicionamento, que acreditamos está em sintonia com o pensamento marxiano, é de que o Setor de Serviços pode concentrar tanto trabalhadores que desenvolvem atividades produtivas quanto aqueles que desenvolvem atividades improdutivas.

A segunda afirmação de Mandel, à qual concordamos parcialmente, pois a generalização continua sendo problemática, refere-se à influência direta do trabalho no Setor de Serviços no processo de aceleração do tempo de rotação do capital. Conforme Mandel (1980), esse tipo de troca exerce sobre a massa total de mais-valor uma importante influência indireta, pois reduz o tempo de giro do capital circulante contribuindo para o crescimento da massa de mais-valor existente. Assim, parte do capital ocioso é liberada para participar na distribuição do mais-valor social agregado.

Nesse aspecto, nossa discordância se relaciona ao fato de que o trabalho no Setor de Serviços pode não só contribuir para aceleração do tempo de rotação do capital, como, em alguns casos, gerar mais-valor, pois existem diversas categorias de trabalhadores produtivos nesse setor, dos quais podemos citar: médicos, dentistas, cantores, garçons, dançarinas, engenheiros, professores e outros cuja expansão está diretamente relacionada ao avanço tecnológico. Tais profissionais produzem mais-valor na medida em que trocam sua força de trabalho por capital e não por renda, isto é, trabalham para um capitalista cujo objetivo é valorizar o capital. Cabe lembrar que, sob a ótica do processo de valorização, profissionais autônomos ou que trabalham para o Estado são considerados improdutivos.

O Setor de Serviços é o principal responsável pelo processo de circulação do capital, possuindo grande relevância para sociabilidade capitalista. Ainda que a produção do valor em seu interior seja importante, sua atuação na realização do valor é ainda mais preponderante. Os processos de produção e circulação estão intrinsecamente ligados, não sendo possível sua desvinculação, pois apesar do valor ser criado pelo primeiro é somente no segundo que vai se realizar. A velocidade com a qual a mercadoria circula é que vai determinar a intensidade da produção. Quanto mais rápido o valor se realiza, mais rápido o capital poderá ser reinvestido no processo produtivo. Se um determinado valor não se realiza, a mercadoria torna-se inútil para o capitalista, representando um desperdício de capital.

Podemos dizer que o crescimento do Setor de Serviço não está diretamente relacionado ao nível de desenvolvimento econômico dos países. Melo *et al.* (1998) aponta que países com diferentes níveis de desenvolvimento e distintos patamares de renda per capita podem apresentar níveis percentuais similares do PIB correspondente a esse setor, portanto,

índice de geração de emprego e renda nos serviços não se apresenta, por si só, como um bom indicador para o grau de desenvolvimento de um país. O Setor de Serviços pode ter uma participação quantitativamente significativa tanto em países com estágio avançado de desenvolvimento, que possuem uma economia de serviços moderna, quanto em países subdesenvolvidos, que em sua maior parte, desenvolve atividades tradicionais, de baixa qualificação e com baixos índices de produtividade.

Nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, o trabalho no Setor de Serviços é marcado por atividades precárias e de baixa remuneração. Nas Centrais de Teleatividades, por exemplo, como veremos ao decorrer desse estudo, os trabalhadores muitas vezes são submetidos a regras rígidas de atendimento e de utilização das pausas, que resultam frequentemente em adoecimento.

A análise econômica acerca do Setor de Serviços, de acordo com Melo *et al.* (1998), tem início na década de 1930, recebendo inicialmente a denominação genérica de “Setor Terciário”. O responsável por essa classificação foi o economista Allan George Barnard Fisher, que dividiu a produção econômica em três grandes setores – primário, secundário e terciário – e utilizou o termo terciário para definir o tipo de produção voltada para bens imateriais.

Para Dal Rosso (2014) as atividades primárias podem ser interpretadas como aquelas utilizadas para satisfazerem as necessidades básicas dos indivíduos, como as de alimentação; no Setor Secundário o horizonte das necessidades básicas é ampliado para os desejos estimulados pela fantasia, expandindo as fronteiras para a acumulação de capital; e, no Setor Terciário ou de Serviços, as atividades abarcam um grande conjunto de ações que possibilitam a circulação e o consumo das mercadorias, além de um imenso conjunto de outras atividades a elas conectadas e de natureza diversa. Este último é encarregado basicamente pela circulação, distribuição e consumo das mercadorias.

Em 1940, o economista Colin Grant Clark defendeu que o termo “terciário” deveria ser substituído por “serviços”, pois anunciava uma crescente diversificação, sendo o mais adequado para representar a variedade de atividades existentes naquele setor. Além disso, Clark percebeu que enquanto algumas atividades estavam voltadas quase que exclusivamente para o consumo final, outras eram utilizadas no consumo intermediário, contribuindo diretamente para o processo produtivo industrial (MELO *et al.*, 1998).

As teorias sobre a natureza e evolução das atividades relacionadas aos serviços, para Melo *et al.* (1998), foram resultados do próprio desenvolvimento econômico. A grande

variedade de atividades existentes no Setor de Serviços fez com que sua definição fosse, desde início, problemática. Devido à imaterialidade das mercadorias, a mensuração do produto dos serviços não se mostrou uma tarefa fácil, dificultando o levantamento estatístico sobre os dados que cobrem o setor. Mesmo com essa dificuldade, seja como atividade principal ou como atividade secundária, ao longo dos anos, o Setor de Serviços foi adquirindo uma importância crescente e crucial nas transações econômicas gerais e no mercado de trabalho.

Neste cenário, a relevância do Setor de Serviços pode ser evidenciada a partir de múltiplas questões, entre as quais o seu crescente peso nas transações de comércio internacional e o fato de as empresas dos setores financeiro e de comunicações se terem constituído num dos espaços privilegiados para a propagação dos efeitos da revolução microeletrônica, quer como iniciadoras/usuárias, quer como administradoras de sistemas tecnológicos complexos (MELO *et al.*, 1998, p. 04).

De acordo Melo *et al.* (1998), o paradigma econômico-tecnológico, que teve como centro a revolução microeletrônica, potencializou o processo de heterogeneização dos serviços, bem como das especificidades que eles expressam. O acelerado desenvolvimento tecnológico reestruturou a indústria, introduzindo novos produtos imprescindíveis para diversos processos produtivos. Ao produzir insumos indispensáveis, em especial para indústria, o Setor de Serviços demonstra sua intrínseca inter-relação com os demais setores. O crescimento desse setor resultou em avanços significativos na produtividade e no processo de globalização das atividades econômicas.

Conforme podemos verificar na tabela a seguir, ao longo do século XX, a participação do Setor de Serviços na economia brasileira é crescente e constante (com poucas exceções em curtos períodos), principalmente a partir dos anos de 1930, refletindo uma tendência clássica do desenvolvimento dos países em geral (BONELI, 2006).

Tabela 1 – Participação dos setores no Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - 1900/2000

Ano	Participação dos setores no PIB (Em %, baseadas nos valores a preços de 1949)			Índice de mudança estrutural (%)
	Agropecuária	Indústria	Serviços	
1900	44,57	11,59	43,84	0,37
1910	39,73	13,08	47,19	0,11
1920	38,09	15,72	46,19	0,17

1930	35,77	14,81	49,41	0,62
1940	29,42	18,74	51,84	0,97
1950	22,42	25,64	51,94	0,50
1960	16,91	29,85	53,25	0,14
1970	14,27	32,52	53,22	0,30
1980	9,81	34,29	55,90	0,32
1990	10,54	29,97	59,49	0,08
2000	11,04	27,74	61,22	..

Fonte: Boneli (2006).

Para Melo *et al.* (1998), a tendência geral de expansão do Setor de Serviços, principalmente após a década de 1960, foi acompanhada por um elevado crescimento em seus preços relativos. Um fenômeno importante, que pode ser explicado pela necessidade de utilização de força de trabalho qualificada e de difícil substituição, o que resultou em salários mais altos, elevando os preços dos produtos de serviços. Esse aumento causou um processo de mudança estrutural do setor, manifesta na substituição de uma significativa quantidade de serviços por bens ou autosserviços (MELO *et al.*, 1998).

No interior do crescimento dos serviços intermediários direcionados para produção industrial, segundo Melo *et al.* (1998), surgiu um segundo movimento de mudança estrutural. Com a introdução das inovações tecnológicas oriundas da revolução da microeletrônica, surgem na indústria, demandas voltadas às novas especialidades de serviços. Assim, os serviços autoproduzidos passam a ser substituídos por especialidades utilizadas em múltiplos setores industriais, resultando na diminuição dos custos com a produção. Essas especialidades passam a ser compradas de empresas prestadoras de serviços, expondo um processo de terceirização que contribuiu para expansão do Setor de Serviços.

O crescimento tendencial dos custos dos serviços foi um outro fator importante de estímulo à terceirização. Na medida em que gerou pressões sobre os custos industriais, por elevação das contribuições derivadas da legislação de proteção ao trabalho, pressionou as empresas a substituírem produção endógena de serviços por compras a terceiros. Simultaneamente, a dificuldade de gerenciamento presente em estruturas excessivamente hierarquizadas tornou mais eficiente o provimento de algumas destas atividades por intermédio do mercado (MELO *et al.*, 1998, p. 05).

Em um mundo de economia globalizada, as mudanças estruturais que ocorrem nos países capitalistas dominantes refletem de forma mais rápida naqueles que possuem uma economia periférica. Nesse sentido, Melo *et al.* (1998) revela que o crescimento do Setor de Serviços brasileiro a partir da década de 1970 foi influenciado pela mudança estrutural da economia internacional. Essa expansão, segundo Freire (*apud* Ricci, 2010), foi, entre outros fatores, resultado da crescente divisão técnica do trabalho, da expansão dos mercados, do desenvolvimento das tecnologias da informação, da progressiva concentração de capital e da mudança no ambiente institucional relacionado à competitividade, regulação e estruturas de gestão.

Proni, Silva e Oliveira (2005) destacam que o processo de reestruturação produtiva, que ganhou expressão no Brasil na década de 1990, foi um grande responsável pela expansão do Setor de Serviços. Ainda na década de 1980, empresas internacionais começaram a exigir que as empresas brasileiras, das quais eram clientes, adotassem programas de qualidade e que implementassem inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo. Essas inovações começaram a ser introduzidas de forma parcial e lenta.

Somente no decorrer da década seguinte, com o acirramento da concorrência e a intensificação da crise do capital, é que ocorreu uma aceleração no processo de reestruturação produtiva. Para se adaptar ao novo ambiente competitivo, muitas empresas procuraram diversificar seus serviços e introduzir inovações organizacionais e gerenciais de baixo custo. Assim, na maioria dos casos, as empresas procuraram terceirizar parte de suas funções (limpeza, alimentação, segurança, vendas etc.) com o objetivo de reduzir os custos, ampliando a importância do serviço de apoio às atividades empresariais. Por outro lado, também surgiram empresas especializadas em suporte aos sistemas informatizados e aquelas especializadas em serviços com alto conteúdo tecnológico (PRONI; SILVA; OLIVEIRA, 2005).

A configuração empresarial brasileira foi alterada pelas inúmeras privatizações, aquisições e fusões de empresas, especialmente no Setor de Serviços, por ser o principal alvo de investimentos estrangeiros, interessados na exploração do mercado interno brasileiro. O setor de telecomunicações foi fortemente afetado por essas transformações, sofrendo uma profunda reorganização de suas atividades, sob a justificativa de alcançar maior qualidade e eficiência dos serviços prestados ao consumidor (DIEESE, 2008).

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o Setor de Serviços continuou se expandindo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstraram

que o Setor de Serviços é o principal responsável pelo PIB brasileiro, representando no ano de 2022 um peso de 70% (CABRAL, 2022).

Se por um lado, a fatia do Setor de Serviços no PIB cresceu nas últimas décadas, por outro, a Indústria reduziu sua participação, apresentando queda no emprego e na renda, sinalizando um processo de desindustrialização. De acordo com Amorim e Neder (2022), a participação da indústria no PIB caiu de 27%, em 2010, para 20,5%, em 2020, representando um encolhimento de aproximadamente 33% e a aniquilação de cerca de 834 mil postos de trabalho. Essa redução da participação da Indústria na estrutura econômica do País não é recente, podendo ser observada desde a década de 1980.

Ainda que o Setor da Indústria possua um menor peso no PIB, concentra o maior percentual de trabalhadores formais, indicando, conforme destaca Amorim e Neder (2022), que a redução desse setor é prejudicial para os trabalhadores. Cálculos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (*apud* AMORIM e NEDER, 2022) revelaram que, na média de 2019 a 2021, o percentual de trabalhadores que possuíam carteira assinada era de 63,9% na Indústria, 40% nos Serviços e 16,6% na agricultura.

Enquanto o Setor Industrial perde postos de trabalho, de acordo com Nery (2022), ocorreu um crescimento no número de trabalhadores ocupados no Setor de Serviços, quando comparado o ano de 2011 com o de 2020, período em que o número de trabalhadores empregados foi de 11,4 para 12,5 milhões⁷. Por outro lado, houve uma queda no salário médio mensal desses trabalhadores, que no ano de 2011 era de 2,5 salários mínimos passando para 2,2 salários mínimos em 2020.

Nesse ponto, cabe ressaltar que de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo DIEESE (2022), em dezembro de 2021 o salário mínimo ideal para atender as necessidades (moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social) de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) era de R\$5.800,98, enquanto o salário mínimo vigente era de R\$ 1.100,00. Essa situação demonstra ser ainda mais crítica quando se analisa o percentual de renda da população como um todo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua do IBGE, considerando todas as fontes de renda (oriundas do trabalho ou não), no ano de 2019, 90% da população do Brasil possuía renda inferior a R\$ 3,5

⁷ Esse número, oriundo da Pesquisa Anual de Serviços – 2020, levou em consideração: Serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; atividades imobiliárias; serviços de manutenção e reparação; e, outras atividades de serviços (NERY, 2022).

mil por mês (R\$ 3.422,00) e 70% recebiam até dois salários mínimos, que naquele ano era de R\$ 998,00 (MOTA, 2021). Como em dezembro de 2019, o salário mínimo ideal, de acordo com o DIEESE (2022), era de R\$ 4.342,57, conclui-se que pelo menos 90% dos trabalhadores brasileiros não recebiam o suficiente para atender suas necessidades e de suas famílias.

Dentre esses trabalhadores se encontram os teleoperadores, que, conforme estudaremos a seguir, desenvolvem atividades precárias, que podem levar ao adoecimento físico e psicológico, e possuem uma média salarial muito baixa.

3.2. Centrais de Teleatividades: estrutura e organização do trabalho

3.2.1. Surgimento e expansão das Centrais de Teleatividades no Brasil: tempos de acumulação flexível e neoliberalismo

As Centrais de Teleatividades pertencem ao setor de serviços e seu crescimento ocorre em um período em que o capital intensifica sua procura por novos campos de valorização pelo globo e corresponde a uma intensa tendência de externalização da relação de serviços, manifestada pelas empresas em todo mundo ao longo das duas últimas décadas do século XX.

De acordo com Braga (2009), as décadas de 1980 e 1990 presenciaram a consolidação de um regime de acumulação com dominância financeira, centralizado na rentabilidade dos ativos, nos fluxos informacionais e na centralização do capital financeiro em escala mundial. Presencia-se a ascensão de um novo padrão de organização das relações de produção, norteadas pela generalização do processo de terceirização, pela compreensão dos níveis hierárquicos, pelo alargamento de estratégias gerenciais, objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, através da cooperação constrangida dos assalariados, pela administração por metas e fragmentação da relação salarial (BRAGA, 2009).

No Brasil, até a década de 1990 esse ramo de atividade era pouco expressivo. Segundo Braga (2014), 96% das Centrais de Teleatividades brasileiras foram criadas a partir da última década do século XX, sendo que 76% dessas empresas surgiram a partir de 1998, impulsionadas pela privatização do sistema Telebras naquele ano e pelo fortalecimento do neoliberalismo no país, uma das expressões da ofensiva do capital.

De acordo com o Dieese (2009), a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9. 472), em julho de 1997, foi um importante passo rumo à privatização do sistema Telebras, através dela o Estado deixou de ser um provedor direto dos serviços de telecomunicações para atuar fundamentalmente no papel de regulador do sistema, uma ação mais normativa que ficou sob a responsabilidade Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, criada nesse contexto.

O processo de privatização exigiu que o Estado reestruturasse todo setor de telecomunicações e que investisse massivamente em melhorias generalizadas na sua infraestrutura. Estima-se que entre 1996 e 1998 tenha investido no setor de telecomunicações a ordem de R\$ 21,0 bilhões. Além disso, o Estado adotou Planos de Demissões Voluntárias, para expulsar os trabalhadores que recebiam salários significativamente superiores à média do trabalhador brasileiro, com vínculos empregatícios relativamente estáveis, promoções por tempo de serviço e carreiras prolongadas, abrindo caminho para contratação de outros trabalhadores pela iniciativa privada, com menores salários e piores condições de trabalho (DIEESE, 2009).

Segundo o Dieese (2009), o processo de privatização e reestruturação do setor de telecomunicações pulverizou as negociações coletivas; tornou as relações de trabalho mais instáveis e vulneráveis; declinou os salários reais; intensificou o ritmo do trabalho; ampliou a rotatividade; vinculou as regras de progressão funcional e a remuneração ao desempenho individual e ao comportamento da produtividade etc. Assim, a expansão das Centrais de Teleatividades no Brasil caminhou lado a lado com um rigoroso processo de intensificação da exploração do trabalho, que, por conseguinte, acentuou a precarização das condições de trabalho, diminuindo a qualidade de vida de todos os trabalhadores envolvidos.

Como sabemos, a desestatização das telecomunicações no Brasil foi acompanhada pela desnacionalização e pela financeirização do setor, isto é, pela submissão desde a lógica rentista de valorização dos ativos financeiros, objetivando a remuneração dos proprietários das ações (ANTUNES; BRAGA, 2009, p. 10).

Antunes e Braga (2009) defendem que o governo Fernando Henrique Cardoso utilizou o ciclo de privatizações para criar um ciclo de negócios no país visando potencializar a acumulação do capital, ainda que causasse prejuízo aos interesses públicos. Nesse sentido, destaca-se que a venda do sistema Telebrás foi financiada, em grande medida, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, em parte, por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), criando um dos grandes paradoxos desse processo,

haja vista o nível de precarização do trabalho que se seguiu com a privatização das telecomunicações no Brasil.

Braga (2009) aponta que a hegemonia do modelo produtivo adotado pela empresa neoliberal inseriu novos entraves à organização da classe trabalhadora. O crescimento do desemprego, o medo de perder o emprego, a restauração das formas de competição entre os trabalhadores e as terceirizações contribuíram para a intensificação da desestruturação dos grandes coletivos de trabalho.

Venco (2009) destaca que a criação das operadoras de telefonia, com a privatização das telecomunicações, foi acompanhada pela popularização e consequente expansão do acesso às linhas telefônicas em todo país, reduzindo, sensivelmente, o preço para aquisição e ampliando a rede de atendimento. No entanto, esse salto de proporções eminentemente quantitativas não proporcionou um serviço de qualidade, nem tão pouco em redução das tarifas telefônicas. Mas o aumento no número de linhas fez crescer a demanda por atendimento, com isso, muitas companhias optaram por desmembrar seus serviços em outras empresas no interior da cadeia produtiva, onde se encontra o teleatendimento.

Além do processo de privatização, outro fator que contribuiu para o fenômeno de expansão das Centrais de Teleatividades, foi a implementação do Código de Defesa do Consumidor no ano de 1990, pois possibilitou que os consumidores entrassem em contato com as empresas e exigiu delas a criação de um setor para atender essas chamadas, sendo denominado de SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor. Segundo Nogueira (2009), com a consolidação do Código de Defesa do Consumidor as empresas foram obrigadas a disponibilizar nas embalagens dos produtos os mais diversos tipos de serviços de atendimento, demandando a criação de um grande número de postos de trabalho nas Centrais de Teleatividades. Nesse contexto de privatizações e popularização das linhas de telefone, algumas empresas abriram suas próprias Centrais de Teleatividades e muitas delas privatizaram parte de seus serviços.

Segundo Ricci (2010), um levantamento realizado pela Revista Exame em 1995 apontou que a Telesp – uma empresa do ramo das telecomunicações privatizada em 1998 – era a quarta maior empregadora do país. Já no levantamento realizado em 2005, pela mesma revista, duas Centrais de Teleatividades privadas ocuparam, respectivamente, o quarto e quinto lugar no número de trabalhadores.

Em 2019, um levantamento realizado pelo Ministério da Economia expôs que uma Central de Teleatividades multinacional, com filial no Brasil, chegou a ocupar o primeiro

lugar no *ranking* referente às maiores empregadoras do país, totalizando 73.822 trabalhadores formais. Naquele ano, dentre as 50 maiores empregadoras do país, 8 delas tinham o teleatendimento como atividade principal (ALVARENGA, 2019).

O levantamento realizado pela consultoria E-Consulting revelou que no ano de 2019, o setor de *Contact Center*⁸ obteve um faturamento de R\$ 54,1 bilhões, apresentando um crescimento de 5,6% em relação ao ano anterior. A projeção para o ano de 2020 era de crescimento de 4,5%, com receita de R\$ 56,6 bilhões, no entanto, com os danos decorrentes da pandemia de Covid-19, essa projeção passou a ser negativa, isto é, uma queda de 22% ou R\$ 42,2 bilhões. O levantamento também apontou uma tendência de queda no número de trabalhadores: no ano de 2018 o setor contava 1,35 milhão de trabalhadores, no ano de 2019 caiu para 1,25 milhão, a projeção para o ano de 2020 era de 988 mil e para o ano de 2023 era de 650 mil. Essa tendência é justificada pela crescente implementação de plataformas transnacionais, Inteligência Artificial, robôs e autosserviços (VEROTTI, 2020).

Cabe ressaltar que a pandemia de Covid-19 afetou a economia de diversos países, obrigando aos Estados a elaborarem políticas públicas para conter seus efeitos deletérios e aos trabalhadores e as empresas a se adaptarem a um novo contexto. Empresas faliram, muitos trabalhadores foram demitidos, tiveram redução da jornada de trabalho com redução de salário, tiveram que trabalhar em casa, dentre outras coisas. No entanto, segundo Firmiano (2020), não parece correto afirmar que a crise multidimensional expressa pela pandemia tenha origem na disseminação do novo coronavírus. Apesar de produzir um efeito devastador sobre a vida social, sobre a economia e, principalmente, sobre o conjunto da classe trabalhadora, seu impacto demonstra ser um dos aspectos de uma crise mais ampla, desatada na década de 1970, de caráter civilizatório⁹ ou estrutural¹⁰.

Devemos destacar ao menos três importantes aspectos da crise provocada pela atual pandemia de covid-19 que, simultaneamente, são agravados pelas condições contemporâneas de funcionamento do sistema do capital, com elas interagindo, piorando-as. O primeiro, é a incapacidade do sistema de proteção social, particularmente da saúde, em enfrentar as consequências da crise, por decorrência de décadas de desmonte do Estado de Bem-Estar Social; o segundo, é a disputa concorrencial interestatal global pelos recursos necessários para o tratamento da doença; e o terceiro é o adensamento das condições de crise econômica e social na periferia do sistema do capital, com

⁸ Outro termo utilizado para designar as Centrais de Teleatividades.

⁹ Chesnais (*apud* FIRMIANO, 2020).

¹⁰ Mézàros (*apud* FIRMIANO, 2020).

graves consequências para a classe trabalhadora (FIRMIANO, 2020, p. 289-290).

Portanto, a pandemia agravou a situação dos trabalhadores que já vinham sofrendo sérios ataques com mudanças no processo produtivo e com o fortalecimento das políticas neoliberais. Principalmente em países de economia periférica, como o Brasil, que apesar de não ter vivenciado um Estado de Bem-Estar Social, conforme alguns países da Europa, conquistou diversos direitos, principalmente após o final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Como exemplo recente de um dos sérios ataques aos direitos dos trabalhadores, que demonstra um processo de intensificação da exploração do trabalho anterior a pandemia de Covid-19, temos a reforma trabalhista, implementada pela Lei nº 13.467 de julho de 2017, que alterou mais de 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. De acordo com Matos *et al.* (2019), dentre os principais retrocessos implementados por essa reforma, observa-se a aprovação do trabalho intermitente, a prevalência do negociado sobre o legislado, a dificuldade de acesso dos trabalhadores à justiça do trabalho e a facilitação do trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres. Essas alterações proporcionam um impacto direto na vida dos trabalhadores que presenciam o paradoxo do aumento do desemprego com a intensificação do trabalho, sem qualquer seguro e direitos trabalhistas.

A Reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas tem como justificativas a falta de dinheiro, necessidade de equilíbrio das contas públicas, diminuição de impostos trabalhistas para a criação de mais postos de trabalho, dentre outras. Não obstante, o que se tem percebido, na prática, é o desmonte das conquistas históricas da classe trabalhadora, esvaziamento político do movimento sindical e a neutralização de suas reivindicações tais como a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, participação dos empregados nos lucros das empresas, pagamento de horas extras etc., ou seja, é a legitimação da informalidade, da terceirização, enfim, precarização das condições de trabalho (MATOS *et al.*, 2019, p. 150).

Enquanto consequência do processo de reestruturação produtiva e do fortalecimento do neoliberalismo no país, o que está posto é uma “contrarreforma” que visa não só atacar os direitos dos trabalhadores como sua forma de resistência e organização. Nesse sentido, para enfraquecer os sindicatos foi determinado o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, estimulando a despolitização da classe trabalhadora ao fazer com que o trabalhador não se sinta representado pelos sindicatos (MATOS *et al.*, 2019).

Concluída a observação, o avanço tecnocientífico, que contribuiu para a expansão das Centrais de Teleatividades, há anos tem sido um dos principais responsáveis pela

eliminação de milhares de postos de trabalho. Segundo Oliveira (2009), a racionalização dos serviços, derivada da implantação de novas tecnologias no setor de teleatendimento, não atinge somente os teleoperadores, sendo responsável por eliminar postos de trabalho (especialmente os presenciais) em diversos setores da economia. Ao concentrar uma série de serviços anteriormente executados no interior das empresas e atender à totalidade de suas necessidades em uma única unidade de trabalho, as Centrais de Teleatividades concretizam a racionalização do trabalho.

3.2.2. O trabalho nas Centrais de Teleatividades

No Brasil, ainda que o modelo de produção toyotista tenha alcançado a hegemonia no sistema produtivo, não é possível afirmar que houve uma completa aniquilação das técnicas de gestão fordista. As Centrais de Teleatividades exemplificam muito bem essa afirmação, onde ao mesmo tempo em que se consolida um rígido processo de padronização, determinados por roteiros e pelo controle do tempo, há a exigência de que os trabalhadores sejam proativos, para lidarem com as frequentes mudanças no setor e com as inúmeras demandas dos clientes. Além disso, os teleoperadores também sofrem com doenças e síndromes típicas do modelo fordista, como as “Lesões por Esforços Repetitivos” (LER) ou “Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho” (DORT), demonstrando que há uma profunda mecanização em uma profissão cujo crescimento e importância vieram ocorrer no cerne do capitalismo contemporâneo.

Nas Centrais de Teleatividades o trabalho do teleoperador é basicamente regulado pela pressão do fluxo informacional, subordinado a um rígido *script* e arruinado pela rotinização da comunicação, tendo por objetivo aumentar a eficácia comercial com diminuição do tempo de conexão, visando multiplicar as ligações por hora trabalhada. Em última instância, corresponde a um tipo de trabalho onde o teleoperador tende a ser transformado em uma espécie de autômato inquieto (BRAGA, 2009).

Antunes e Braga (2009) defendem que o trabalho nas Centrais de Teleatividades é fortemente condicionado pelas características do processo de reprodução contraditória das relações sociais capitalistas no Brasil. Trata-se de um setor que,

Articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação do teleoperador, o modo da flexibilidade toyotizada, com técnicas gerenciais tayloristas de controle sobre o trabalhador; associa o serviço em grupo com a individualização das relações trabalhistas, estimula a cooperação ao mesmo

tempo em que fortalece a concorrência entre os teleoperadores, dentre tantas outras alterações, ampliando as formas mais complexificadas de estranhamento e alienação contemporânea do trabalho (ANTUNES; BRAGA, 2009, p. 10).

Diversos pesquisadores se dedicaram a compreender aspectos variados do trabalho dos teleoperadores nas Centrais de Teleatividades¹¹. Na pesquisa bibliográfica que realizamos percebemos um consenso em relação ao perfil da força de trabalho dos teleoperadores, sendo composto, em sua maioria, por mulheres jovens, oriundas de famílias com baixa renda e ensino médio completo.

De acordo com Venco (2009), sob a ótica patronal a preferência na compra da força de trabalho de mulheres está relacionada às ditas qualidades socialmente erigidas, como a capacidade de ouvir, a paciência, a delicadeza no trato com os clientes e, por fim, a conclusão de que tanto os homens quanto as mulheres preferem conversar ao telefone com uma mulher. Essa justificativa configura-se enquanto uma forma evidente de desvalorização do trabalho concreto das mulheres, pois tende a reduzir suas qualificações profissionais a atributos tácitos. A mobilização dos atributos tácitos em conjunto com a padronização e controle dos comportamentos garantem ao capital maiores índices de lucratividade.

Nogueira (2009) chama a atenção para o fato de que trabalhos precários e atividades repetitivas, estressantes e monótonas, são constantemente atribuídos às mulheres. Além disso, afirma existir a conotação de que o trabalho e o salário das mulheres são complementares às necessidades de subsistência da família, uma premissa que não é verdadeira.

Mas a exploração do trabalho feminino não é exclusiva do capitalismo contemporâneo, pelo contrário, conforme apontou Marx (1996b), o advento da maquinaria e da grande indústria propiciou a intensificação da exploração da força de trabalho feminina, que contribuiu para reduzir o valor da força de trabalho em geral.

O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda sua família. Ela desvaloriza, portanto, sua força de trabalho (MARX, 1996b, p. 28).

Na sociedade capitalista é atribuído erroneamente à mulher um papel secundário no sustento dos lares, justificando, sob a perspectiva patronal, os baixos salários. O salário

¹¹ Cf. Batista (2021), Peixoto (2019), Norat (2018), Dutra (2017), Santos (2017), Martinelli (2015), Venco (2009), Nogueira (2009), Oliveira (2009) e Braga (2009).

feminino é imprescindível para o equilíbrio do orçamento de muitas famílias, sendo muitas vezes a principal renda da família, conforme apontou o levantamento realizado pelo Grupo Globo, apresentado por Vaz e Batístela (2022) no ano de 2022, onde 48,7% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres.

Ainda que mulheres jovens de baixa renda seja o perfil predominante nas Centrais de Teleatividades, a compra da força de trabalho não se restringe a elas. A organização do trabalho nesse tipo de empresa possibilita, de acordo com Venco (2009), a absorção de pessoas frequentemente expulsas ou rejeitadas de postos de trabalho que exigem o contato vis-à-vis, empregando-as em um espaço onde permanecem invisíveis a uma sociedade de consumo que privilegia determinados padrões estéticos.

O objetivo principal do capitalista é a extração de valor excedente através da exploração da força de trabalho e quanto maior a quantidade de mais-valor consegue extrair, maiores serão seus lucros, por isso procura, nos diversos segmentos da classe trabalhadora, aqueles que irão proporcionar maior lucratividade, o que a princípio independe de sexo, etnia, faixa etária, orientação sexual, escolaridade etc.

A lógica capitalista nos permite inferir que se determinado segmento da classe trabalhadora possui maior dificuldade em vender sua força de trabalho em áreas com melhores remunerações, benefícios, condições de trabalho etc., estará mais propenso a vender a sua força de trabalho pelos salários mais baixos e a se submeter a condições mais precárias de trabalho. Se a dificuldade de determinado segmento em vender sua força de trabalho está relacionada ao contato vis-à-vis, como nas Centrais de Teleatividades a relação dos teleoperadores com os clientes é mediada por TICs, que possibilitam um relacionamento, quase que exclusivamente, através da voz ou mensagens de texto eletrônicas, os capitalistas se aproveitarão deste tipo de preconceito ou discriminação para obter maiores índices de valorização.

No que diz respeito à jornada diária de trabalho dos teleoperadores, o anexo II da NR 17 estabelece um limite de seis horas, em efetiva atividade, (estando incluídos dois períodos de dez minutos contínuos referentes às pausas), mais um intervalo de vinte minutos para repouso e alimentação, totalizando uma jornada de trabalho de seis horas e vinte minutos. Além disso, assegura saídas dos postos de trabalho, a qualquer momento, mediante comunicação, para que os teleoperadores atendam suas necessidades fisiológicas (BRASIL, 2021).

Em uma sociedade onde a maioria das empresas, principalmente aquelas cujos trabalhadores possuem baixo nível de escolaridade, exige que os trabalhadores cumpram jornadas superiores às 8h diárias e 44h semanais, a jornada de trabalho de seis horas e vinte minutos pode parecer vantajosa para os trabalhadores, no entanto, essa jornada de trabalho “reduzida” é acompanhada de um alto nível de desgaste físico e mental, que pode prejudicar a vida do trabalhador dentro e fora do trabalho.

A utilização de sistemas que possibilitam aos teleoperadores desenvolverem suas atividades de forma mecanizada exige dos profissionais pouca qualificação, permitindo que essas empresas comprem a força de trabalho de trabalhadores com pouca ou nenhuma experiência neste ramo de atividade e com baixa formação escolar.

No setor de teleatendimento existem empresas que possuem suas próprias Centrais de Teleatividades e empresas que terceirizam esse tipo de atividade. Na pesquisa realizada por Dutra (2017), quase todas as relações de trabalho investigadas eram mediadas por forma de contratação terceirizada – as poucas exceções estavam relacionadas a uma grande empresa jornalística, que possuía sua Central de Teleatividades própria, para agendamento de consultas e comunicação de resultados.

Segundo Dutra (2017), as empresas que prestam serviços de teleatendimento terceirizados, estabelecem uma relação contratual com um grau de precarização maior do que aquelas que realizam a contratação direta dos teleoperadores. Os trabalhadores são instruídos a chamarem de “clientes” as empresas que terceirizam seus serviços para a Central de Teleatividades, uma terminologia que busca distanciar os teleoperadores de seus verdadeiros empregadores, distanciando também, a responsabilidade dessas empresas com os mesmos.

Interessante observar o mecanismo perverso da terceirização: os trabalhadores não só são privados de ter a empresa que é a real beneficiária da sua prestação de serviços como empregadora como também são educados a vê-la, simbolicamente, como “cliente”, que coloca exigências a serem atendidas pela empresa prestadora e pelos trabalhadores numa relação de troca mercantil, que refuta, de plano, a semântica das relações de trabalho e dos conflitos a ela inerentes (DUTRA, 2017, p. 111. Nota de rodapé).

O alto índice de rotatividade dessas empresas impõe a contratação constante de força de trabalho, uma mercadoria imprescindível para seu funcionamento, ainda que se presencie a implementação constante de novas tecnologias. A manutenção de um elevado número de trabalhadores desempregados pelo sistema capitalista e a exigência de pouca qualificação possibilitam que as Centrais de Teleatividades tenham sempre uma fila de trabalhadores à sua disposição. Teleoperadores esgotados física e mentalmente, que não produzem mais tanto

quanto lhe são exigidos, podem ser facilmente substituídos, como peças descartáveis, a depender somente do interesse do empregador.

Nesse sentido, o estudo de Santos (2017) revelou que parte dos teleoperadores possui consciência de que as Centrais de Teleatividades não têm como proposta incentivar a construção de carreiras sólidas, ampliar conhecimento e habilidades pessoais e profissionais dos trabalhadores. O interesse em explorar a força de trabalho juvenil está relacionado com o desconhecimento de direitos trabalhistas e com a facilidade em substituí-la.

A pesquisa realizada por Batista (2021) apontou que o discurso difundido nas Centrais de Teleatividades gira em torno da meritocracia. Um discurso recorrente durante o tempo em que o teleoperador estiver na empresa, que visa estimulá-lo e apresentar uma falsa realidade. Através dele os representantes da burguesia procuram moldar a subjetividade dos trabalhadores, construindo no imaginário dos mesmos a possibilidade de alçar novas posições na hierarquia da empresa, receber maiores salários e benefícios etc., mas para que isso aconteça o trabalhador tem que se dedicar totalmente ao trabalho, “vestir a camisa da empresa” e destacar-se de seus pares.

Mas esse discurso “esquece” de mencionar que trabalhar o dobro ou o triplo não vai garantir a posição tão almejada, pois o número de vagas para os cargos de supervisão, coordenação, gerência etc., são escassos e que por mais que o trabalhador se dedique, outros também o farão. Além disso, tais cargos podem exigir habilidades ou condições que, na visão empresarial, mesmo os trabalhadores mais dedicados podem não ter, como escolaridade em nível superior.

O estudo de Batista (2021) também revelou que o foco do treinamento em enaltecer a imagem da empresa e em apontar o “brilhante” futuro que espera os trabalhadores que se dedicam ao máximo ao trabalho, é acompanhado de um ensino deficiente dos *softwares* e das técnicas necessárias para o trabalho concreto, causando um grande estresse nos trabalhadores ao iniciarem suas funções. No entanto, os relatos colhidos por Batista (2021) demonstram que, ainda que o treinamento inicial nas Centrais de Teleatividades fosse aprofundado, a dinâmica acelerada no setor impossibilita a criação de vínculo com os produtos, ou seja, com seu objeto de trabalho. Quando o teleoperador é transferido para outro produto (ou “clientes”), todo o treinamento recebido até então pode ser descartado, uma vez que tendem a possuir metodologias e *softwares* próprios. A falta de familiaridade com os sistemas e com as políticas dos produtos, aliada a quantidade de chamadas e a aspereza dos consumidores, cria para os teleoperadores um contexto de opressão.

Para os empregadores, a força de trabalho tem que ser capaz de se adaptar rapidamente a dinâmica acelerada das Centrais de Teleatividades, tem que ser polivalente e possuir, conforme expresso por Batista (2021), as aptidões definidas como “*soft skills*”, que se referem às competências socioemocionais expressas na capacidade de articulação do discurso, criatividade na resolução de problemas e senso de empatia.

Quanto aos atendimentos por telefone, Ziliotto e Oliveira (2014) destacam três tipos principais: ativo, receptivo e híbrido. No atendimento ativo o teleoperador entra em contato com os clientes oferecendo produtos e serviços, realizando cobranças entre outras coisas, incluindo, conforme explica Bartki (2012), apoio a pesquisa de satisfação e análise de mercado. Como a iniciativa do contato parte de dentro da empresa para fora, esse tipo de atendimento é denominado de *outbound*.

No atendimento receptivo os teleoperadores recebem as ligações dos clientes e trabalham fornecendo informações, orientações, suporte técnico ou prestando serviços, como nos SAC. Nessa modalidade o setor de retenção recebe destaque, possuindo a atribuição de reverter pedidos de cancelamentos de produtos e serviços (VENCO, 2006). Segundo Bartki (2012), como a iniciativa do contato ocorre de fora para dentro da empresa, esse tipo de atendimento é denominado de *inbound*.

No atendimento híbrido, os teleoperadores trabalham em ambas as situações (ativo e receptivo), exigindo mais experiência e destreza (VENCO, 2006).

O tempo no setor de teleatendimento possui uma posição central e, por isso, sua gestão é rigorosa, tanto pelos capitalistas, quanto pelos trabalhadores. Para se apropriar da maior quantidade de valor excedente possível, os capitalistas das Centrais de Teleatividades fazem um rígido controle do tempo, nos moldes do sistema de gestão de trabalho taylorista. O “desperdício” de tempo de trabalho gera prejuízo para empresa e sanções para os trabalhadores, assim, nesses espaços, cada minuto é contabilizado. Nesse aspecto, o estudo de Peixoto (2019) expôs que nas Centrais de Teleatividades, além do monitoramento constante das chamadas, há um controle intenso sobre a escala de trabalho. Em um único dia de trabalho, os teleoperadores realizam oito marcações no sistema de ponto eletrônico, essas marcações eram realizadas na Posição de Atendimento (P.A) dos trabalhadores e geralmente eram monitoradas em tempo real pelo supervisor na tela do seu computador. Gastar mais tempo de pausa do que o concedido pela empresa poderia acarretar em muitos problemas.

Conforme afirmamos, o controle do tempo também é central para os teleoperadores. Como as pausas concedidas são consideradas muito curtas, os trabalhadores procuram gerir

muito bem seu tempo, caso contrário, além de não conseguir fazer o que planejaram, colocam-se em risco de receber advertência do empregador, cuja recorrência pode gerar demissão. No entanto, ainda que os teleoperadores busquem controlar seu tempo da melhor forma possível, fatores externos podem dificultar essa gestão. A pausa de vinte minutos, por exemplo, torna-se ainda mais curta na medida em que os teleoperadores consomem grande parte desse tempo para chegar até o local em que vão fazer seus lanches, além disso, algumas vezes necessitam comprá-los e/ou prepará-los no forno micro-ondas. Por outro lado, o curto espaço de tempo induz os trabalhadores a se alimentarem rápido, com alimentos pouco nutritivos e prejudiciais à saúde.

As pausas para necessidades fisiológicas, por não ter um limite fixado em lei, são tratadas com atenção ainda maior pelos capitalistas, que através dos supervisores exercem uma significativa pressão nos teleoperadores, para que estes evitem utilizá-las ou que as utilizem no mais curto espaço de tempo possível.

É importante ressaltar, que o anexo II da NR 17 assegura, em seu item 6.4.5, que:

Devem ser garantidas pausas no trabalho imediatamente após operação em que tenham ocorrido ameaças, abuso verbal ou agressões, ou que tenha sido especialmente desgastante, que permitam ao operador recuperar-se e socializar conflitos e dificuldades com colegas, supervisores ou profissionais de saúde ocupacional especialmente capacitados para tal acolhimento (BRASIL, 2021).

No entanto, esse direito dos teleoperadores é frequentemente desrespeitado. O estudo realizado por Dutra (2017) apontou ser praticamente inexistente a menção a pausas após ligações estressantes, não sendo exposto nas entrevistas sequer como possibilidade garantida aos teleoperadores.

Muitas vezes, conforme revelou o estudo de Peixoto (2019), o controle rígido das pausas torna mais nítidas as práticas de assédio moral nas Centrais de Teleatividades. Esse tipo de violência compõe uma das formas de gestão do capital, contribuindo no controle dos trabalhadores e na extração de valor excedente.

De acordo com Souza e Ducatti (2017), o assédio moral surge no contexto da acumulação flexível do capital enquanto uma nova forma de gestão da força de trabalho. Seu advento foi favorecido pela intensificação do desemprego estrutural, consequência da utilização maciça dos processos de automação a partir da década de 1970, que intensificou a substituição trabalho vivo por máquinas. O aumento do medo em perder o emprego deixou os trabalhadores mais expostos às práticas abusivas caracterizadas como assédio moral.

Não obstante, ainda que a acumulação flexível tenha intensificado as práticas de assédio moral, sua utilização enquanto uma forma de gestão já havia sido identificada em estudos anteriores a ela. Um estudo realizado por Le Guillant (*apud* RABELO; SILVA; LIMA, 2018) em 1956, com telefonistas das centrais telefônicas parisienses, identificou, entre as profissionais, uma alta prevalência de um tipo de transtorno mental caracterizado, entre outras manifestações somáticas, por oscilações de humor, forte irritação, agressividade e nervosismo. Esse quadro ficou conhecido como neurose das telefonistas e foi relacionado com a pressão que as trabalhadoras sofrem durante sua jornada de trabalho.

A conclusão foi a de que o nervosismo, a irritabilidade e a autoaceleração eram mantidos e perpetuados pela própria atividade, como um mal necessário, isto é, embora representasse algo negativo para as telefonistas, era interessante para a empresa, uma vez que as incitava a buscar uma produtividade exacerbada. Além dos distúrbios de sono e outros sintomas, observou-se a presença de um quadro de hiperemotividade e ansiedade latente, culminando, muitas vezes, em crises severas de “nervos”. Dessa forma, profissionais mais nervosas eram também as mais produtivas, sendo que os sintomas permaneciam após a jornada de trabalho, contaminando sua vida pessoal (LE GUILLANT *apud* RABELO; SILVA; LIMA, 2018, p. 118).

No mundo contemporâneo, o trabalho das telefonistas, apontado pelo estudo de Le Guillant, tornou-se mais complexo, as centrais telefônicas evoluíram para Centrais de Teleatividades, desenvolvendo diversos tipos de atividades e utilizando uma variada gama de tecnologias, no entanto, os relatos de violência relacionada a esse tipo de atividade não desapareceram. Para obter altas taxas de produtividade e lucratividade diversos teleoperadores são submetidos a situações humilhantes e constrangedoras no ambiente de trabalho. O controle rígido do tempo e a imposição ao cumprimento de elevadas metas, práticas corriqueiras nas empresas taylorizadas, muitas vezes são desempenhadas através desse tipo de violência caracterizado como assédio moral.

Consideramos que além da existência de um tipo de assédio moral que tem por objetivo atacar um trabalhador específico, para isolá-lo e desestabilizar seu emocional (que conforme veremos mais adiante, em alguns casos, é utilizado para minar o potencial de trabalhadores mais combativos), existe uma espécie de assédio moral que se apresenta como estratégia de gestão, voltada para garantir a extração da maior quantidade de valor excedente dos trabalhadores no menor tempo possível.

Santos (2020) afirma que nas Centrais de Teleatividades as condutas assediadoras fazem parte da própria organização do trabalho, por isso muitas vezes não atingem somente trabalhadores individuais ou em grupos, mas a todos os teleoperadores indistintamente. A

política gerencial e a organização do trabalho nesse tipo de empresa, são marcadas pelo controle da forma e do tempo de labor, pela exigência de metas abusivas e por sistemas de premiação e punição, que propiciam a prática de assédio moral organizacional, degradam o meio ambiente de trabalho e adoecem os trabalhadores.

Um representante do sindicato dos teleoperadores, por exemplo, expôs para Norat (2018) ter recebido denúncias de teleoperadores que são perseguidos pelos supervisores quando tiram pausa para ir ao banheiro, chegando ao ponto do supervisor bater na porta (do banheiro) solicitando que estes não demorassem. Inclusive, há relatos de supervisores homens batendo na porta de banheiros femininos, causando ainda mais constrangimentos para as teleoperadoras mulheres. Em outra situação, alegou ter recebido diversas denúncias de teleoperadores sobre a aplicação de medidas punitivas, desrespeitosas e humilhantes, como a imposição de realização de dança vexatória pelos teleoperadores que não atingissem as metas.

Souza e Ducatti (2017) interpretam o assédio moral enquanto uma forma de gerenciar o trabalho que possui um forte apelo às emoções, com ações que visam atacar a integridade psíquica do trabalhador, humilhando, isolando de seus pares e fragilizando-o emocionalmente. Porém, ainda que essa forma de gestão utilize as características pessoais do assediado, ela visa atingir todo o coletivo de trabalhadores, possuindo um caráter coletivo. O trabalhador (ou grupo) vítima do ataque torna-se “bode expiatório”, um exemplo de punição para que os demais silenciem e mantenham determinadas condutas. Dessa forma, o verdadeiro alvo do assédio é o coletivo de trabalhadores, mesmo quando o foco seja somente um trabalhador individual.

Nesse sentido, Souza e Ducatti (2017) afirmam que um dos objetivos dessa forma de gestão é livrar-se dos trabalhadores combativos, que apresentam obstáculos ao interesse do capital. Os trabalhadores conscientes, que questionam e enfrentam o poder compõe a parcela mais assediada. Esse assédio pode resultar em demissão, transferência e/ou isolamento, além de levar o trabalhador assediado à desistência da luta, ao agravamento de problemas de saúde e até mesmo ao comprometimento de sua identidade de classe, enfraquecendo a luta dos trabalhadores.

Quando bem sucedido o processo de assédio isola o trabalhador combativo de seus pares, colocando-o em profundo sofrimento psíquico, cuja dor e revolta impede o estabelecimento de laços de solidariedade. A falta de apoio dos companheiros de trabalho pode levar os trabalhadores combativos assediados a adotarem uma perspectiva conformista, resultando em uma perda para o conjunto de trabalhadores de sua categoria profissional, bem

como para a classe trabalhadora como um todo. O conjunto de trabalhadores que presenciam a experiência de assédio moral, mas que não o vivencia, muitas vezes tende a desenvolver mecanismos de defesa inconscientes que ilusoriamente garante que o assediador não os colocará na “fila do assédio”, assim, procuram evitar repetir os atos do trabalhador assediado e se recusam a participar de atos reivindicatórios, principalmente quando ligados aos sindicatos (SOUZA; DUCATTI, 2017).

Sob o ponto de vista do trabalhador individual, o assédio moral também pode ser aplicado para expulsar da empresa os trabalhadores adoecidos psicologicamente e/ou com baixo rendimento produtivo, visando, assim, diminuir o valor das indenizações rescisórias, minando o direito dos trabalhadores.

Portanto, a concepção do assédio enquanto uma forma de organização do trabalho nos permite compreender que esse tipo de prática não está diretamente relacionado com o sadismo de um indivíduo que trabalha em uma posição hierárquica superior à do trabalhador. Trata-se de uma forma de organização do trabalho que visa garantir a extração da maior quantidade possível de valor excedente, ainda que com isso o trabalhador adoça – o que para o capitalismo não é um problema tão grande, pois existe uma imensa fila de trabalhadores prontos para substituí-lo. Portanto, o assédio moral, quando compreendido de forma mais ampliada, está no cotidiano de muitas Centrais de Teleatividades, atingindo uns mais que outros, sendo resultado de condutas com maior ou menor potencial ofensivo. Ele possui uma relação direta com a produção/apropriação de mais-valor, atingindo não só a saúde dos trabalhadores, mas sua organização enquanto classe.

No que diz respeito à remuneração dos teleoperadores brasileiros, de acordo com Braga (2014), a média salarial desses trabalhadores está entre as mais baixas do mundo e essa baixa remuneração é acompanhada de sindicatos relativamente fragilizados. Em geral, o salário dos teleoperadores é composto por um valor fixo, garantido pela legislação trabalhista e por uma renda variável, que às vezes depende do cumprimento de metas individuais pelo trabalhador e outras pela equipe. Como a extração de valor excedente depende da produção, as Centrais de Teleatividades, visando motivar os trabalhadores e obter lucros mais elevados, estabelecem premiações para aqueles que cumprem as metas impostas. A premiação pode ser concedida (a depender dos interesses da empresa) em dinheiro, brindes, objetos que simbolizam o reconhecimento pelo trabalho executado (destacando os premiados frente aos demais trabalhadores) etc.

O tipo das metas impostas aos teleoperadores sofrem variações e alterações constantes, de acordo com os interesses das empresas. Na Central de Teleatividades estudada por Martinelli (2015), o pagamento da quantia variável depende do cumprimento de uma série de metas, que se distinguem parcialmente entre os teleoperadores ativos e receptivos. O pagamento da remuneração variável aos teleoperadores receptivos depende do cumprimento da meta denominada de “aderência”. Para o empregador a “aderência” representa a “fidelidade e o comprometimento” do trabalhador com a empresa, como se o mesmo estivesse imerso à sua lógica, “aderido” à sua dinâmica de funcionamento.

A meta de aderência é o resultado da soma de quatro outras metas, ou seja, para atingir seus requisitos o teleoperador deve cumprir: a meta de absenteísmo – o teleoperador não pode faltar ao trabalho, ainda que seja por motivos de saúde, comprovado por atestado médico; a meta de “login” e “logout” – o teleoperador deve fazer o registro de ponto no tempo correto, sem atrasos; a meta de tempo de atendimento, expressa no TMO (tempo médio de operação), – corresponde ao tempo médio em que o teleoperador fica com o cliente em linha, onde a empresa estabelece um limite para esse tempo médio, que não pode ser ultrapassado pelo teleoperadores; e, a meta de qualidade de atendimento – um setor é responsável por monitorar¹² e escutar três ligações de cada teleoperador ao longo do mês, definindo a nota de acordo com critérios pré-estabelecidos, como o uso correto do *checklist e do script* de atendimento¹³, cordialidade, boa dicção, capacidade de reverter à insatisfação do cliente, de oferecer produtos e serviços etc. (MARTINELLI, 2015).

De acordo com Martinelli (2015), existe uma significativa dificuldade dos teleoperadores em cumprir a meta de aderência, pois além de ser composta por quatro metas, cada uma delas se desdobram em vários outros critérios a serem avaliados isoladamente.

¹² Esses trabalhadores podem ter suas ligações monitoradas, não só pelos supervisores, como por setores específicos de monitoria, coordenadores e empresas externas contratantes dos serviços, que cobram dos supervisores as soluções para os problemas encontrados. Como o monitoramento das chamadas pode ser realizado on-line, não importa o local em que os fiscais se encontram.

¹³ Peixoto (2019) identificou em sua pesquisa que os teleoperadores podem ser demitidos por justa causa se a equipe de monitoramento identificar, de forma repetitiva, erros de procedimento durante as ligações (como deixar de dizer no início ou no final de cada ligação uma fraseologia padronizada ou não cumprir corretamente o roteiro de ofertas prescritas pela empresa). O que demonstra que esse tipo de controle não tem somente a intenção de adequar os trabalhadores aos procedimentos da empresa, mas também, registrar situações que possibilitam a demissão dos trabalhadores sem pagar seus direitos trabalhistas, ignorando que muitos dos erros cometidos são resultantes do alto nível de estresse vivenciado pelos teleoperadores.

Ademais, os teleoperadores convivem com problemas técnicos que dificultam o atendimento dos critérios.

O rígido controle do trabalho e do tempo, bem como a imposição de metas difíceis de atingir, são intrínsecos à lógica da acumulação capitalista. Como o objetivo da produção é gerar um quantitativo crescente de valor excedente, é possível inferir que alcançar a meta sempre exigirá um grande esforço por parte do trabalhador, caso contrário, este não seria levado ao limite de seu potencial produtivo. Por isso, o próprio estabelecimento da meta sempre leva em consideração o potencial máximo do trabalhador, sendo difícil de atingir senão à custa de grande esforço e a premiação dificilmente resultará em prejuízo para o capitalista.

Outro fator que dificulta o cumprimento das metas, conforme pode ser observado no estudo de Martinelli (2015), é a relação conflituosa entre as metas de TMO e aquelas relacionadas à qualidade. Durante a chamada, ao mesmo tempo em que o teleoperador deve se atentar em seguir o roteiro e os critérios observados pelo setor de qualidade, tem que se preocupar em encerrar a ligação o mais rápido possível para não ultrapassar o TMO. Portanto, tais metas podem estabelecer uma relação de conflito e o descumprimento de qualquer uma delas pode levar a perda da remuneração variável e a outras punições.

É possível perceber que as metas impostas no setor de teleatendimento são utilizadas enquanto o principal instrumento de intensificação da exploração do trabalho. Assim, a remuneração variável e os brindes, apesar de atuarem, de certa forma, enquanto um meio de motivação para os teleoperadores, não são os únicos motivos pelo qual eles buscam cumprir as metas. Conforme expôs o estudo de Peixoto (2019), o descumprimento recorrente das metas pode acarretar em diversos tipos de sanções para os teleoperadores, culminando até mesmo em demissão, com isso, o medo em perder o emprego faz com que esses trabalhadores se esforcem ao máximo para cumprir as rígidas metas, colocando até mesmo sua saúde em risco.

A implementação de metas de equipe induzem os teleoperadores a pressionarem uns aos outros, fazendo com que colegas de trabalho se fiscalizem, haja vista que se um dos trabalhadores não exercer sua função de forma satisfatória, coloca em risco todo o esforço da equipe para atingir a meta, prejudicando a todos os integrantes. Nesse sentido, a pesquisa de Peixoto (2019) revelou, a partir da fala de uma teleoperadora, que a meta de equipe também pode ser utilizada enquanto um instrumento de pressão que visa aumentar a produtividade a partir de chantagem emocional com os teleoperadores, isto é, a empresa procura trabalhar a

subjetividade dos sujeitos, estimulando uma relação de solidariedade e interdependência voltada para o aumento da produtividade.

Outro ponto importante sobre o trabalho dos teleoperadores diz respeito à execução das atividades em *home office*, impulsionada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. De acordo com Batista (2021), o termo *home office* (escritório em casa) refere-se a um espaço em casa reservado para trabalho e está associado à modalidade laboral conhecida no Brasil como teletrabalho ou trabalho remoto.

A execução das atividades em *home office*, especialmente a partir da pandemia de COVID-19, não foi uma prática exclusiva dos teleoperadores. Trabalhadores de diversas áreas, públicas e privadas, passaram a exercer suas atividades remotamente, utilizando intensamente as TICs. Segundo Batista (2021), o desenvolvimento no campo da informática provocou a descentralização do trabalho e possibilitou a criação de novos espaços de labor, incluindo a própria casa dos trabalhadores.

Utilizando o aparato midiático para ocultar as contradições oriundas do trabalho remoto e construir um pensamento hegemônico favorável ao mesmo, os capitalistas encontraram na pandemia uma excelente oportunidade para terceirizar com os trabalhadores os custos da produção. Uma campanha publicitária difundida pela Caixa Econômica Federal demonstra de forma evidente essa situação, possibilitando que o trabalhador utilize seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiar a montagem do *home office* (BATISTA, 2021). Ao transferir para os teleoperadores parte dos custos relacionados à aquisição e manutenção dos meios de produção (capital constante), os capitalistas aumentam seus lucros e diminuem o valor recebido pelos trabalhadores através dos salários.

A Central de Teleatividades estudada por Batista (2021) demonstra essa transferência custos em suas exigências aos teleoperadores no processo de seleção daqueles que executariam suas atividades em casa.

O processo se deu por meio de entrevistas realizadas pelos supervisores em abril de 2020. Eles procuravam aferir se a funcionária dispunha de toda a estrutura exigida para que pudesse assumir o trabalho remoto. Para isso, ela deveria ter computador próprio, com menos de cinco anos de uso, internet cabeada e não por *wi fi* com no mínimo cem megabytes de download e dez de *upload*, um programa de antivírus instalado (item exigido por alguns produtos apenas), além de um smartphone para baixar os aplicativos de segurança que autorizam o acesso remoto pelo computador da funcionária (BATISTA, 2021, p. 124).

Batista (2021) relatou que esse processo seletivo provocou uma corrida dos teleoperadores (impulsionados, em parte, pelo medo de infecção com a COVID-19) para conseguir os equipamentos exigidos e para adequar os espaços de trabalho em suas casas. Visando ser aprovados a trabalhar em *home office*, alguns teleoperadores mentiram na entrevista, afirmando que possuíam os equipamentos e ambiente adequados. Nesses casos, somente após a aprovação na entrevista que os equipamentos foram providenciados.

Nenhum dos teleoperadores entrevistados por Batista (2021) possuía um espaço exclusivo para trabalhar em casa e alguns deles conseguiram computadores emprestados com seus familiares. Quase todos tiveram custos com a adequação dos espaços, o que incluiu a compra de cadeiras, mesas, computadores, teclado, mouses e a contratação de serviços de internet, junto com cabos para conexão no roteador.

De acordo com Batista (2021), ainda que trabalho *home office* tenha gerado custos para os teleoperadores e que o controle do tempo e do trabalho pelas Centrais de Teleatividades tenha permanecido rígido, em geral, esses trabalhadores apresentaram uma avaliação positiva a respeito dessa modalidade de trabalho, não pretendendo voltar a trabalhar de forma presencial após o fim da pandemia. Alguns teleoperadores compreendem que o trabalho remoto propiciou uma melhora na qualidade de vida, pois adquiriram certa autonomia em relação à gerência de seu próprio tempo e maior controle de seu espaço de trabalho.

O trabalho remoto apresenta diversos benefícios para os capitalistas, dentre os quais destacamos a diminuição dos custos com os meios de produção (espaço para realização do trabalho, manutenção da estrutura e dos equipamentos, impostos diversos, eletricidade, água, higienização, internet etc.), sendo transferidos, em parte, para os trabalhadores. Essa redução dos custos pela empresa como o trabalho *home office* é perceptível por alguns teleoperadores, conforme expôs Batista (2021).

Dizer a você que o período foi fácil e a maneira como a gente foi imposto ao home Office foi fácil, não foi. Foi muito difícil. Foi muito se vire, né? E o home office traz benefícios para empresa como eles não tem que lidar com manutenção de computador. Eles não precisam pagar a conta de energia. Eles não nos pagam vale-transporte porque a gente tá em casa. Eles não dão nenhum vale custo pra a gente arcar com a nossa energia, com manutenção, com nada, né? Então, pra empresa é muito vantajoso. Poupa a questão de acidente de trabalho porque se a gente não tá indo para empresa, a gente não corre esse risco de... Até se enquadram algumas situações em acidente de trabalho, mas no percurso, por exemplo. A empresa ela se beneficia de várias maneiras. Porém o que eu acho que falta é uma efetividade de

responsabilidade da empresa para algumas coisas (TELEOPERADOR *apud* BATISTA, 2021, p. 150).

O trabalho remoto coloca em risco as conquistas históricas da classe trabalhadora, como a jornada de trabalho, que pode se tornar mais flexível, sem o registro de horas extras e os acidentes de trabalho, que podem ter sua comprovação dificultada.

Como o avanço tecnológico permite monitorar os trabalhadores à distância e, junto com as metas, assegurar uma rotina intensa de trabalho, os capitalistas conseguem manter altos índices de produtividade mesmo com o trabalho remoto. Quanto ao trabalhador, ao executar seu trabalho de forma remota, sem que haja uma contribuição financeira do capitalista proporcional aos seus custos, estará em desvantagem, pois terá que utilizar parte do seu salário na compra dos meios de produção. Uma aquisição que deverá ocorrer com frequência, pois no caso dos teleoperadores, haverá, no mínimo, a necessidade do pagamento mensal de luz e internet, e, ainda que com menor frequência, da manutenção ou substituição dos equipamentos.

3.3. A valorização do capital nas Centrais de teleatividades

O estudo do trabalho nas Centrais de Teleatividades demonstrou que elas exercem um importante papel na economia capitalista contemporânea, concentrando um grande número de trabalhadores e movimentando um imenso volume de capital. Mas qual o papel que esses trabalhadores exercem no processo de valorização do capital e porque a burguesia investe tanto capital nesse setor?

Conforme nossa pesquisa procurou demonstrar, o modo de produção capitalista está baseado na exploração de uma classe sobre a outra. Ao tomar para si os meios de produção fundamentais para existência da humanidade, a burguesia força o trabalhador a vender, por uma determinada quantidade de tempo, a única mercadoria que possui: sua própria capacidade viva de trabalho. Trata-se de uma relação contratual pautada na violência, haja vista que, por um lado, se o trabalhador não vender sua força de trabalho, não adquirirá os meios de subsistência fundamentais para sua sobrevivência, encontrando-se em uma situação sem alternativas. Por outro, o próprio fruto de seu trabalho (enquanto classe) fortalece a lógica de exploração a qual foi lançado. Os meios de produção que oprimem o trabalhador são produtos de seu próprio trabalho, expropriado pelos capitalistas. A burguesia nada produz e quanto mais o capitalista se apropria dos valores produzidos pela classe trabalhadora, maior é o número de trabalhadores que pode coagir.

A inexistência de alternativas para os trabalhadores, ainda que sejam os responsáveis por produzir os próprios meios de produção, deixa evidente que a relação contratual que se dá pela compra e venda da força de trabalho é uma forma de violência. Essa reflexão é importante para compreendermos que ainda que o trabalho nas Centrais de Teleatividades não fosse desenvolvido em condições precárias, com baixos salários, metas abusivas, excessivo controle do tempo, assédio moral etc., ainda estaria pautado em uma relação de exploração.

Expomos reiteradamente que a única maneira de gerar valor é através da força de trabalho vivo – ainda que uma máquina, isto é, trabalho morto, fabrique produtos de forma totalmente autônoma, não criará valor, apenas transferirá para os novos produtos o valor absorvido pela mesma em trabalho pretérito. No entanto, nem toda força de trabalho em ação gera valor, para que isso ocorra, ou seja, para que o trabalho possa ser considerado produtivo (sob a ótica capitalista) tem que participar diretamente do processo de produção de mais-valor. Nesse sentido, uma parte dos trabalhadores que compõem o Setor de Serviços, como aquela que atua com a comercialização de produtos, apesar de fazer uso massivo de trabalho vivo é considerada improdutiva, pois a venda de mercadorias não gera mais-valor, ainda que sejam vendidas acima de seu valor. O lucro auferido pelo comerciante com a venda de mercadorias corresponde a uma parte do mais-valor expropriado pelos capitalistas no setor produtivo, portanto, o capital comercial e o capital produtivo disputam a mesma massa de mais-valor. Conforme explicou Marx (2017), a comercialização de mercadorias, apesar de vital para o capital, não altera a natureza ou a grandeza do mais-valor, somente o redistribui.

Na medida em que o capitalismo se desenvolve, a divisão sociotécnica do trabalho se torna mais intensa e complexa. Se antes o processo produtivo que dá origem às mercadorias possuía início e fim, quase que exclusivamente, em um único local, no capitalismo da era digital e informacional, inúmeros tipos mercadorias possuem seus componentes fabricados em locais distintos, cuja distância pode ultrapassar até mesmo as fronteiras dos países. Diversos trabalhadores espalhados pelo mundo podem participar da fabricação de uma mesma mercadoria estando conectados unicamente pelo trabalho.

Essa pesquisa revelou que o processo produtivo tornou-se complexo, constituindo-se da interconexão de diversos processos produtivos, que em conjunto formam as mercadorias. Essa característica do trabalho no modo de produção capitalista não é exclusiva da fase atual do capitalismo, mas se tornou mais complexa, principalmente em decorrência do avanço tecnológico, em especial das TICs, que possibilitaram a comunicação e o envio de informações em tempo real para diversas partes do planeta.

A terceirização do trabalho expõe nitidamente essa complexificação do processo produtivo no interior das empresas capitalistas contemporâneas. Quando uma empresa transfere parte de seus serviços para uma Central de Teleatividades, está fracionando seu processo produtivo, dando origem ao que, à primeira vista, pode parecer um processo produtivo completamente novo. No entanto, uma análise mais aprofundada do trabalho terceirizado pode demonstrar que, apesar de estar sendo executado em uma Central de Teleatividades, está diretamente vinculado ao processo produtivo da empresa que terceirizou o serviço, tanto é que, em geral, essas empresas monitoram diretamente os serviços realizados pela terceirizada.

A fragmentação do processo produtivo é uma estratégia da burguesia para aumentar seus lucros com a diminuição dos custos na compra da força de trabalho, atacar direitos trabalhistas e desmobilizar a classe trabalhadora, haja vista que como assume o papel de “cliente” ou “contratante”, se na empresa terceirizada possuir muitos trabalhadores combativos e/ou um sindicato “forte”, basta encerrar o contrato com a mesma e procurar outra, onde as relações de trabalho sejam mais precárias e fragilizadas. Enquanto “cliente” ou “contratante”, conforme sinalizou Dutra (2017), tal empresa busca se eximir de responsabilidade com os trabalhadores, defendendo que sua relação contratual é somente com a empresa terceirizada.

A absorção constante de inovações tecnológicas possibilita que o desenvolvimento do trabalho nas Centrais de Teleatividades seja realizado de forma mecanizada, exigindo uma força de trabalho pouco qualificada para execução das atividades. A possibilidade de utilização de força de trabalho menos qualificada permite que as Centrais de Teleatividades possuam a sua disposição um imenso exército de trabalhadores espalhados pelo país, garantindo maior mobilidade dessas empresas, que podem escolher com maior facilidade os lugares mais favoráveis para a potencialização da extração de valor excedente.

De forma geral, o teleoperador é um trabalhador assim como qualquer outro, depende da venda de sua força de trabalho para adquirir os meios de subsistência e quando produz valor, parte dele é expropriado pelos capitalistas. A variada gama de serviços desenvolvidos nas Centrais de Teleatividades atribui características particulares ao seu trabalho no que relaciona ao processo de valorização do capital. Existem empresas do ramo produtivo que possuem suas próprias Centrais de Teleatividades e outras que terceirizam suas atividades, possibilitando a existência de diversos setores no interior das Centrais de Teleatividades, interconectados ou independentes.

Cada setor é responsável por um tipo de trabalho, alguns desenvolvem atividades diversas, como o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), e outros atividades menos variadas, como o setor de retenção, de televendas etc. O avanço das TICs propicia a execução do trabalho de forma mecanizada e repetitiva, facilitando a mobilidade dos teleoperadores no interior das Centrais de Teleatividades, que podem ser transferidos de uma função para outra sem grandes investimentos da empresa, principalmente no que diz respeito ao treinamento.

Os teleoperadores que trabalham no SAC atendem a variados tipos de demandas apresentadas pelos clientes que entram em contato com as Centrais de Teleatividades. Algumas dessas demandas são atendidas por eles (esclarecimento de dúvidas, registro de reclamações, solicitação de troca de plano, troca de titularidade, suporte técnico de menor complexidade etc.) e outras geralmente necessitam ser transferidas/encaminhadas para os setores responsáveis (solicitação de cancelamento – setor de retenção; refinanciamento/pagamento de dívida – setor de recuperação de crédito; problemas técnicos – setor responsável pelo suporte técnico etc.). Geralmente esses trabalhadores encontram-se na linha de frente do atendimento receptivo das Centrais de Teleatividades, tendo como principal objetivo realizar a maior quantidade de atendimentos possíveis, no menor intervalo de tempo. Além disso, exige-se, principalmente por parte da empresa contratante, qualidade nos atendimentos para garantir a fidelização dos clientes e preservar a imagem do produto e da empresa responsável pelo mesmo.

Em uma sociedade cujo acesso à informação e a troca de experiência entre os clientes se dão de forma cada vez mais facilitada e constante, a construção de uma imagem positiva das mercadorias e das empresas adquire grande importância, pois potencializa o número de vendas. Alguns produtos, como linhas telefônicas ou serviços de internet, necessitam ser vendidos com determinada frequência (mensal, anual etc.), ainda que o processo de compra e venda se dê de forma automática – sem a necessidade de a empresa entrar em contato com o cliente ou vice e versa – e sem a percepção do consumidor. Esse fato pressupõe que a empresa mantenha um bom relacionamento com os clientes, pois um atendimento deficiente pode gerar cancelamentos e afetar a venda dos produtos. Se o produto de uma empresa é reconhecido socialmente por ser de baixa qualidade, perderá espaço no mercado, diminuindo sua produção.

As vendas nas Centrais de Teleatividades são realizadas através do atendimento ativo e do receptivo. No atendimento ativo, os teleoperadores realizam contato com os clientes e no

receptivo, recebem ligações encaminhadas pelo atendimento eletrônico e por teleoperadores de outros setores.

A venda das mercadorias (materiais ou imateriais) é imprescindível para o capitalismo, se uma mercadoria não é vendida, o capital inicialmente investido não encerra seu ciclo, causando sua destruição. Esse processo é tão importante para o capitalismo que podemos afirmar que sem ele o próprio sistema capitalista não existiria. Quanto maior a quantidade de mercadorias vendidas em um determinado espaço de tempo, maior será a quantidade de mercadorias produzidas e, por conseguinte, maior será a quantidade de mais-valor disponível para os capitalistas expropriarem. Portanto, o trabalho dos teleoperadores do setor de vendas é essencial para o processo produtivo, possuindo a capacidade de acelerar o tempo de rotação do capital, conforme apresentado por Marx (1985).

O setor de retenção é responsável por evitar que os clientes efetuem o cancelamento dos serviços/produtos, que, por sua vez, são mercadorias imateriais que devem ser adquiridas (renovadas) com determinada frequência. Ao convencer um cliente a manter sua linha telefônica, os teleoperadores evitam que o mesmo coloque fim ao processo de compra contínua daquele serviço. De certo modo, nas Centrais de Teleatividades o setor de retenção é tão importante quanto o de vendas, sendo um espaço de intenso controle.

O jovem que trabalha na operação de retenção, a qual o objetivo é evitar que o cliente cancele o produto da empresa, discorre sobre o comportamento dos supervisores na bateria, que gritam para que os teleoperadores se esforcem ao máximo para alcançar as metas de TMA, cancelamento e rechamada, que significa que o cliente não pode retornar durante um período após ter solicitado o cancelamento (Peixoto, 2019, p. 139).

O pensamento marxiano deixou claro que toda mercadoria (material ou imaterial) possui valor de uso, mas nem tudo aquilo que possui valor de uso é mercadoria. O que dá forma a uma mercadoria é possuir a qualidade de ser trocada, isto é, valor de troca. Uma mercadoria que perde seu valor de troca deixa de ser mercadoria e de nada serve para o capitalista.

Os capitalistas pouco se importam com a forma material ou imaterial das mercadorias, pois seu único objetivo com o processo produtivo é a extração de mais-valor, um valor superior ao investido com a compra da força de trabalho e dos meios de produção. Para que haja a extração de mais-valor é imprescindível que as mercadorias concluam seu ciclo, isto é, que sejam trocadas. Quanto mais rápido uma mercadoria é trocada, mais rápido o capitalista pode iniciar um novo ciclo de produção e extrair, conseqüentemente, uma maior quantidade de mais-valor.

Esse é um dos fatores que impulsiona a diminuição na compra da força de trabalho e o crescimento na utilização de capital constante no interior das Centrais de Teleatividades. Para o capitalista individual pouco importa se a expulsão da força de trabalho do sistema produtivo vai diminuir a produção de valor global, o que interessa são os superlucros que pode obter com a implantação de inovações tecnológicas. Conforme estudamos, segundo o pensamento marxiano, o lucro nada mais é do que uma forma assumida pelo mais-valor, composta por fenômenos artificiais que obscurece a relação do trabalho com a criação do valor. Uma medição que parte do mais-valor produzido por toda a sociedade e não do que é diretamente gerado no processo de produção organizado pelo capitalista individual. Nesse sentido, o mais-valor aparenta ser o resultado da subtração entre o preço de venda e o preço de custo das mercadorias, resultando em um excedente misterioso.

Assim, em um primeiro momento, a utilização de novas tecnologias no sistema produtivo organizado pelo capitalista individual, ainda que resulte na expulsão dos trabalhadores, pode gerar a maximização dos lucros, uma vez que absorve parte do mais-valor produzido por outros processos produtivos. Mas na medida em que a concorrência se torna mais acirrada, o aumento na composição orgânica do capital proporciona uma queda tendencial na taxa de lucro (MARX, 2017). O que se presencia com a crescente expulsão de trabalhadores do sistema produtivo é a diminuição global da produção de mais-valor, uma tendência apontada por Marx (2017) e reafirmada recentemente por Carchedi (2017), resultando nas medidas contra-arrestantes que visam atenuar queda e intensificando a precarização das relações de trabalho.

A automação digital propiciada pela indústria 4.0, com o uso de inteligência artificial e das mais variadas tecnologias, tende a eliminar diversos postos de trabalho, principalmente nas Centrais de Teleatividades, que concentram um significativo número de trabalhadores. A implementação de novas tecnologias nesse setor aparenta ser fundamental para o capitalista reduzir os custos com a produção e acelerar o tempo de rotação capital.

A análise marxiana demonstrou que é somente no processo imediato de produção que ocorre a criação do valor, no entanto, o valor só se realiza no processo de circulação. Ambos os processos são vitais para o modo de produção capitalista, eles complementam-se e interpenetram-se, falseando constantemente os traços característicos que os diferenciam.

A intensificação da divisão sociotécnica do trabalho e a diversidade das atividades desenvolvidas pelos teleoperadores nas Centrais de Teleatividades possibilitam que parte dessa categoria desenvolva atividades produtivas, principalmente em setores como o SAC.

Por outro lado, outra parcela dos teleoperadores (que trabalham no setor de vendas, retenção etc.) atua no processo de circulação das mercadorias, desenvolvendo um tipo de trabalho que não participa diretamente do processo de produção e, conseqüentemente, não gera diretamente mais-valor, podendo ser classificada como improdutiva. No entanto, essa classificação não pressupõe que não haja a apropriação de mais-valor pelos capitalistas das Centrais de Teleatividades e sim que o mais-valor que eles se apropriam não é gerado diretamente pelos teleoperadores. Quanto mais se intensifica a exploração do trabalho dos teleoperadores em um determinado intervalo de tempo, menor é seu custo para o capital e, conseqüentemente, maior é a quantidade de mais-valor que os capitalistas das Centrais de Teleatividades se apropriam.

Além disso, ser improdutivo não significa que esse segmento da classe trabalhadora não contribua de certa forma com a produção do valor, pelo contrário, desenvolve um tipo de trabalho que possibilita a aceleração do tempo de rotação do capital, apresentando-se enquanto um mecanismo de extrema importância para uma parcela do capitalismo contemporâneo.

O encurtamento do tempo de circulação das mercadorias é vital para produção em larga escala e para potencializar a expropriação de valor excedente. Portanto, construir mecanismos para acelerar o tempo de rotação do capital é uma tarefa essencial para a burguesia e, nesse âmbito, o trabalho dos teleoperadores possui um espaço de destaque. O uso da telemática somado a um rígido controle do tempo permite que um único teleoperador entre em contato com dezenas de clientes em potencial em um único dia, fazendo com que os serviços e produtos, materiais ou imateriais, cheguem até mais pessoas e de forma mais rápida. O crescimento da produção, em decorrência do trabalho dos teleoperadores, é um dos elementos que pode possibilitar ao capital atenuar a tendência à queda na taxa de lucro.

A intensa exploração do trabalho nas Centrais de Teleatividades também pode contribuir para atenuar a tendência à queda na taxa de lucro, uma vez que o salário recebido por esses trabalhadores é constituído de parte da massa mais-valor total expropriado no setor produtivo.

A diversidade do trabalho dos teleoperadores, até mesmo dentro dos setores, como no SAC, impede a definição desse tipo de trabalho como produtivo ou improdutivo de forma generalizada, corroborando, de certa forma, com a afirmação de Huws (2009) de que com a crescente complexificação da divisão do trabalho e com as mudanças na propriedade das estruturas de corporações, torna-se cada vez mais difícil definir se uma espécie de trabalho é produtiva ou improdutiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os dias milhares de teleoperadores deixam suas casas para vender sua força de trabalho nas Centrais de Teleatividades. Nesses espaços são coagidos a trabalhar de forma intensa, o que resulta, muitas vezes, em adoecimento físico e/ou psicológico. Na visão capitalista o teleoperador é livre para vender sua força de trabalho e, portanto, se não concordar com os “termos do contrato” pode simplesmente recusá-lo. Por outro lado, se o trabalhador não vender sua força de trabalho não conseguirá sobreviver, pois não detém os meios de produção necessários para obtenção dos meios de subsistência. Se a sobrevivência do trabalhador e de sua família depende dos meios de subsistência, essa liberdade não pode ser verdadeira.

Mas os capitalistas das Centrais de Teleatividades não são os únicos responsáveis por explorar os trabalhadores. Ainda que o trabalhador tenha a opção de vender sua força de trabalho para outro capitalista, continuará sendo explorado em maior ou menor intensidade. Para chegar a essa conclusão é necessário compreender o funcionamento do modo de produção capitalista em suas características mais profundas. Nesse sentido, optei em começar essa pesquisa estudando as principais categorias que fazem do capitalismo o que ele é. O pensador cujo método de análise melhor se aproximou dessa realidade foi Karl Marx, por isso revisei algumas de suas principais obras e apresentei, no primeiro capítulo, as categorias que compõem a base do sistema capitalista.

Por mais que ao longo do tempo o capitalismo tenha sofrido alterações, principalmente devido ao grande desenvolvimento tecnocientífico e da intensificação da divisão sociotécnica do trabalho, sua base permanece a mesma. As categorias trabalho e valor não alteraram suas essências e continuam a ser centrais para compreensão da sociedade capitalista.

No segundo capítulo procurei demonstrar que o capitalismo possui a necessidade permanente de valorizar o capital, cuja dificuldade aumenta na medida em que se desenvolvem novas tecnologias, reduzindo a utilização de trabalho vivo no processo produtivo e ampliando o gasto com trabalho morto. Esse aumento na composição orgânica do capital pode resultar em uma queda tendencial da taxa de lucro, atenuada por causas contrarrestantes. Verifiquei também que o capitalismo da era financeira, digital e informacional investe massivamente em novas tecnologias que expulsam os trabalhadores do sistema produtivo e intensificam a divisão sociotécnica do trabalho, ao mesmo tempo em que são

criados novos campos de valorização, que conectam os setores da economia. Nesse âmbito, o Setor de Serviços recebeu um grande destaque.

No terceiro e último capítulo, procurei compreender o papel do trabalho dos teleoperadores no processo de valorização do capital, para isso foi realizada uma breve abordagem sobre o setor onde as Centrais de Teleatividade se encontram (Setor de Serviços); estudamos aspectos centrais referentes ao surgimento e expansão dessas empresas no Brasil; buscamos compreender os principais elementos que compõe o trabalho dos teleoperadores; e, por fim, apresentamos a conclusão de que o trabalho dos teleoperadores é essencial para acelerar o tempo de rotação do capital.

Conforme a pesquisa revelou, a diversidade oriunda do trabalho dos teleoperadores não nos permitiu neste momento classificar esse tipo de trabalho com produtivo ou improdutivo, mas essa impossibilidade não diminui a importância que possui no processo de valorização do capital, cujo ciclo não se encerra com a produção da mercadoria, que necessita para tal ser vendida.

A disputa entre capital e trabalho não é um jogo e nem é a finalidade da classe trabalhadora. A luta por melhores condições de trabalho e vida é uma necessidade imediata e fundamental para a sobrevivência dos trabalhadores. Sua união enquanto classe é imprescindível e necessária para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para combater esse sistema opressor, os trabalhadores devem aprofundar seus conhecimentos e ultrapassar as diversas camadas de aparência que a sociedade impõe.

Em nome do capital, enquanto uma massa de trabalhadores é explorada ao máximo, sendo até mesmo levada ao adoecimento, outra é impedida de obter seus meios de subsistência, sentindo o amargor do desemprego. Os investimentos do capital em ciência e tecnologia visam aumentar sua fonte de lucratividade e não o bem estar da população. Acreditamos que somente a classe trabalhadora unida possui o potencial para reverter essa situação e utilizar a ciência e tecnologia em benefício de todos. Para isso, diante de uma realidade complexa e dinâmica, cujo avanço tecnológico tem propiciado grandes transformações no setor produtivo, torna-se cada vez mais importante a realização de estudos sobre o trabalho no mundo contemporâneo, compreendendo sua essência e suas particularidades.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan. Empresas de teleatendimento, alimentos e saúde lideram lista de maiores empregadores do país; veja ranking. *GI*. 24 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/04/24/empresas-de-teleatendimento-alimentos-e-saude-lideram-lista-de-maiores-empregadores-do-pais-veja-ranking.ghtml>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

AMORIM, Daniela; NEDER, Vinicius. Produção da indústria cai 20% em 10 anos e enfraquece a economia. *Estadão*. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/producao-da-industria-cai-20-em-10-anos-e-enfraquece-a-economia,70003945291>>. Acesso em: 01 out. 2022.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo (Orgs.). *A Cidadania Negada: Políticas de exclusão na Educação e no Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Apresentação. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, v. 79, n. 4, p. 214-231, out./dez. 2013. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/55995/011_antunes_druck.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20PL%20n%C2%BA%204.330%20libera,estabelecido%20pelo%20Enunciado%20n%C2%BA%20331>. Acesso em 01 mai. 2022.

ARAÚJO, Wecio Pinheiro. Marx e a indústria 4.0: trabalho, tecnologia e valor na era digital. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 22-32, jan./abr. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/kQHYDzr9wpjWSMWjhpQGnWd/>>. Acesso em 01 mar. 2022.

BARTKI, Paula Izabela Nogueira. Operador de telemarketing. PRONATEC. Curitiba: IFPR, 2012. Disponível em: <<https://pronatec.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/07/ot.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2022.

BATISTA, Liana. *Precarização no home office: condições de trabalho em um Call Center na região metropolitana de Natal-RN*. 2021. 229f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

BONELI, Regis. Nível de atividade e mudança estrutural. In: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2022.

BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do Call Center. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.103, 2014, Mai. 2014. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5532>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Portaria/MTP nº 423, de 7 de outubro de 2021. Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 17 - Ergonomia. Brasília: MTP, 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria/mtp-n-423-de-7-de-outubro-de-2021-351614985>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

CABRAL, Umberlândia. Estatísticas Econômicas. PIB cresce 1,0% no primeiro trimestre, impulsionado pelo setor de serviços. *Agência de Notícias – IBGE*. 02 jun. 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33936-pib-cresce-1-0-no-primeiro-trimestre-impulsionado-pelo-setor-de-servicos>>. Acesso em: 29 set. 2022.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio. Capitalismo contemporâneo e trabalho produtivo. *Revista de Economia*, v. 34, n. 4, p. 205-221, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/17195/11330>>. Acesso em: 03 mai. 2022.

CARCHEDI, Guglielmo. El agotamiento de la fase histórica actual del capitalismo. *Sinpermiso*, 04 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.sinpermiso.info/textos/el-agotamiento-de-la-fase-historica-actual-del-capitalismo>>. Acesso em: 03 out. 2022.

DAL ROSSO, Sadi. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70: 75-89, Jan./Abr. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/LNyXcnzg953bTSgV6Lc7Jrw/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

DIEESE. *O emprego no setor de telecomunicações 10 anos após a privatização*. São Paulo: DIEESE, 2009. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2009/estPesq46PrivatizacaoTelecomunicacoes.html>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

DIEESE. *Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2021>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

DIEESE. *Relações e condições de trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2008. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/livro/2008/relacoesCondicoesTrabalhoBrasil.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

DUTRA, Renata Queiroz. *Trabalho, regulação e cidadania: a dialética da regulação social do trabalho em call centers na Região Metropolitana de Salvador*. 2017. 388 f. Tese (Doutorado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FIRMIANO, Frederico Daia. A pandemia da crise do capital e a classe trabalhadora. *Revista Pegada* – vol. 21, n.2. Mai.-Out. de 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/7748/pdf/29902>>. Acesso em: 01 out. 2022.

GOMEZ, André Villar. Pesadelo high tech: a quarta revolução industrial e o fim do mundo que conhecemos. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.17, n.2, p. 01-16, ago/dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18524>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HUWS, Ursula Elin. *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

MARX, Karl. *Capítulo VI – Inédito de O Capital*. São Paulo, Centauro, 2004.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Tomo 1 (capítulos I a XII). Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da Economia Política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da Economia Política. Volume II. Livro Segundo. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico – Volume I*. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

MATOS, Rachel Araújo et. al. A reforma trabalhista e seus impactos nos direitos dos trabalhadores. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, n. 2, p. 149-158, abr. 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/30476/20099>>. Acesso em: 05 set. 2022.

MELO, Hildete Pereira de *et al.* *O Setor de Serviços no Brasil: um a visão global – 1985/95*. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para discussão, n. 549), 1998. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2381/1/td_0549.pdf>. Acesso em: 01 out. 2022.

MARTINELLI, Bruna Piazzentin. *Peculiaridades do trabalho nos call centers: um estudo das teleoperadoras de Campinas-SP*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Campinas, 2015.

MOTA, Camilla Veras. Calculadora de renda: 90% dos brasileiros ganham menos de R\$ 3,5 mil; confira sua posição na lista. *BBC News Brasil*. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57909632>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

NERY, Carmem. Estatísticas Econômicas. De 2019 para 2020, setor de serviços perde 1,1% das empresas e 2,4% dos postos de trabalho. Agência de Notícias - IBGE. 24 ago. 2022. Disponível em: <[NORAT, Rafael Câmara. *O assédio moral e a precarização do trabalho: repercussões sobre a saúde do trabalhador de telemarketing*. 2018. Dissertação \(mestrado em Serviço Social\) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes \(CCHLA\) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, João Pessoa, 2018.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34704-de-2019-para-2020-setor-de-servicos-perde-1-1-das-empresas-e-2-4-dos-postos-de-trabalho#:~:text=Em%202020%2C%20o%20setor%20de%20servi%C3%A7os%20empregav a%2012%2C5%20milh%C3%B5es,%2C4%25%20do%20pessoal%20ocupado.>>. Acesso em: 01 set. 2022.</p></div><div data-bbox=)

OLIVEIRA, Sirlei Márcia de. *Os trabalhadores das Centrais de Teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração*. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

PEIXOTO, Juliana Oliveira Araújo. *"Eu não vou trabalhar a vida toda": momentaneidade e estratégias em trajetórias de jovens teleoperadores*. 2019. 197f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRONI, Marcelo Weishaupt; SILVA, Ricardo Azevedo; OLIVEIRA, Hipólita Siqueira. *A modernização econômica no setor terciário no Brasil*. In: DIEESE. *O trabalho no setor terciário: Emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 2005.

RABELO, Laís Di Bella Castro; SILVA, Julie Micheline Amaral; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Trabalho e Adoecimento Psicossomático: Reflexões sobre o Problema do Nexo Causal. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*. v. 38 n. 1, 116-128. Jan/Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/RByDHYQXFNN9XbRJXFcqGVm/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em: 08 mai. 2022.

RICCI, Marlucy Godoy. *Organização do trabalho e controle em teleatendimento: o caso de uma empresa de cobrança*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, 2010.

SANTOS, Aline Maria Nascimento. *Trabalho, subjetividade e saúde do jovem operador de telemarketing: uma análise sob o ponto de vista da atividade*. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, Claiz Maria Pereira Gunça dos. Assédio moral organizacional no setor de telemarketing. *Revista Jus Navigandi*. 2020. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/87038/assedio-moral-organizacional-no-setor-de-telemarketing>>.

Acesso em: 05 mai. 2022.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos; DUCATTI, Ivan. O enfrentamento do assédio moral pelos sindicatos: contribuições marxistas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. v. 20, n. 1, p.79-94, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172017000100007&lng=pt&nrm=iso>

Acesso em: 05 mai. 2022.

VAZ, Ana; BATISTELA, Clarissa. Pesquisa revela que 48,7% das famílias são chefiadas por mulheres: 'Mãe empreendedora', diz moradora de SC. *G1*. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/01/23/maes-empendedoras-pesquisa-revela-que-487percent-das-familias-sao-chefiadas-por-mulheres.ghml>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

VENCO, Selma Borghi. Centrais de atendimento: a fábrica do século XIX nos serviços do século XXI. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 31, n. 114, p. 7-18, jul./dez. 2006. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbso/a/Nq7fxZ3STjmXMrXDHCd3TcN/?lang=pt>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

VENCO, Selma Borghi. Centrais de Teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

VEROTTI, Angelo. Ao novo normal. *Isto é dinheiro*. n. 1184, 14 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/ao-novo-normal/#:~:text=Depois%20de%20apresentar%20crescimento%20de,R%24%2056%2C6%20bilh%C3%B5es>>. Acesso em: 04 set. 2022.

ZILIOTTO, Denise Macedo; OLIVEIRA, Bianca Oliveira de. A Organização do Trabalho em Call Centers: Implicações na Saúde Mental dos Operadores. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*. v. 14, n. 2, p. 169-179, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000200004>. Acesso em: 08 mai. 2022.